

Pensar com a Natureza:

Contribuições Ecofeministas à Arquitetura da Paisagem no Pampa.

Isadora Scopel Simon

Orientadora: Adriana Sansão Fontes

2026

CIP - Catalogação na Publicação

S594p Scopel Simon, Isadora
 Pensar com a Natureza: Contribuições
 Ecofeministas à Arquitetura da Paisagem no Pampa. /
 Isadora Scopel Simon. -- Rio de Janeiro, 2026.
 106 f.

 Orientadora: Adriana Sansão Fontes.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
 Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e
 Urbanismo, Programa de Mestrado Profissional em
 Arquitetura Paisagística, 2026.

 1. ecofeminismo. 2. arquitetura da paisagem. 3.
 projetar com a natureza. 4. urbanismo feminista. 5.
 cidade cuidadora. I. Sansão Fontes, Adriana,
 orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO FACULDADE DE
ARQUITETURA E URBANISMO MESTRADO PROFISSIONAL EM
ARQUITETURA PAISAGÍSTICA

Pensar com a Natureza: Contribuições Ecofeministas à Arquitetura da Paisagem no Pampa.

ISADORA SCOPEL SIMON

ORIENTADORA: ADRIANA SANSÃO FONTES

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA
PAISAGÍSTICA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, DA UNIVERSIDADE FEDE-
RAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ, COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTEN-
ÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ARQUITETURA PAISAGÍSTICA.

Rio de Janeiro, 2026.

ISADORA SCOPEL SIMON

Pensar com a Natureza:
Contribuições Ecofeministas à Arquitetura da Paisagem no Pampa.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura Paisagística, da Faculdade de Arquitetura e Ur-
banismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,
como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de
mestre em Arquitetura Paisagística.

Aprovado em: 27 de janeiro de 2026.

Profa. Dra Adriana Sansão Fontes (PROURB-FAU/UFRJ)

Profa. Dra. Lucia Maria Sá Antunes Costa (PROURB-FAU/UFRJ)

Profa. Dra. Melisa Pesoa Marcilla (ETSAB/UPC-Barcelona)

Agradecimentos

A realização desta dissertação foi possível graças ao apoio, à escuta e às trocas estabelecidas ao longo do percurso, que ultrapassam o campo acadêmico e se enraízam nas relações humanas, coletivas e territoriais.

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora, Adriana Sansão Fontes, pela confiança no processo, pela generosidade intelectual e pelo acompanhamento atento, que permitiram o amadurecimento das reflexões e a construção deste trabalho com rigor e sensibilidade.

Agradeço às professoras Lúcia Costa e Patrícia Maya, integrantes da banca de qualificação, cujas contribuições foram fundamentais para a evolução deste trabalho. À banca examinadora, Melisa Pessoa e Lúcia Costa, minha sincera gratidão pela dedicação e pelo tempo dedicado à avaliação desta dissertação.

Aos professores do Mestrado Profissional em Arquitetura Paisagística, com quem tive a oportunidade de aprender e conviver ao longo do curso, por possibilitarem a ampliação de horizontes de conhecimento. Agradeço também a todos os meus colegas de turma, que me acompanharam durante esse período.

Ao meu amigo e parceiro no TransLAB.URB, Leonardo Márquez, pela amizade e pela contribuição contínua à evolução intelectual e à aplicabilidade das ideias e experimentações desenvolvidas ao longo dos anos.

Aos grupos e coletivos que participaram da etapa empírica — Ser Ação, Casca Socioambiental, La Ciudad Que Resiste e AGAPAN —, meu profundo agradecimento pela disponibilidade, pelas narrativas compartilhadas e pela confiança em dividir práticas, experiências e percepções.

Às amigas e aos amigos que, de diferentes formas, acompanharam este processo, seja por meio da escuta, do afeto ou dos incentivos nos momentos mais desafiadores.

À minha mãe, ao meu pai e ao meu companheiro, pelo apoio incondicional, pela compreensão do tempo da pesquisa e por sustentarem, com afeto, as escolhas feitas ao longo deste caminho.

Por fim, agradeço às mulheres, pensadoras, ativistas e autoras que, por meio dos ecofeminismos e da arquitetura da paisagem, inspiram outras formas de pensar, habitar e transformar o mundo, lembrando-nos de que produzir conhecimento é também um ato político, ético e comprometido com a continuidade da vida.

Resumo

O presente trabalho discorre sobre o encontro entre os ecofeminismos e o campo da arquitetura da paisagem. Começando pela contextualização das crises multidimensionais, resultado da fictícia independência das cidades em relação à Natureza e um pensamento que subjuga tanto mulheres quanto Natureza. Nesse sentido, o trabalho percorre noções do campo dos ecofeminismos, do urbanismo feminista, da economia feminista e da cidade cuidadora, buscando estabelecer diálogos e convergências com a arquitetura da paisagem e suas derivações teóricas e práticas. O marco teórico do trabalho apoia-se nas contribuições de Alicia Puleo, Mary Mellor e Yayo Herrero, autoras centrais para o pensamento ecofeminista. Na arquitetura da paisagem, o introduz, percorrendo a história do campo e referências como Anne Whiston Spirn e Joan Nassauer, com o objetivo de mostrar as contribuições femininas na arquitetura da paisagem em contraste à realidade de um campo com referências predominantemente masculinas. A estrutura deste trabalho inicia-se na apresentação sobre os ecofeminismos, que inclui noções que se relacionam com o discutido no campo amplo dos feminismos. A partir da compreensão de diferentes conceitos e abordagens, realiza-se uma análise crítica do campo da arquitetura da paisagem, com foco na identificação de suas intenções fundantes e de possíveis convergências com atitudes e princípios ecofeministas. Na etapa empírica, a pesquisa analisa diferentes atuações de grupos que, no significado ampliado de grupos ecofeministas, de alguma forma defendem, cuidam e buscam proteger a Natureza, grupos que estão situados no Sul da América do Sul, no território que abrange o bioma pampa. Ao final, a partir da discussão de todo o abordado na pesquisa, são organizadas táticas e estratégias de contribuição ao campo, sintetizando os resultados e reflexões desenvolvidos ao longo da pesquisa.

Palavras-chave: ecofeminismos, arquitetura da paisagem, projetar com a natureza, urbanismo feminista, cidade cuidadora.

Abstract

This work discusses the encounter between ecofeminisms and the field of landscape architecture. It begins by contextualizing multidimensional crises, understood as the result of the fictitious independence of cities from Nature and of a way of thinking that subjugates both women and Nature. In this sense, the research engages with concepts from ecofeminism, feminist urbanism, feminist economics, and the caring city, seeking to establish dialogues and convergences with landscape architecture and its theoretical and practical developments.

The theoretical framework of the study is grounded in the contributions of Alicia Puleo, Mary Mellor, and Yayo Herrero, central authors in ecofeminist thought. In the field of landscape architecture, the research introduces and revisits the history of the discipline and references such as Anne Whiston Spirn and Joan Nassauer, with the aim of highlighting women's contributions to landscape architecture in contrast to a field historically dominated by male references.

The structure of this work begins with the presentation of ecofeminisms, including notions that intersect with broader feminist debates. Based on the understanding of different concepts and approaches, a critical analysis of the field of landscape architecture is carried out, focusing on the identification of its foundational intentions and on possible convergences with ecofeminist principles and practices.

In the empirical stage, the research analyzes different practices of groups that, within an expanded understanding of ecofeminist groups, in some way defend, care for, and seek to protect Nature. These groups are located in the southern region of South America, within the territory covered by the Pampa biome. Finally, based on the discussion of all aspects addressed in the research, a set of tactics and strategies is organized as a contribution to the field, synthesizing the results and reflections developed throughout the study.

Keywords: ecofeminisms; landscape architecture; designing with nature; feminist urbanism; caring city.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO - 8

- 1.1 Objetivos-11
- 1.2 Relevância e Justificativa-12
- 1.3 Metodologia da pesquisa-13
- 1.4 Estrutura da dissertação-15

2. CAPÍTULO 1 - 18

Contextualização sobre os Ecofeminismos e conexões entre os conceitos: economia feminista, cidade dos cuidados e urbanismo feminista.-18

- 2.1 Ecofeminismos-19
- 2.2 Conexões entre os conceitos: economia feminista, cidade dos cuidados e urbanismo feminista.-27
- 2.3 Economia Feminista-30
- 2.4 Cidade dos Cuidados ou Cidade Cuidadora-36
- 2.5 Urbanismo Feminista-40

3. CAPÍTULO 2 - 44

- Arquitetura da paisagem e abordagens-44
- 3.1 Paisagem-45
- 3.2 Natureza-49
- 3.3 Arquitetura da Paisagem-53

4. CAPÍTULO 3 - 64

- Experimentações-64
- 4.1 Recorte territorial-65
- 4.2 Formas de Atuação Ecofeminista nos Estudos de Caso-70
- 4.3 Apresentação dos grupos focais-73
- 4.4 Metodologia empírica-83

4.5 Análise e interpretação dos resultados-84

4.6 Táticas e estratégias de contribuição ao campo-87

CONSIDERAÇÕES FINAIS-94

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-98

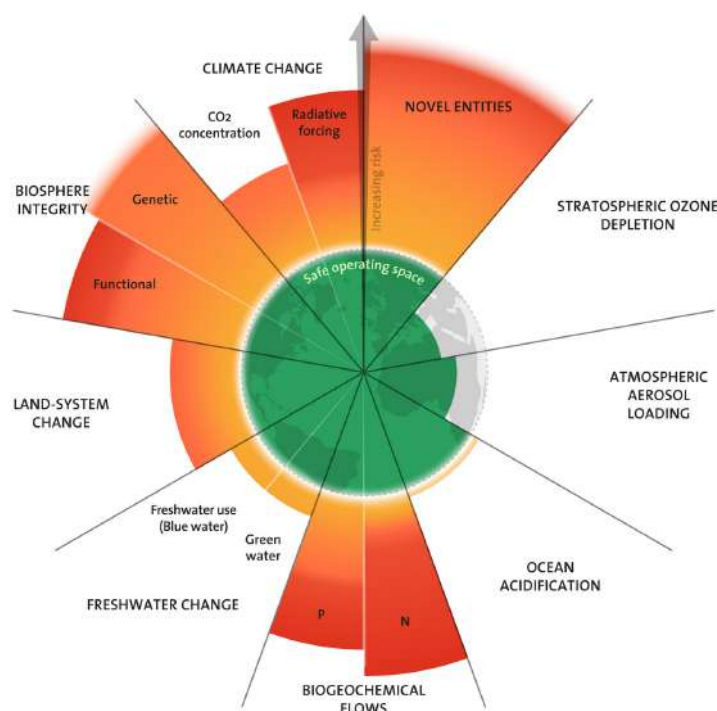
INTRODUÇÃO

Para garantir a continuidade do planeta vivo e da humanidade, é necessária uma mudança de paradigma, pois a causa da crise e o pensamento que a consolidaram não podem conter a solução para um novo ensaio de uma Terra multicivilizacional (Boff, 2016). Este trabalho busca desvendar como se dá o encontro entre os ecofeminismos e o campo da arquitetura da paisagem, por meio da discussão dos conceitos trazidos pelos ecofeminismos, identificando convergências e contrapontos, com o objetivo de incorporar a perspectiva ecofeminista ao campo da arquitetura da paisagem. A partir do olhar e do pensamento centrados na Natureza, revelam-se as sinergias entre ecofeminismos e paisagem.

Há décadas, de forma mais agravada nos últimos anos, os frequentes surtos relacionados ao desmatamento e às atitudes de controle e conquista que deram origem a pandemias evidenciam a necessidade de mudança e oferecem oportunidades para ação. Isso pode ser observado na pandemia de Covid-19, em escala global, que paralisou momentaneamente a lógica cotidiana da vida humana. O Stockholm Resilience Centre (SRC), dedicado ao tema dos *Planetary Boundaries*, apresenta, de forma clara (figura 1), os nove processos críticos do sistema terrestre cuja integridade é fundamental para a manutenção da estabilidade e da resiliência da Terra. A imagem que apresenta a atualização dos limites planetários para o ano de 2025 mostra, no centro da figura, a região verde, que representa o “espaço operacional seguro”, dentro do qual as condições planetárias permanecem propícias à vida. As áreas que se expandem do amarelo para o vermelho revelam que seis desses limites já foram ultrapassados e, à medida que se aproximam do vermelho, indicam o aumento dos riscos decorrentes dessa ultrapassagem (STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE, 2023).

Os eventos extremos recentes no Brasil, como enchentes, enxurradas e incêndios florestais, são resultado de um pensamento baseado no capital e de uma visão utilitarista que explora

Figura 1: Planetary Boundaries Illustration 2025.



Fonte: Azote for Stockholm Resilience Centre, based on analysis in Sakschewski and Caesar et al. 2025

a Natureza. Mies expõe a busca incessante por alcançar um modo de vida que só é possível por meio da exploração de humanos, do Sul global e da Natureza (Shiva; Mies, 2021). Essa busca assume novas roupagens, como pode ser visto nos impactos ecológicos causados pelo processamento de dados associado ao uso da inteligência artificial, que consome grande quantidade de energia e emite gases de efeito estufa em seus *data centers*, os quais também demandam recursos hídricos para resfriamento.

Diante desse contexto, os ecofeminismos, que surgem do encontro entre feminismo e ecologia (Puleo, 2019, p. 146), nos proporcionam outra forma de ver a realidade cotidiana, revalorizando aspectos, práticas e sujeitos antes considerados inferiores ou diferentes. O termo ecofeminismo foi cunhado pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne, em 1974, no livro *Le féminisme ou la mort* (Herrero, 2015; Mellor, 2000; Puleo, 2011). Nele, d'Eaubonne convocava as mulheres à “administração igualitária de um mundo por nascer”, defendendo a necessidade de um planeta em gênero feminino (Puleo, 2011).

As propostas ecofeministas sustentam que a degradação ambiental e a desigualdade de gênero têm origem compartilhada e, portanto, ecologismos que não contemplam a perspectiva de gênero ou feminismos que não incorporem a dimensão ambiental resultarão em teorias incompletas (Mellor, 2000).

Representado pelo trecho de Mary Mellor destacado acima por Lucía Delbene, a frase sintetiza a intenção e a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero, especificamente a ecofeminista, ao campo da arquitetura da paisagem, com vistas à construção de uma teoria mais completa.

Dessa maneira, incorporar os ecofeminismos implica uma nova visão empática da Natureza, que redefine o ser humano por meio de uma ótica feminista, avançando em direção a um futuro livre de toda forma de dominação (Puleo, 2019).

Ao integrar os ecofeminismos ao campo da arquitetura da paisagem, o encontro entre os campos e os conceitos discutidos neste trabalho permite observar as crises multidimensionais (Kois; Morán, 2016), resultantes da fictícia independência das cidades em relação à Natureza. Busca-se, assim, olhar para a produção das cidades por meio das lentes feministas, de modo a compreender de que ponto parte a atuação da arquitetura da paisagem na tentativa de remediar a degradação da Natureza nas cidades e, a partir dessa observação, delinear estratégias de transformação — aspecto que constitui um dos elementos centrais dos ecofeminismos, marcada pelo comprometimento com a transformação social.

Como pode ser percebido ao longo desta introdução e como será recorrente em todo o trabalho, o uso da palavra Natureza em maiúsculo remete a uma mudança de paradigma: da visão antropocêntrica para uma perspectiva que reconhece a Natureza como sujeito de direitos (Gudynas, 2020). Além disso, essa escolha indica a conotação de um poder vital próprio, evocando tanto a *physis* grega, entendida como a natureza que se autocria e não é criada por outra instância, quanto a Pachamama dos povos originários da América Latina, concebida como Mãe Terra e origem de todos os seres vivos (Puleo, 2019).

1.1 Objetivos

Este trabalho tem como **objetivo geral** refletir e discutir a relação dos ecofeminismos e a arquitetura da paisagem, identificando conexões e a relevância da integração entre ambos os campos.

Como **objetivos específicos**, a intenção do trabalho é:

- 01.** Identificar conexões entre os temas dos ecofeminismos e da arquitetura da paisagem com o objetivo de evidenciar a relevância da discussão no campo de estudos.
- 02.** Refletir sobre a conexão entre seres vivos humanos e não humanos, estabelecendo uma abordagem de transformação para além de soluções técnicas que tratam a Natureza somente como recurso.
- 03.** Organizar um conjunto de táticas e estratégias distribuídas no tempo, por meio da articulação de todo o conteúdo desenvolvido ao longo do trabalho, somado às informações coletadas junto às atuações de grupos formados por mulheres ou que têm sua base formada por mulheres.
- 04.** Revisar e indicar ideias de arquitetas paisagistas mulheres que são importantes na história do campo ampliado da arquitetura da paisagem, com o fim de dar visibilidade às contribuições femininas.

05. Identificar, por meio de diferentes atuações de mulheres em grupos ativistas nas questões ambientalistas ou comunitárias relacionadas ao cuidado do território, como essas mulheres pensam e relacionam suas atuações com a paisagem. Neste caso, por meio de pesquisa junto a agrupamentos, coletivos e entidades que têm como ponto em comum a atuação no sul da América Latina.

06. Destacar a importância de considerar a vida cotidiana para pensar possibilidades de cidade e ações a partir dela.

07. Colaborar para a construção de políticas públicas como estratégia de transformação.

A ideia de contribuição no campo de estudos da arquitetura da paisagem e no cotidiano parte do contexto atual, porém com vistas a um horizonte possível de novas dinâmicas de cidade e de relação com a Natureza, resgatando aquilo que os ecofeminismos afirmam como eixo fundamental: o compromisso com práticas concretas de transformação social.

1.2 Relevância e Justificativa

O urbanismo, até o momento, produziu cidades orientadas à esfera produtiva, hostis às atividades não vinculadas a essa esfera (Chinchilla, 2020), desenvolvidas com base na divisão sexual do trabalho, que separa as esferas produtiva e reprodutiva e se configura a partir de dualismos como público e privado. Esse modelo de cidade e planejamento urbano vem sendo construído com a ideia de crescimento ilimitado, ocasionando uma enorme crise ecológica (Col-lectiu Punt 6, 2019, p. 18, tradução própria).

Kois e Morán afirmam que as correntes de planejamento urbano hegemônicas se baseiam em uma fictícia independência das cidades, apresentando fragilidades diante da crise multidimensional na qual nos encontramos, resultado dessa falsa independência (2016, p. 305).

Além disso, esses dualismos, que constituem a base da organização civilizatória e das disciplinas, são herança de um pensamento que menospreza o feminino, baseado em autores como Aristóteles e Rousseau, que justificaram a discriminação em relação às mulheres a partir de falsas razões naturais (Martínez, 2018, p. 25), que se reflete na constituição da arquitetura e do urbanismo como disciplinas. No século I a.C., o arquiteto de Júlio César, Marco Vitruvius Pollio, por meio de seu conhecido *Tratado da Arquitetura*, apresenta uma arquitetura feita de homens para homens, em que as proporções ideais do corpo masculino eram a base de sua concepção arquitetônica¹. Tão grande foi sua relevância que Leonardo da Vinci, em 1487, desenhou o Homem Vitruviano (Arquitectura Historia y Construcción, 2014).

Esse pensamento no qual o ser humano masculino é a medida da perfeição se mantém no decorrer da história e se expressa na modernidade, em grandes referências da arquitetura e do urbanismo como o Modulor de Le Corbusier e o sistema de medidas de Ernest Neufert.

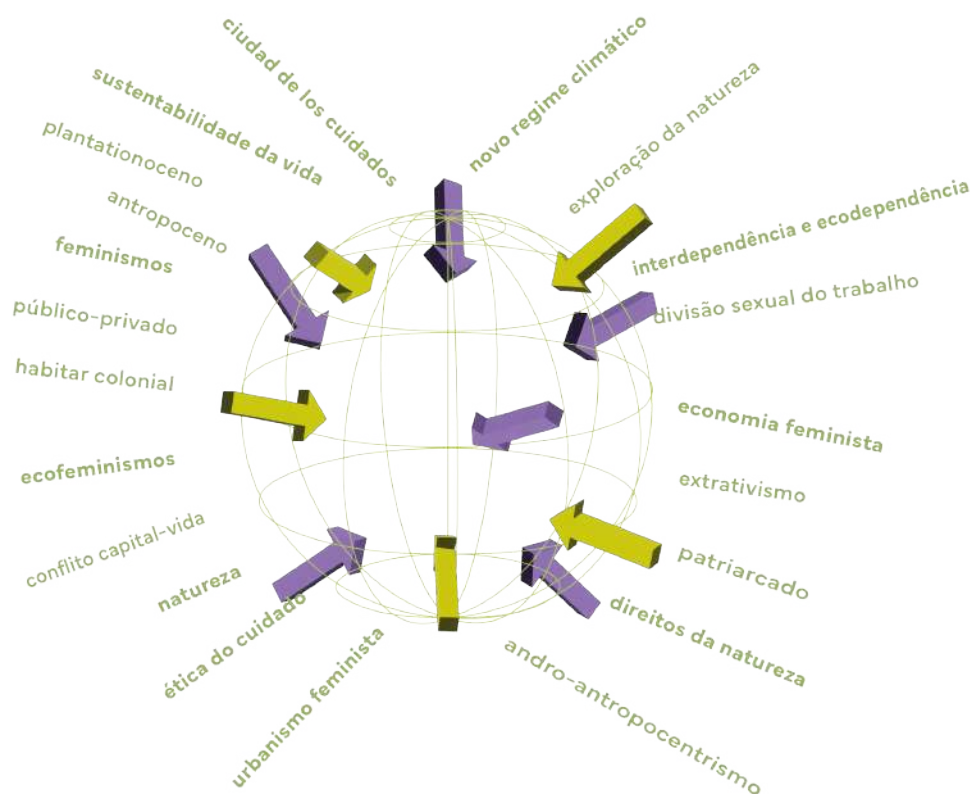
1. Pode ser conferido no Livro 3 e Capítulo 1 do Tratado Da Arquitetura.

Diante disso, a abordagem da pesquisa, ao incorporar as lentes ecofeministas, mostra-se relevante para pensar e experimentar saídas para a crise multidimensional, apontando caminhos para a regeneração das cidades, em articulação com a arquitetura da paisagem.

Justamente por os ecofeminismos se apresentarem como pensamento e práxis comprometidos com a transformação social (Puleo, 2011), reconhecendo a ecodependência e a interdependência, iluminando as opressões e denunciando a alienação consumista e devastadora da Terra, tornam-se aliados fundamentais para a atuação na paisagem.

Ao longo deste trabalho, conforme indicado no diagrama (figura 2), que articula os diversos conceitos transversais ao tema da pesquisa, diferentes noções são abordadas em distintos momentos: algumas exploradas com maior profundidade, outras tratadas de forma mais pontual, conforme a escala e a pertinência de cada discussão.

Figura 2: Conceitos transversais do trabalho.



Fonte: elaborado pela autora

1.3 Metodologia da pesquisa

A metodologia da pesquisa organiza-se em três partes principais (figura 3). A primeira parte corresponde ao referencial teórico-conceitual, que aborda os ecofeminismos e suas discussões, apresentando as principais autoras que fundamentam o marco teórico do campo: Alicia Puleo (2011, 2019), Mary Mellor (2000) e Yayo Herrero (2013, 2015). Esse referencial é articulado

com outros conceitos diretamente relacionados e integrantes do campo dos feminismos, como a economia feminista (Bengoa; Corral, 2022; Périvier, 2023), a cidade cuidadora ou dos cuidados (Chinchilla, 2020) e o urbanismo feminista (Ciocoletto, 2014; Col·lectiu Punt 6, 2019).

Ainda no referencial teórico, especificamente na parte dedicada ao campo ampliado da arquitetura da paisagem, são abordados os conceitos de paisagem e Natureza, considerando suas mudanças de sentido ao longo do tempo (De Oliveira, 2015; Maximiano, 2004; Merchant, 2020; Nogué, 2010), até chegar às definições mais coerentes com a discussão proposta neste trabalho.

Para tratar da arquitetura da paisagem, apresenta-se o surgimento do campo (Sordi, 2017), articulando-o com as ideias de arquitetas paisagistas mulheres, com o objetivo de dar visibilidade às contribuições femininas. Nesse sentido, são apresentadas as atuações de Marjorie Sewell Cautley (Way, 2005), Anne Whiston Spirn (1984; 1995; 2013; 2018), Joan Nassauer (2012; 2020) e Miriam García (LANDLAB; Paisaje Transversal, 2024), relacionando-as aos ecofeminismos, buscando compreender suas interconexões e identificar práticas que possam ser consideradas, de alguma forma, ecofeministas.

A segunda parte da pesquisa corresponde à etapa empírica, na qual se identifica o recorte espacial e temático adotado. O recorte espacial é influenciado pela localização dos grupos selecionados, que possuem como ponto em comum a atuação no sul da América Latina e no mesmo bioma, o Pampa.

A utilização de um recorte que contemple experiências do Sul tem como finalidade evidenciar produções locais diversas, desenvolvidas a partir de outras lógicas culturais, econômicas e temporais, em contraponto às experiências e referências do Norte. Essa escolha dialoga com a crítica de Marina Waisman à hegemonia da produção e da valoração da arquitetura e do urbanismo oriundas dos países europeus e dos Estados Unidos, apontando a necessidade de outras perspectivas frente às realidades do Sul (Lima, 2019).

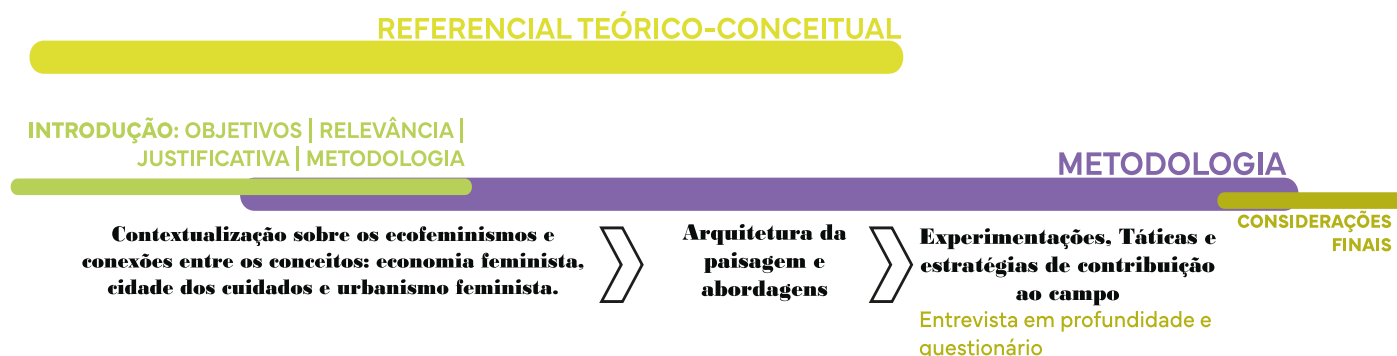
Para o contato com os grupos focais selecionados, foram consideradas características de atuação que apresentassem interface com a proteção ambiental, o ativismo ambiental e os feminismos. Esses grupos identificados possuem alguma aproximação de contato profissional com a autora.

Para o desenvolvimento da pesquisa empírica, foram utilizadas reportagens, artigos, informações provenientes das redes sociais e dos sites dos grupos, com o objetivo de elaborar a discussão e compreender a estrutura de cada coletivo. Com a finalidade de complementar essas informações, foi elaborado um formulário *online* para a coleta de dados basilares sobre os grupos, enviado juntamente com o convite para participação na pesquisa.

Além disso, como parte da pesquisa qualitativa, foram realizadas entrevistas em profundidade com uma respondente representante de cada grupo focal. Ao todo, três grupos participaram das entrevistas e quatro responderam ao formulário: a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), a Casca Instituto Socioambiental, La Ciudad que Resiste e o Ser Ação Ativismo Ambiental. A entrevista em profundidade consistiu em uma conversação um a um (Bauer; Gaskell, 2015), gravada para posterior análise dos resultados.

Como resultado, a terceira parte principal da metodologia, também integrante da pesquisa empírica, consistiu na formulação de táticas e estratégias que articulam a discussão desenvolvida ao longo do trabalho com os resultados das entrevistas. Essas táticas e estratégias buscam indicar abordagens e reflexões que incorporem a perspectiva ecofeminista atuação na paisagem e são organizadas em ações de curto prazo e em planejamentos de médio e longo prazos.

Figura 3: Estrutura metodológica da dissertação.



Fonte: elaborado pela autora

1.4 Estrutura da dissertação

A pesquisa está estruturada em três capítulos (figura 4). O primeiro capítulo aborda o referencial teórico-conceitual, reunindo a **contextualização sobre os ecofeminismos** e **a discussão dos conceitos que se relacionam**, estabelecendo conexões com os conceitos transversais discutidos ao longo do trabalho e com sua estreita relação com o Urbanismo Feminista do Col·lectiu Punt 6, a Economia Feminista (Bengoa; Corral, 2022; Périvier, 2023) e a Cidade Cuidadora ou dos Cuidados (Chinchilla, 2020).

No segundo capítulo, discute-se a **arquitetura da paisagem e suas abordagens**, apresentando o surgimento do campo e suas conexões com as atuações de arquitetas paisagistas em diálogo com os ecofeminismos. Neste capítulo, também são expostas ferramentas do campo que buscam remediar um sistema destruidor da Natureza, assim como abordagens na paisagem que utilizam a Natureza como princípio de projeto, procurando amenizar a degradação ambiental nas cidades. No entanto, essas abordagens ainda mantêm, em muitos casos, uma lógica hierárquica entre ser humano e Natureza, tendo o ser humano como principal beneficiado.

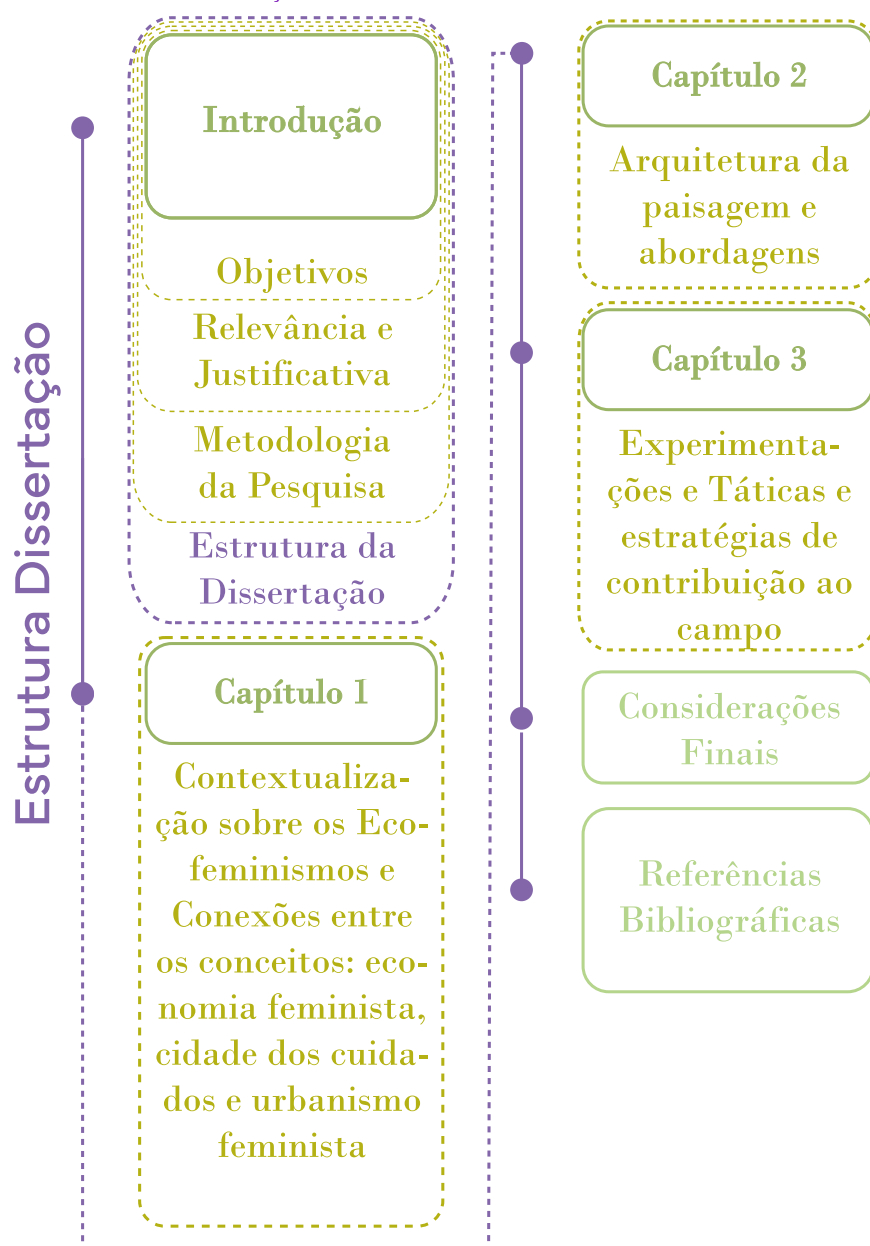
O terceiro capítulo apresenta a etapa empírica da pesquisa, integrando as **experimentações**, investigadas por meio de entrevistas e de um questionário *online*, a partir de diferentes atuações de grupos que, no sentido ampliado adotado neste trabalho, podem ser considerados ecofeministas. Esses grupos, de diferentes formas, defendem, cuidam e buscam proteger a Natureza; denominam-se feministas ou ecofeministas e discutem o território e a paisagem. Com o objetivo de enriquecer a diversidade de visões desta etapa empírica, foram selecionados grupos situados no Sul da América do Sul, especificamente no território que abrange o bioma Pampa.

Neste mesmo capítulo, são apresentadas as **táticas e estratégias de contribuição ao campo**, reunindo os resultados de toda a reflexão desenvolvida ao longo do trabalho, somados às **ex-**

per experimentações com diferentes grupos, como associações ambientalistas, iniciativas de cuidado comunitário e coletivos feministas. Dessa forma, consolida-se um dos objetivos desta pesquisa: propor táticas e estratégias para a transformação ecofeminista da paisagem.

Por fim, nas considerações finais, são apresentados os desafios enfrentados no desenvolvimento do trabalho e suas limitações, bem como indicadas oportunidades de pesquisa que possam ampliar a visibilidade das arquitetas paisagistas e fortalecer a presença de perspectivas ecofeministas no campo da Arquitetura da Paisagem.

Figura 4: Estrutura da dissertação.



Fonte: elaborado pela autora

As paisagens são tão pequenas quanto um jardim e tão grandes quanto um planeta. (Spirn, 1998).

CAPÍTULO 1

**Contextualização sobre os Ecofeminismos
e conexões entre os conceitos: economia
feminista, cidade dos cuidados e urbanis-
mo feminista.**

2.1 Ecofeminismos

Os ecofeminismos surgem do encontro entre feminismo e ecologia (Puleo, 2019, p. 146). Estes dois movimentos, feminismo e ecologismo, proporcionam uma outra forma de ver a realidade cotidiana, revalorizando aspectos, práticas e sujeitos antes considerados inferiores e diferentes (Puleo, 2011). Da mesma forma, Herrero explica que os ecofeminismos são uma corrente de pensamento e um movimento social que explora os encontros e possíveis sinergias entre ecologismo e feminismo (2015).

Dessa maneira, o diagrama da página seguinte (figura 5) tem a intenção de esclarecer alguns raciocínios e interconexões que são discutidos ao longo deste trabalho.

O diagrama apresentado busca mostrar como os conceitos discutidos pelos ecofeminismos se relacionam entre si, destacando sua crítica aos sistemas androcêntrico² e antropocêntrico³ que contribuíram para a crise multidimensional atual. Além disso, evidencia as abordagens e filosofias que fundamentam uma postura ecofeminista.

O termo ecofeminismo foi cunhado pela feminista francesa Françoise d'Eaubonne, em 1974, com o livro *Le féminisme ou la mort* (Herrero, 2015; Mellor, 2000; Puleo, 2011).

A confluência de fatores para o surgimento dos ecofeminismos acontece durante a segunda onda feminista, na qual se discutiam os direitos reprodutivos e a sexualidade, que ocorre entre as décadas de 1960 e 1980. Foi um momento em que aconteciam manifestações pacifistas como as de Greenham Common contra as bases de mísseis da OTAN em Berkshire, na Inglaterra, como a luta em defesa do território do movimento Chipko, no qual muitas mulheres rurais do Himalaya fazem parte e Vandana Shiva apresentou ao Ocidente.

O movimento Chipko surgiu em defesa das florestas. Cerca de trezentos anos atrás, no Rajastão, membros da comunidade Bishnoi, liderados por Amrita Devi, uma mulher, sacrificaram suas vidas para proteger as árvores *khejri*, abraçando-se a seus troncos (Shiva, 2024). Inspirado por esse ato de resistência, o movimento Chipko se consolidou na década de 1970, quando comunidades locais passaram a abraçar as árvores para impedir seu corte. A partir de 1977, o movimento assumiu explicitamente um caráter ambientalista e feminista (Shiva, 2024; Herrero, 2015; Puleo, 2011).

Além disso, nessa confluência de fatores, Mary Mellor indica que, no nascimento dos ecofeminismos, no início dos anos 1970, aconteciam duas crises da modernidade. A primeira relacionada à crítica verde do industrialismo ocidental, à crítica do Sul ao imperialismo econômico⁴

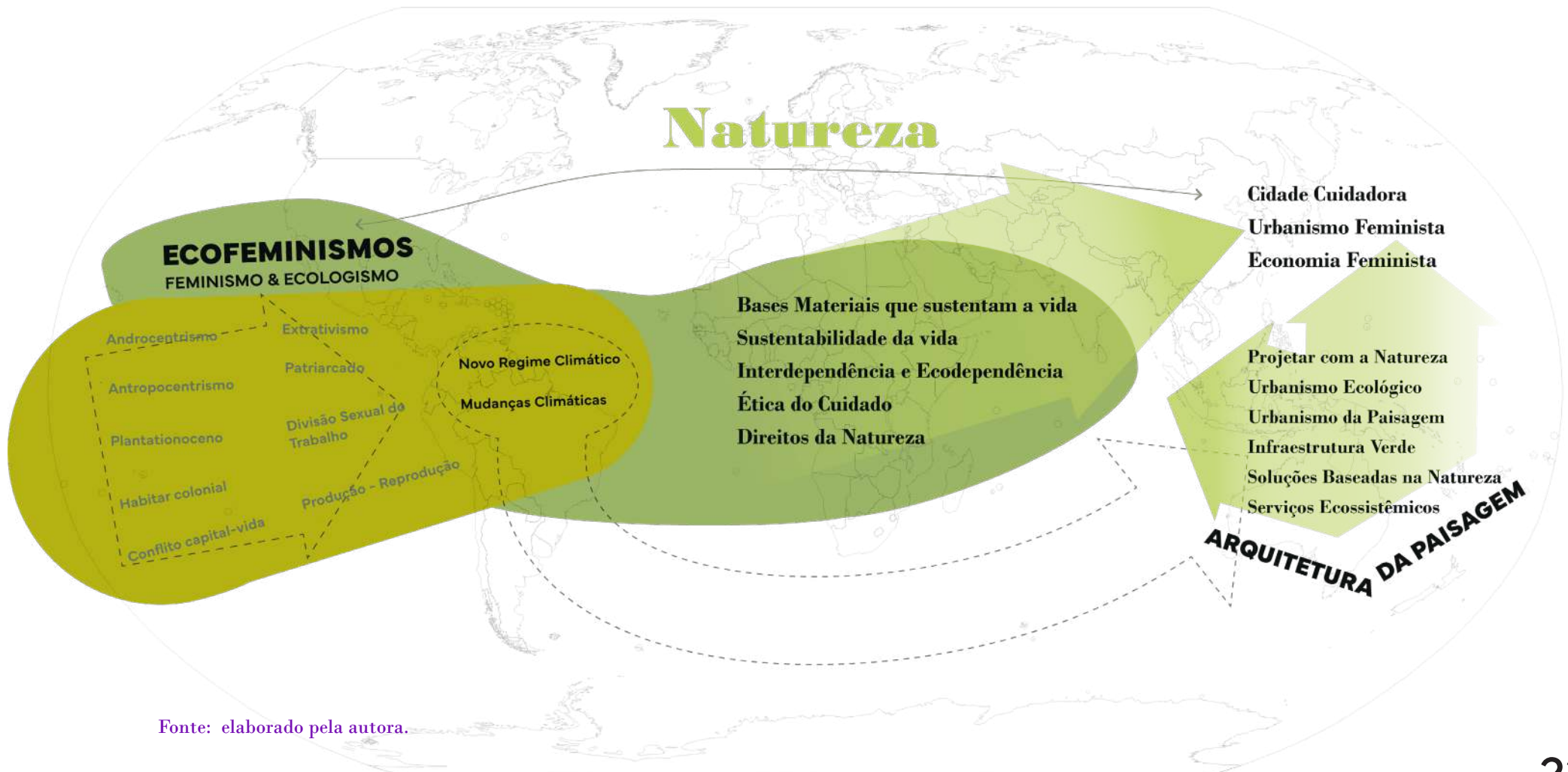
2. Androcentrismo – ponto de vista patriarcal que considera o homem e suas experiências como medida de todas as coisas (Puleo, 2019).

3. Antropocentrismo – crença de que apenas o ser humano tem valor, ideologia enraizada que deprecia os animais e o restante da Natureza (*ibidem*).

4. Vandana Shiva defende que o inimigo da Natureza não é o homem em si, mas o homem branco e seu racionalismo reducionista, que desembocou no atual complexo tecnocientífico e em sua organização mercantil do mundo (Puleo, 2011).

PENSAR COM A NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS À ARQUITETURA DA PAISAGEM NO PAMPA

Figura 5: Diagrama dos conceitos.



Fonte: elaborado pela autora.

e ao crescimento de campanhas antinucleares, bem como ao progresso econômico, que não permitiu que as mulheres escapassem da “feminilidade”, numa visão dos feminismos liberais, que possuíam um olhar otimista ao progresso político e social (2000, p. 66).

Na “nova esquerda”, inclusive, ainda predominava a postura sexista. Para as mulheres da esquerda, os homens lideravam as marchas e o movimento, e esperavam que as camaradas lambessem as cartas e escutassem (Coote y Campbell, 1982 *apud* Mellor, 2000). Essa configuração perdura até hoje em movimentos ambientalistas, nos quais as referências e lideranças masculinas ainda são assimétricas em relação às mulheres.

Nesse contexto do surgimento dos ecofeminismos, as autoras Alicia Puleo, Mary Mellor e Yayo Herrero são referências essenciais (figura 6). Estes exemplos, contudo, não esgotam as contribuições de outras pensadoras do período nem abarcam toda a variedade e heterogeneidade das correntes ecofeministas.

As diferentes correntes de pensamento ecofeminista possuem relação com a teoria chamada Ética do Cuidado, que se trata de uma ética da responsabilidade. A ética do cuidado propõe uma moral da responsabilidade e a interdependência, diferente, mas complementar, à moral da justiça.

A ética do cuidado é incorporada pelo ecofeminismo, que ampliou o cuidado para o mundo natural: cuidar das pessoas e cuidar da Terra. Assim, o cuidado torna-se um princípio moral e político de transformação, que é crítico ao individualismo, ao racionalismo abstrato e à lógica patriarcal e capitalista.

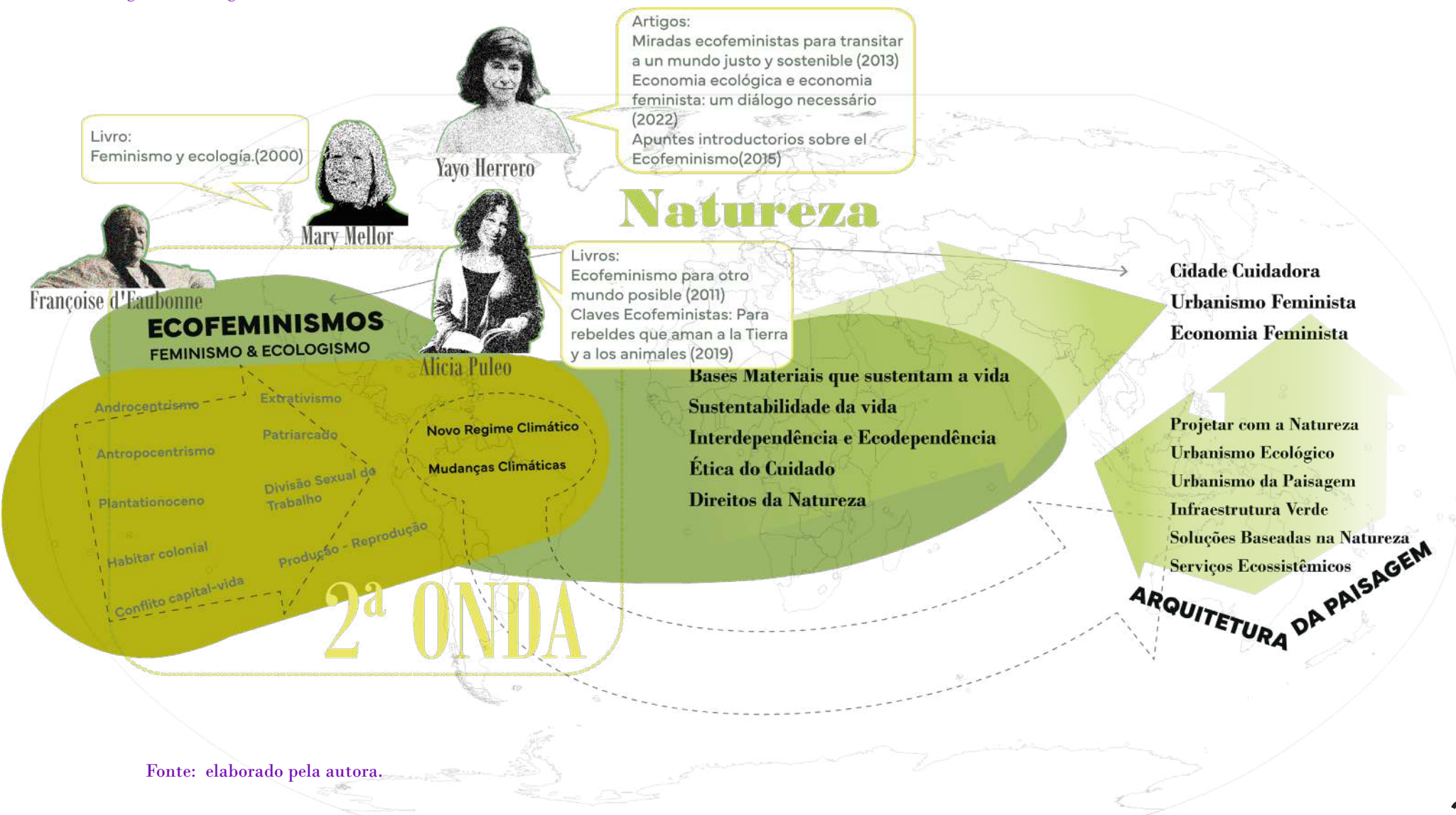
O ecofeminismo não possui um pensamento único, mas um conjunto diverso de correntes que articulam feminismo e ecologia a partir de diferentes bases filosóficas, políticas e culturais. Em comum, todas defendem que há relações entre a opressão das mulheres e a degradação da natureza, mas divergem nas causas, nas ênfases e nas estratégias de transformação.

Diferentes autoras indicam que são duas as principais correntes de pensamento ecofeministas: a essencialista e a construtivista (Puleo, 2011). A primeira corrente, essencialista, também entendida como ecofeminismo clássico, compreende que a relação estreita entre a Natureza e as mulheres ocorre pela capacidade das mulheres de gerar e cuidar. No contexto do surgimento dos ecofeminismos nas décadas de 1970 e 1980, existia o temor pela guerra atômica, as ecofeministas desta época criticavam a cultura da tecnologia, que poderia levar à destruição total. Isso está diretamente relacionado à participação dessas ecofeministas nas manifestações pacifistas. Este ecofeminismo compreende que a mulher está relacionada à Natureza e o homem à Cultura. (*Ibidem*), e reinterpretam essa associação ao homem, dizendo que a Cultura é corrupta e destrutiva.

Já a segunda, a corrente construtivista, entende que essa relação de proximidade das mulheres com a Natureza é uma construção social. As ecofeministas construtivistas não identificam as mulheres com a Natureza, elas destacam que tanto mulheres como homens são Natureza e Cultura.

PENSAR COM A NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS À ARQUITETURA DA PAISAGEM NO PAMPA

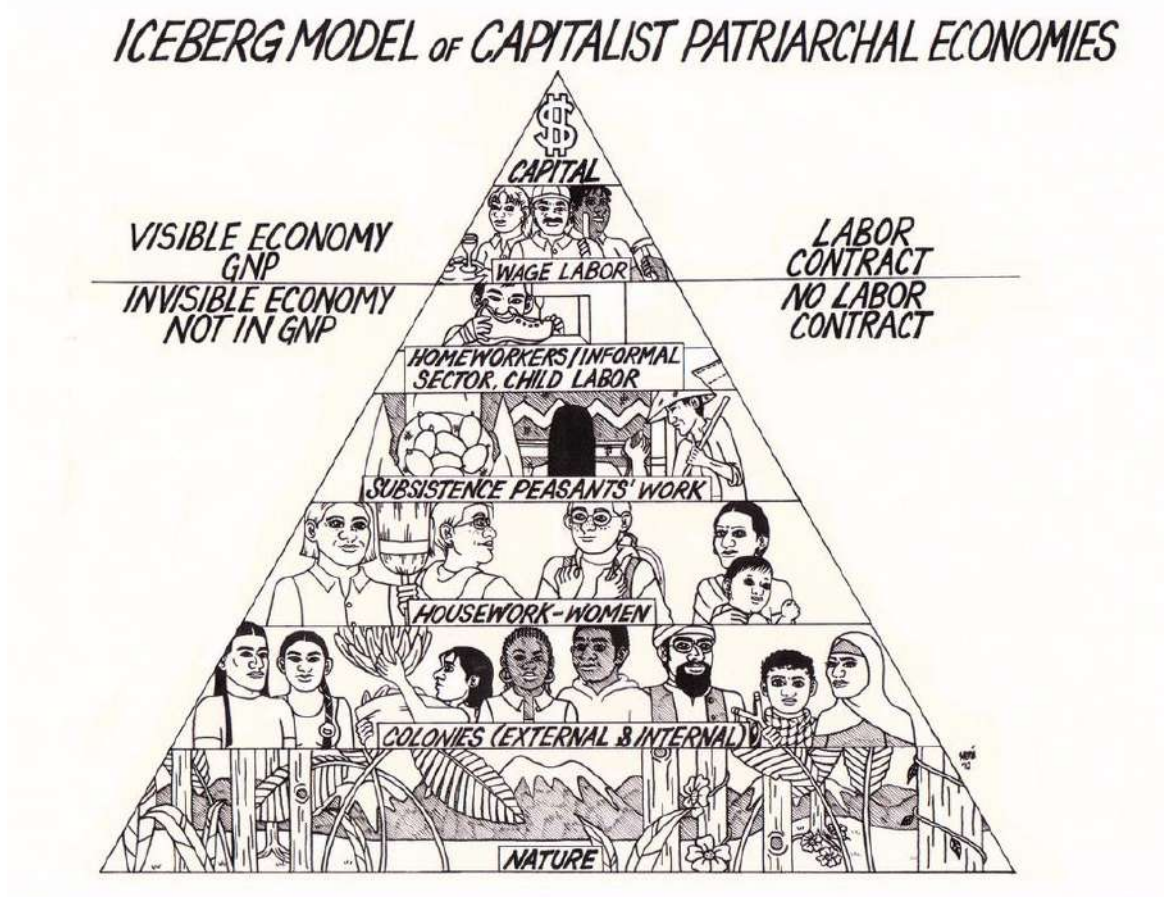
Figura 6: Diagrama dos conceitos autoras ecofeministas.



Fonte: elaborado pela autora.

Como aponta Herrero (2015), o ecofeminismo construtivista defende que a estreita relação entre mulheres e natureza se trata de uma construção social, atribuindo papéis e funções que se originam da divisão sexual do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade nas sociedades patriarcais (Lerner, 2019; Herrero, 2015) (figura 7), fatores que despertam essa consciência ecológica nas mulheres. Logo, a abordagem desse trabalho se dá a partir da perspectiva ecofeminista construtivista.

Figura 7: Iceberg model of capitalist patriarchal economies.



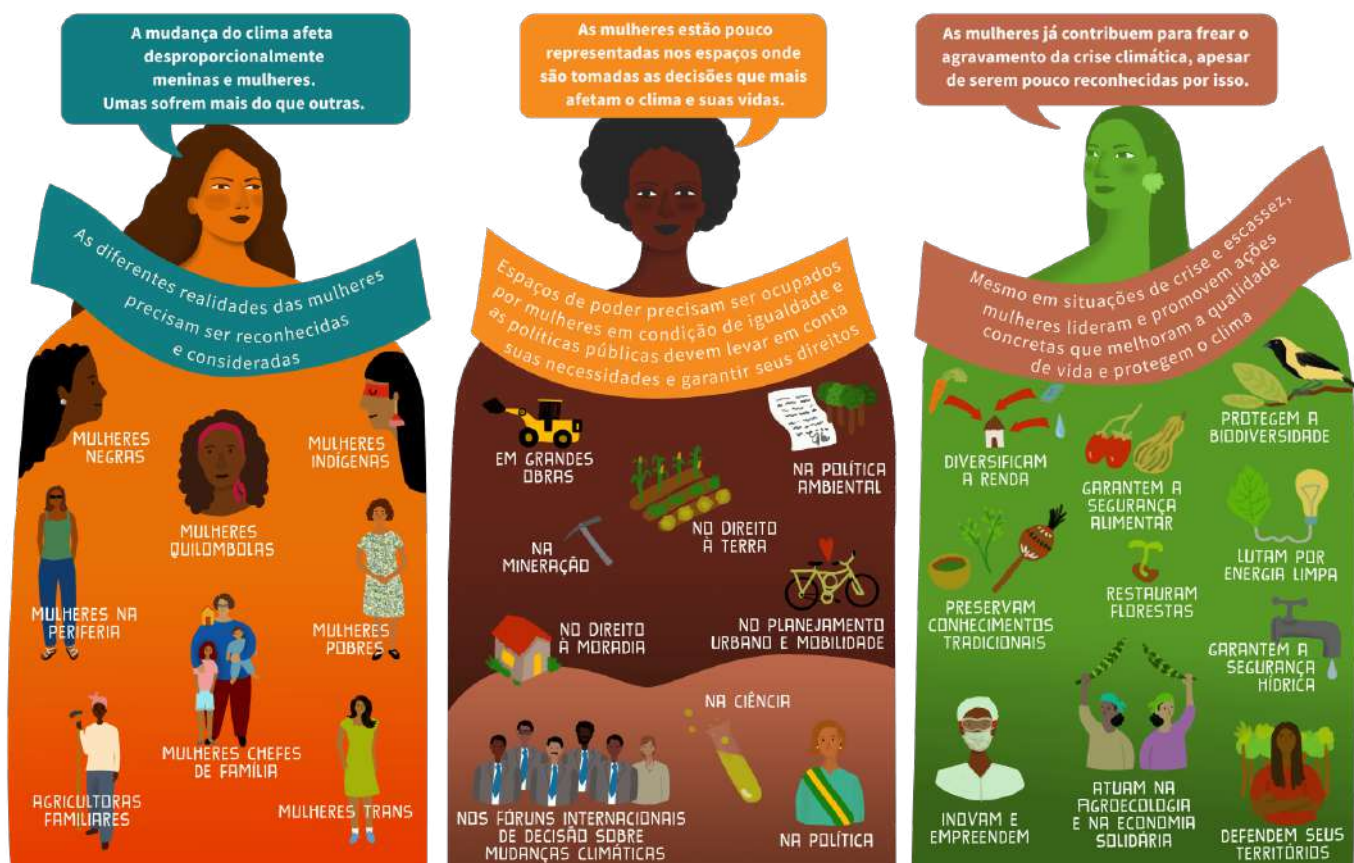
Fonte: Ilustração de Hann Alexander Helios.

Mies (1998 *apud* Mellor, 2000) afirma que as mulheres sofrem desproporcionalmente em termos sociais e ecológicos, e que existem padrões de exploração baseados no colonialismo, no racismo e na exploração do trabalho. Dessa forma, quando ocorre algum tipo de degradação ambiental, os impactos afetam de maneira diferente homens e mulheres⁵, pois geram o aprofundamento das desigualdades existentes ou causam novas (Delbene, 2019, p. 48).

5. Para exemplificar algumas das formas pelas quais esses impactos afetam desproporcionalmente as mulheres, em sua diversidade de classe e etnia/raça, pode-se citar a situação de mulheres do campo pobres, responsáveis pelo trabalho reprodutivo, que, assim como os animais silvestres, sofrem com a contaminação dos rios pela fumigação de agrotóxicos da monocultura e pela exploração mineral, sem a possibilidade de acessar alternativas como a compra de água engarrafada. Outro exemplo refere-se à exposição aos xenoestrogênios presentes em produtos do cotidiano, que afetam e alteram o funcionamento normal dos hormônios, bem como à masculinização do território quando se instalam empresas multinacionais extrativistas, que demandam uma série de serviços relacionados ao cuidado, aprofundando a divisão sexual do trabalho e a violência baseada no gênero (Simon, 2021).

Igualmente, no ano de 2021, o Observatório do Clima lançou um infográfico (figura 8) elaborado pelo Grupo de Trabalho Gênero e Clima que indica que meninas e mulheres, quilombolas, negras, indígenas, da periferia, chefes de família, pobres, transexuais e agricultoras familiares sofrem os impactos das mudanças climáticas de maneira desproporcional (Oliveira, 2021).

Figura 8: Infográfico impactos desproporcionais em meninas e mulheres.



Fonte: Infográfico elaborado pela Grupo de Trabalho Gênero e Clima do Observatório do Clima no ano de 2021.

Os ecofeminismos questionam as dicotomias (cidade-campo, produção-reprodução, cultura-natureza, público-privado) que estão enraizadas nos espaços em que acontece nossa vida cotidiana e onde as relações sociais se desenvolvem de forma desigual. Essas dualidades que os ecofeminismos questionam não são naturais, mas construções culturais de um sistema patriarcal e antropocêntrico, que coloca o homem branco ocidental no topo da hierarquia. Elas propõem desfazer a hierarquia entre esses polos, assim como reconhecer interdependência e ecodependência, revalorizar o cuidado e construir um pensamento relacional em que o “ou” é substituído pelo “e”.

Essas dicotomias constituem o alicerce do pensamento ocidental moderno e, consequentemente, do modo como as cidades foram concebidas, sendo reflexo da masculinidade hegemônica e hierárquica e de um modelo de sociedade que vincula qualidade de vida ao consumo e incentiva a produção em favor da acumulação. São cidades polarizadas socialmente, que

resultam pouco saudáveis, concebidas como organismos de crescimento contínuo e ilimitado, levando a uma enorme crise ecológica.

Retomando o que foi mencionado anteriormente, os ecofeminismos são um pensamento e práxis comprometidos com a transformação social (Puleo, 2011), que reconhece a ecod dependência e a interdependência. Segundo Herrero (2013), que cunhou os conceitos, sustenta que nós, seres humanos, obtemos o que precisamos para estar vivos da natureza, por isso somos ecod dependentes, somos Natureza. E dependemos de outros seres humanos, em algumas fases da vida, não poderíamos sobreviver sem outro ser humano, por isso somos interdependentes.

Logo, a crise multidimensional, que se configura na retroalimentação das opressões e crises e se expressa em crise ecológica, social e econômica (Kois; Morán, 2017), é resultado de um modo de habitar a terra. Neste caso, as palavras e as maneiras pelas quais a destruição dos ecossistemas terrestres é descrita não são politicamente neutras. Ferdinand (2022) aponta que o termo “Plantationoceno”⁶ é o que se aproxima de traduzir o desenvolvimento do habitar colonial da Terra. O habitar colonial o qual Ferdinand denomina é um modo de habitar a Terra próprio da colonização europeia nas Américas, implementada violentamente e que contribuiu para a situação ecológica, social e política hoje.

Portanto, reconhecer o papel da colonização na construção da atualidade é fundamental, assim como as diferentes formas nas quais o patriarcado se expressa, que não apresenta as mesmas feições nos diversos lugares do mundo⁷ (Vergès, 2020, p.18).

De tal modo, Mellor (2000), quando apresenta o marco teórico ecofeminista, alega que ecofeministas, assim como as feministas radicais, identificam o patriarcado, especialmente o patriarcado ocidental⁸, como responsável principal pela destruição ecológica global. Apesar disso, mesmo o pensamento ecofeminista apoiando-se no feminismo radical na crítica ao patriarcado, as ecofeministas discordam no reconhecimento de como as relações patriarcais estruturam as relações entre mulheres e o mundo natural⁹.

6.O Plantationoceno permite reconhecer os fundamentos coloniais e escravistas da globalização que causam as crises socioecológicas atuais (Ferdinand, 2022). Além disso, é uma alternativa ao termo tão difundido “antropoceno” que se mostra como uma homogeneização da forma de habitar a terra. O termo Plantationoceno foi proposto no seminário Ethnos na Universidade de Aarhus, por Donna Haraway e Anna Tsing (Haraway, 2016). Uma alternativa ao termo Antropoceno é o Capitoloceno, que põe em evidência que não são todos os humanos culpados igualmente pelas causas econômicas da atual crise, com desenvolvimento baseado em um sistema econômico fóssil.

7.Françoise Vergès indica que o patriarcado, nas suas diferentes expressões, se mostra abertamente grosseiro, vulgar, brutal, racista, misógino, homofóbico e transfóbico em contraste com um patriarcado que diz respeitar os direitos das mulheres, a depender de qual lugar do mundo se expressa (Vergès, 2020).

8.O patriarcado ocidental tem como principal dinâmica os dualismos hierárquicos observados na divisão da sociedade, como: natureza-cultura, masculino-feminino, entre outros (Mellor, 2000).

9.Na década de 1970, no contexto estadunidense, a construção dos ecofeminismos estava organizada em duas correntes, que se correspondem às duas principais explicitadas no texto anteriormente, o feminismo radical/cultura/espiritual, que compreende que existe uma afinidade “natural” entre as mulheres e a natureza, e a corrente com perspectiva política construcionista e radical mais socialista. Essas correntes divergem sobre as conexões entre mulheres e o mundo natural, a primeira como uma conexão elementar e a dominação masculina per se. Na segun-

Nesse sentido, o que Vandana Shiva chama de “mau desenvolvimento”, o conceito cunhado pela autora, refere-se à exportação interessada para os países do Sul, de formas de produção destrutivas da biodiversidade, centradas no mercado e geradoras de graves desequilíbrios sociais (Puleo, 2007). Isso pode ser exemplificado pela substituição dos cultivos locais por monoculturas, assim como na destruição da flora e fauna local para obras de infraestrutura hidráulica, causando uma sequência de impactos e desastres como as inundações e a desertificação (*Idem*, 2011).

Dessa maneira, Alicia Puleo apresenta as diferentes formas como as mulheres são afetadas pelo mau desenvolvimento: são mais impactadas pela contaminação ambiental de inúmeras maneiras, tanto em seus organismos quanto por fatores externos. E destaca que as mulheres não são apenas vítimas — também são agentes ativas no cuidado ambiental e na construção de uma nova cultura em relação à Natureza (*Ibidem*).

No entanto, Puleo adverte que não se deve exigir que as mulheres sejam as principais cuidadoras do meio ambiente. Isso não seria justo, pois elas já se encontram em situação de desvantagem; não se pode pedir que façam ainda mais esforço. As responsabilidades devem ser compartilhadas. Assim como os países mais desenvolvidos devem realizar maiores esforços para reduzir a poluição do que aqueles em situação mais vulnerável, uma lógica semelhante pode ser aplicada aos diferentes coletivos de sexo e gênero.

A autora oferece um panorama dos ecofeminismos latino-americanos - dos movimentos de soberania alimentar, dos movimentos indígenas, de lutas que exigem coragem e podem levar à morte, e das teologias ecofeministas, que falam de fé como algo aprendido com os pobres e de uma ecojustiça¹⁰ que acolhe os povos indígenas, principais vítimas da destruição ambiental.

Com isso, Puleo aproxima-se da realidade concreta: para além das teorias, os povos da América Latina em situação de vulnerabilidade lutam e arriscam suas vidas cotidianamente em defesa da Terra.

Seguindo nas experiências latinas, destacam-se as teologias ecofeministas, que surgem ao final da década de 1980 e início da de 1990, e a relevância da teóloga brasileira Ivone Gebara, cuja trajetória impulsionou o aprofundamento dos estudos sobre a teologia ecofeminista e os coletivos latino-americanos. Nesse sentido, a teologia ecofeminista apresenta a articulação de uma práxis horizontal e de trabalho coletivo em rede, elementos fundamentais para a construção de processos de transformação e resistência.

[...] as teólogas ecofeministas têm militado junto às mulheres dos bairros mais pobres do continente e foram as únicas que conseguiram transcender a atual cosmovisão androcêntrica do mundo, levando até as últimas consequências os princípios de justiça, igualdade e empatia. (LADANTA LASCANTA, 2018, p. 40).

da, a conexão com o mundo natural como uma construção social e a divisão de poder e do trabalho entre homens e mulheres como chave dos padrões de desenvolvimento (Mellor, 2000, p19).

10. Ivone Gebara apresenta a justiça social como ecojustiça. A ecojustiça é uma justiça ecológica que atende aos povos indígenas, uma das principais vítimas do saque e destruição ambiental. A teóloga convida a superar a imagem patriarcal de um Deus separado da Natureza (Puleo, 2011).

Essa cosmovisão androcêntrica é precisamente a que conduziu às múltiplas crises - política, social, ecológica, ética e econômica - que caracterizam o contexto contemporâneo.

O coletivo LaDanta LasCanta¹¹ apresenta um panorama das lutas ecofeministas na América Latina, expressando um ecofeminismo enraizado e fortemente vinculado aos corpos-territórios, que se colocam na linha de frente para conter a destruição de seus espaços de vida. Dessa forma, as ecofeministas latino-americanas reforçam que existe uma conexão estreita entre o antropocentrismo e o patriarcado, e que as lutas das mulheres na América Latina se configuram como antipatriarcais, antirracistas e anticapitalistas, buscando enfrentar simultaneamente essas estruturas de dominação (*Ibidem*).

Diante dos desafios impostos pelo Novo Regime Climático (Latour, 2020), os ecofeminismos emergem como aliados fundamentais na construção de estratégias que rompem com a lógica do capital. Ao criticar os modelos de desenvolvimento que sustentam as múltiplas crises, as perspectivas ecofeministas propõem formas alternativas de habitar, produzir e relacionar-se com a Natureza.

Essa crítica é especialmente relevante para transformar a maneira de pensar e projetar as cidades, incorporando espaços para a agricultura, para o ócio, para a convivência entre todos os seres vivos e para o reconhecimento dos direitos da Natureza (Gudynas, 2020). Esses elementos são essenciais para qualificar a vida urbana e para orientar a transição rumo a cidades que operam em harmonia com a Natureza, rompendo com a hierarquia andro-antropocêntrica.

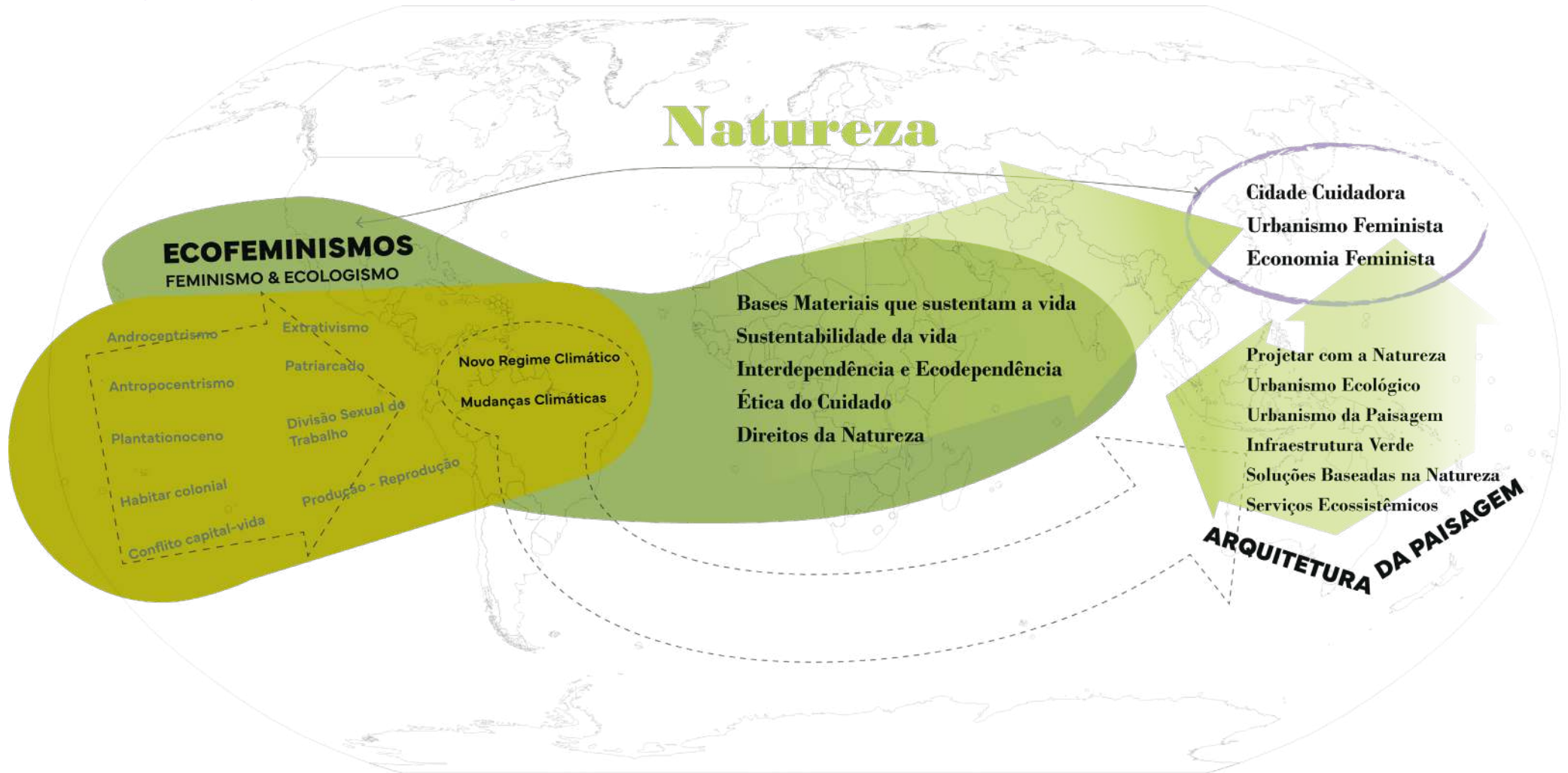
2.2 Conexões entre os conceitos: economia feminista, cidade dos cuidados e urbanismo feminista.

Dando continuidade ao capítulo, nesta seção serão abordadas noções intrinsecamente relacionadas ao tema deste trabalho - conceitos do campo dos feminismos que também se articulam com a arquitetura e o urbanismo e são compartilhadas por essas áreas. Assim, são apresentados aqui elementos provenientes da **economia feminista**, da ideia de **cidade cuidadora** (ou **cidade dos cuidados**) e do **urbanismo feminista**, observável na elipse roxa do diagrama a seguir (figura 9 e 10).

11. La Danta LasCanta é um grupo venezuelano ecofeminista.

PENSAR COM A NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS À ARQUITETURA DA PAISAGEM NO PAMPA

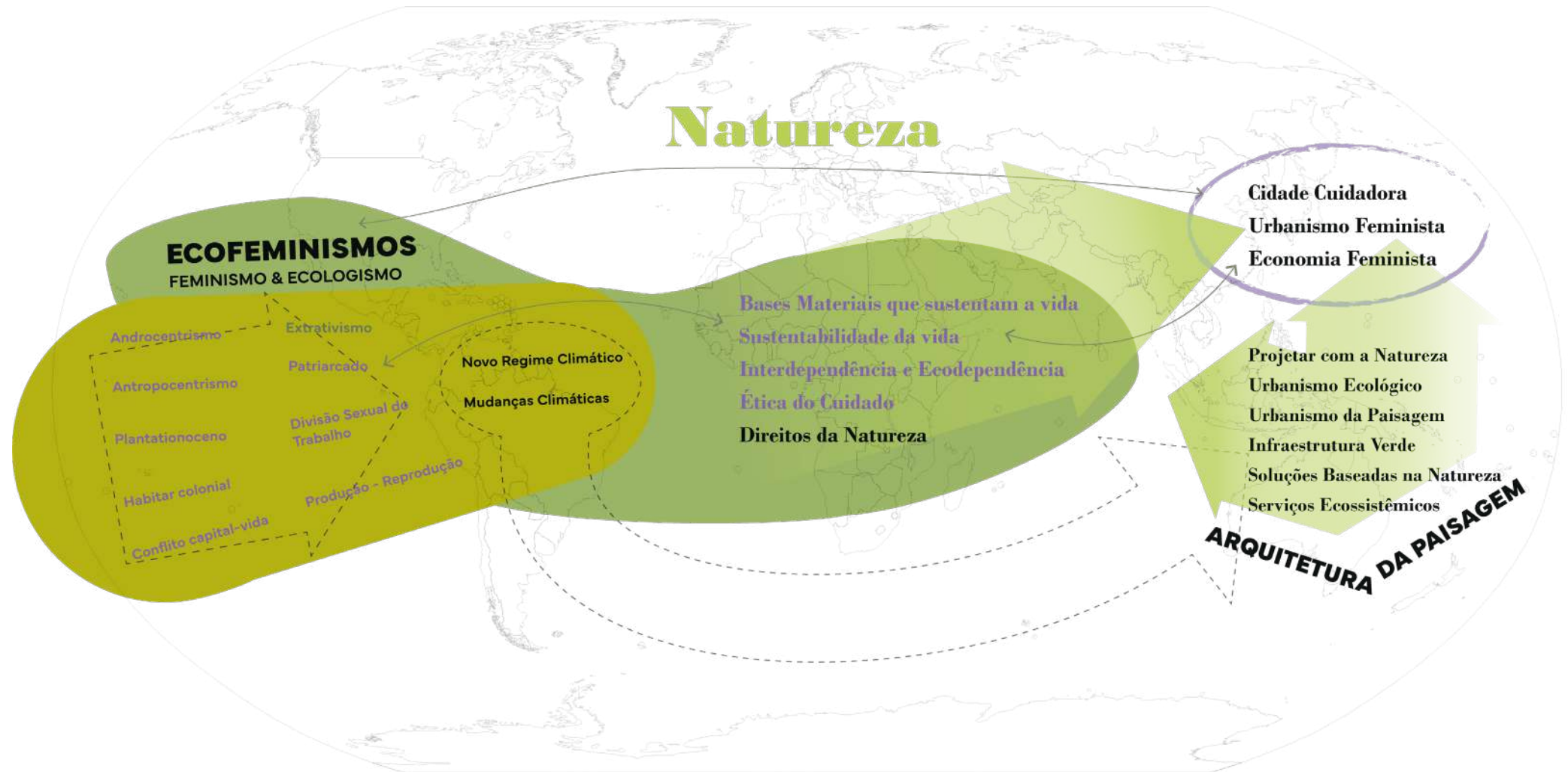
Figura 9: Diagrama dos conceitos com destaque em roxo.



Fonte: elaborado pela autora.

PENSAR COM A NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS À ARQUITETURA DA PAISAGEM NO PAMPA

Figura 10: Diagrama dos conceitos interrelacionados.



Fonte: elaborado pela autora.

2.3 Economia Feminista

A ideia de iniciar pela economia feminista deve-se ao fato de ela ser basilar para compreender as dinâmicas da estrutura social que resultam no modelo de cidade em que vivemos. A economia feminista é um ramo da ciência econômica (Périvier, 2023) e não possui uma definição única. Ela critica as correntes consideradas dominantes na economia e propõe outra forma de entender o mundo.

Carrasco e Corral indicam que:

A economia feminista, como crítica às economias consideradas legítimas e/ou dominantes, surge já no século XIX quando uma série de mulheres interpelam os economistas clássicos por não discutirem a divisão sexual do trabalho, por não atribuírem categoria econômica às atividades domésticas nem as conceitualizar como trabalho, por aceitarem as discriminações profissionais das mulheres, por não reconhecerem o poder patriarcal exercido pelo homem no lar em seu papel de ganhador de pão[...] (Bengoa; Corral, 2022).

Essa crítica às economias coincide com a **primeira onda dos feminismos**, enquanto a **segunda onda** coincide com a discussão sobre trabalho doméstico. A seguir, o diagrama representa alguns dos conceitos-chave deste capítulo, organizados no tempo (figura 11).

A linha de raciocínio deste capítulo é a de esclarecer a complexidade da crise civilizatória por meio de alguns conceitos que trazem luz às suas causas, às opressões que se materializam espacialmente nas cidades e à subordinação das mulheres¹². Por esse motivo, a partir da economia feminista, pode-se entender o que é a **divisão sexual do trabalho**. Segundo as economistas feministas, o capitalismo e o **patriarcado** se inter-relacionam para criar a divisão sexual do trabalho.

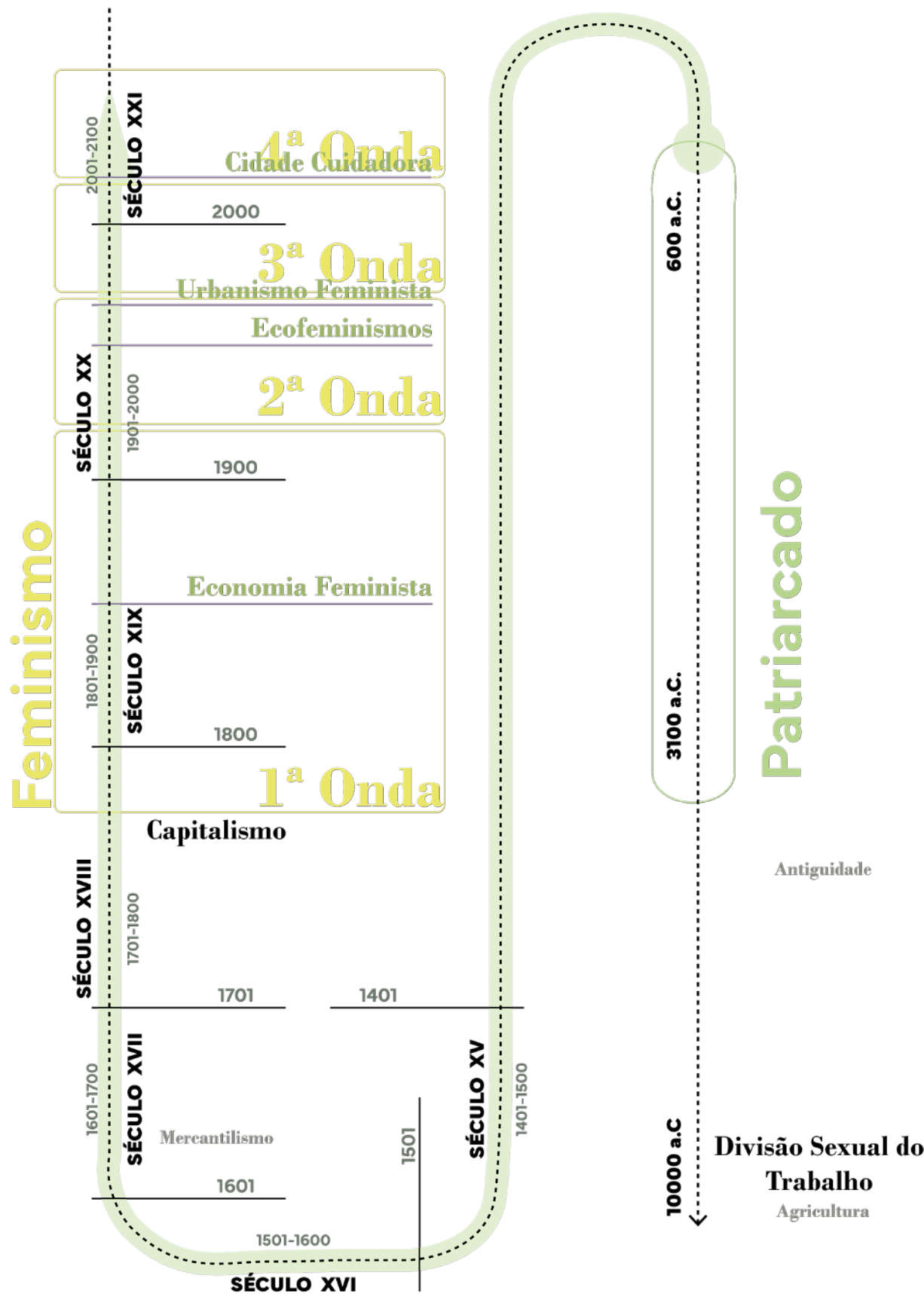
Todavia, segundo a autora Gerda Lerner, o surgimento do patriarcado foi um processo que ocorreu durante um período de aproximadamente 2500 anos, por volta de 3100 a 600 a.C., ocorrendo de maneiras distintas em ritmos e sociedades diferentes no Antigo Oriente Próximo¹³, tomando novas formas no decorrer do tempo sem ter conhecido seu fim (Lerner, 2019).

A primeira divisão sexual do trabalho data do Período Neolítico, por meio das diferenças biológicas, unicamente reprodutivas. Lerner indica que a estrutura com base na diferença biológica se refere apenas aos primeiros estágios do desenvolvimento humano e portanto a dominância masculina e a divisão sexual do trabalho que ocorre posteriormente com base na maternidade é um fenômeno histórico, criado e reforçado em termos culturais no passar do tempo.

12.Segundo Lerner as relações de sexo-gênero entre homens e mulheres não podem ser atribuídas a uma única causa, ao longo de cinco milênios, a sede de poder dos homens. Ela indica que o uso da expressão subordinação em lugar de opressão, devido a diferentes realidades e complexidades das mulheres, que não são um grupo homogêneo e ainda que nesses cinco milênios, colaboraram com a própria subordinação, aceitando o sistema sexo-gênero (2019, p. 289).

13.O Antigo Oriente Próximo é o período que se refere à região em que surgem as civilizações anteriores à civilização clássica.

Figura 11: Linha do tempo conceitos chave do capítulo.



Fonte: elaborado pela autora.

Relembrando o discutido sobre os ecofeminismos no início deste capítulo, sobre a corrente ecofeminista construtivista, o feminismo materialista contesta os essencialismos que diferenciam os sexos, esse é um mecanismo utilizado pelo que capitalismo para justificar a exploração dos homens em relação às mulheres e a exploração humana em relação à natureza. Essa hierarquia entre masculino e feminino, a dominação de um pelo outro, como afirma Périvier (2023), é a que criou a divisão sexual do trabalho, corroborando as pesquisas de Lerner.

A divisão sexual do trabalho atribui os **trabalhos reprodutivos** às mulheres e os **produtivos** aos homens. Os trabalhos reprodutivos são as tarefas realizadas no lar pelas mulheres que garantem a reprodução biológica do ser humano e a força de trabalho. São os trabalhos invisíveis, que não são reconhecidos nem remunerados. Do contrário, os produtivos são os trabalhos ligados à produção mercantil de bens e serviços (Périvier, 2023). Os trabalhos reprodutivos também são conhecidos como trabalho de cuidado. Os feminismos apontam, portanto, que um dos mecanismos-chave do sistema capitalista são a de transferir a responsabilidade de sustentar a vida às esferas econômicas invisibilizadas (Orozco, 2022, p. 29), esses chamados trabalhos reprodutivos, trabalhos de cuidado, trabalho doméstico...

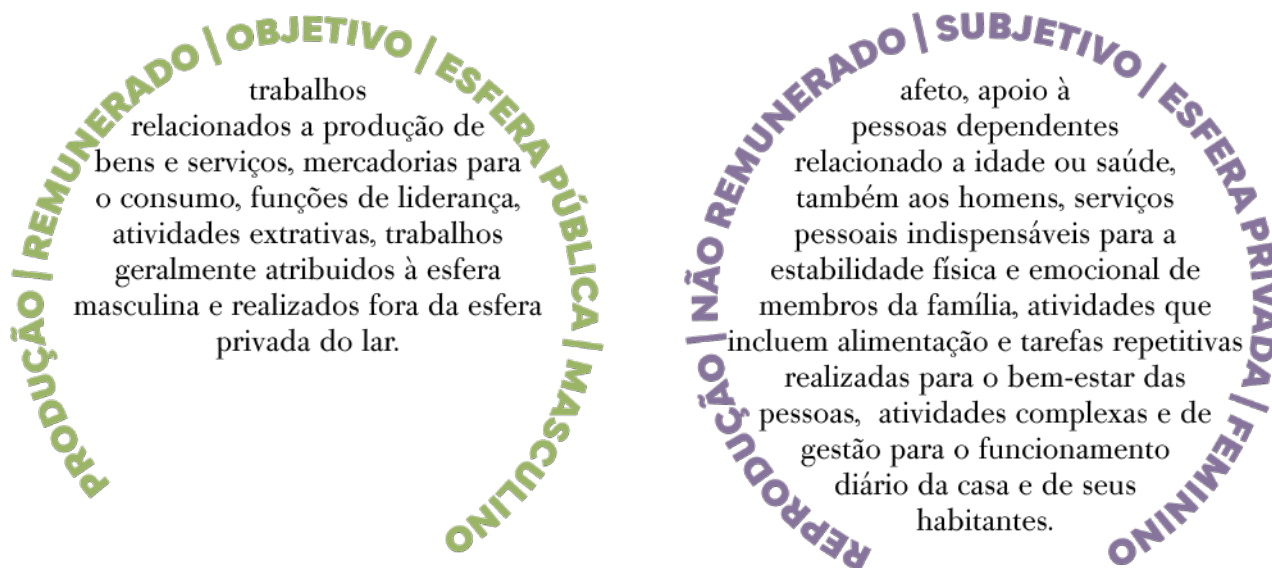
No mesmo raciocínio, Mies, quando expõe sobre a dinâmica da sociedade industrial moderna na sua lógica de crescimento sem limites e exploração do Sul pelo Norte, mostra que a divisão sexual patriarcal capitalista do trabalho é um fator facilitador dos custos sociais da reprodução da força de trabalho. Essa lógica atribui os trabalhos domésticos às mulheres, define como um trabalho não produtivo ou não laboral, resultando que esses trabalhos não remunerados não sejam incluídos no Produto Interno Bruto (PIB), na economia oficial, ou seja, os trabalhos reprodutivos necessários à existência humana e dos quais a produção capitalista depende são considerados externos ao sistema econômico (Carrasco, 2001).

Orozco chama ironicamente a economia capitalista, que é uma economia heteropatriarcal, colonialista, ambientalmente destrutiva e racista, de *essa Coisa Escandalosa*, pois ela põe em conflito os processos de acumulação de capital e os processos de **sustentabilidade da vida**. Afirmar ainda que esse **conflito capital-vida** diz respeito à vida do homem branco, burguês, varão, adulto e heterossexual (BBVAh) em oposição à vida dos demais seres vivos (Orozco, 2022, p. 28).

A partir da valorização dos trabalhos de cuidado, a economia feminista introduz o conceito de sustentabilidade da vida. Para Carrasco, as necessidades humanas envolvem não apenas bens e serviços, mas também afetos e relações. Essas necessidades se dividem em dimensões objetivas, ligadas às necessidades biológicas e subjetivas, relacionadas aos aspectos psicológicos, afetivos e de cuidado (Carrasco, 2001).

Com base no explicitado por Carrasco, a figura 12 exemplifica as esferas produtivas e reprodutivas. Sobre esta última, pode-se dizer que são atividades invisibilizadas e absolutamente necessárias para o sustento e cuidado da vida humana (Id., 2001). O entendimento de sustentabilidade da vida está estritamente conectado com o significado de sustentabilidade humana, social e ecológica (Herrero, 2015) de Boch, Carrasco e Grau, que indicam essa correspondência e objetivo comum entre os feminismos e ecologismos:

Figura 12: Esferas produtivas e reprodutivas.



Fonte: elaborado pela autora.

[...] processo que não só faz referência a possibilidade real de que a vida—em termos humanos, sociais e ecológicos—, senão que este processo signifique desenvolver condições de vida, padrões de vida ou qualidade de vida aceitáveis para toda a população. Sustentabilidade que supõem uma relação harmônica entre humanidade e natureza, e entre humanas e humanos. Em consequência, será impossível falar de sustentabilidade se não vai acompanhada de equidade (Bosch; Carrasco; Grau, 2005).

Com as mudanças e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, os homens permaneceram com seus papéis intactos, enquanto as mulheres ficaram com uma dupla jornada, familiar e laboral.

Nesse sentido, a dinâmica do capital de acumulação é baseada em dicotomias, como demonstrado, por meio da divisão sexual patriarcal capitalista do trabalho, organizando então o tempo ao redor dos trabalhos mercantilizados, resultando em uma distribuição assimétrica nas atividades que não são mercantilizadas e nem possuem reconhecimento social. Dessa forma, o tempo dedicado às necessidades pessoais, ao ócio, ao trabalho voluntário e ao trabalho familiar doméstico, recai sobre as mulheres, que também dedicam seu tempo aos trabalhos remunerados, uma assimetria que é uma das maiores fontes de desigualdade entre homens e mulheres.

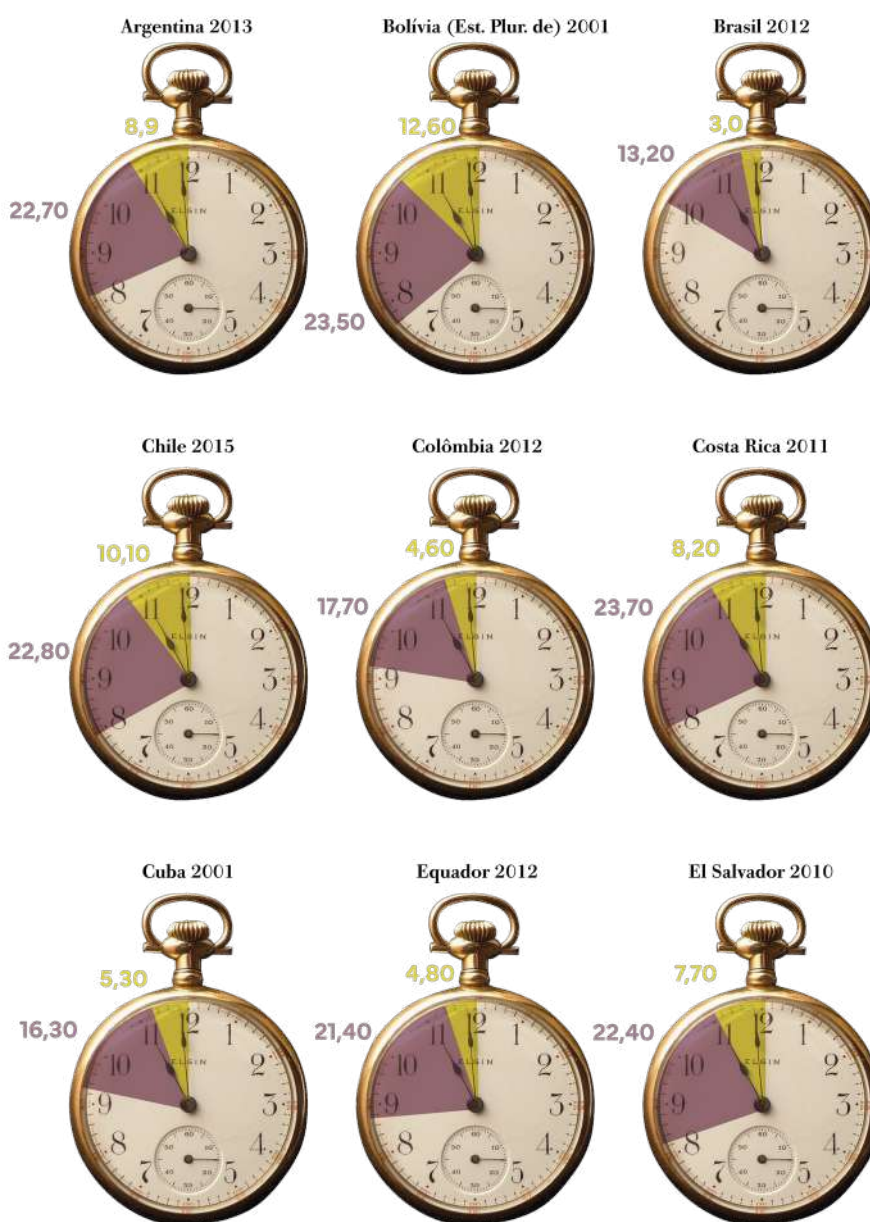
Para exemplificar o exposto, a Divisão de Assuntos de Gênero da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por meio de dados obtidos de 17 países mediante entrevistas para a medição do uso do tempo entre os anos de 1985 e 2017, reuniu, segundo cada país, o tempo dedicado aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, mostrando a realidade desigual dessa distribuição em que as mulheres destinam mais tempo que os homens, conforme a imagem a seguir (figura 13):

Ademais, a economia dominante concebe a ideia de tempo como homogêneo e linear, como algo reducionista e meramente quantificável, com pouca relação às necessidades humanas. Do contrário, as necessidades humanas e dos seres vivos não humanos e suas dimensões não

Figura 13: Gráfico proporção do tempo dedicado às tarefas domésticas.

América Latina (17 países): proporção de tempo dedicado aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados segundo o sexo

% Mulheres % Homens





Fonte: elaboração própria com base em CEPAL (tabulações especiais das pesquisas de uso do tempo), 2017.

seguem um ritmo constante nem são iguais ao longo dos diferentes ciclos naturais (Bosch; Carrasco; Grau, 2005, p. 18). Portanto, a dinâmica de produção não respeita o ritmo biológico e o tempo ecológico necessários para a existência dos seres vivos humanos e não humanos, causando assim desequilíbrios e escassez dos ecossistemas e do que dispõem para a existência humana, desconsiderando a dependência humana da natureza necessária para que estejamos vivos - a **ecodependência**.

Outrossim, os tempos de cuidado continuam a se ajustar ao tempo de produção capitalista, e as políticas de conciliação não consideram a resolução do problema a fundo, mantendo os tempos de cuidado na órbita dos trabalhos de produção.

Seguindo essa linha de pensamento, o conceito de cuidado emerge primeiramente nos campos da medicina e da enfermagem, estendendo-se à educação e sendo posteriormente estabelecido como paradigma por filósofas e teólogas feministas (Boff, 2013).

O cuidado relacionado à Natureza, discutido neste capítulo, pode ser compreendido como um novo paradigma de relação com a natureza, a Terra e os seres humanos. Esse entendimento é reconhecido na Carta da Terra, documento de chamada à ação, que foi construído durante oito anos com a participação de diversos setores da sociedade, em 46 países e cerca de cem mil pessoas entre os anos de 1992 e 2000 e posteriormente, a Carta foi assumida pela Unesco no ano de 2003. Para Boff, a Carta da Terra coloca a categoria cuidado como um eixo estruturante de uma nova relação com a natureza.

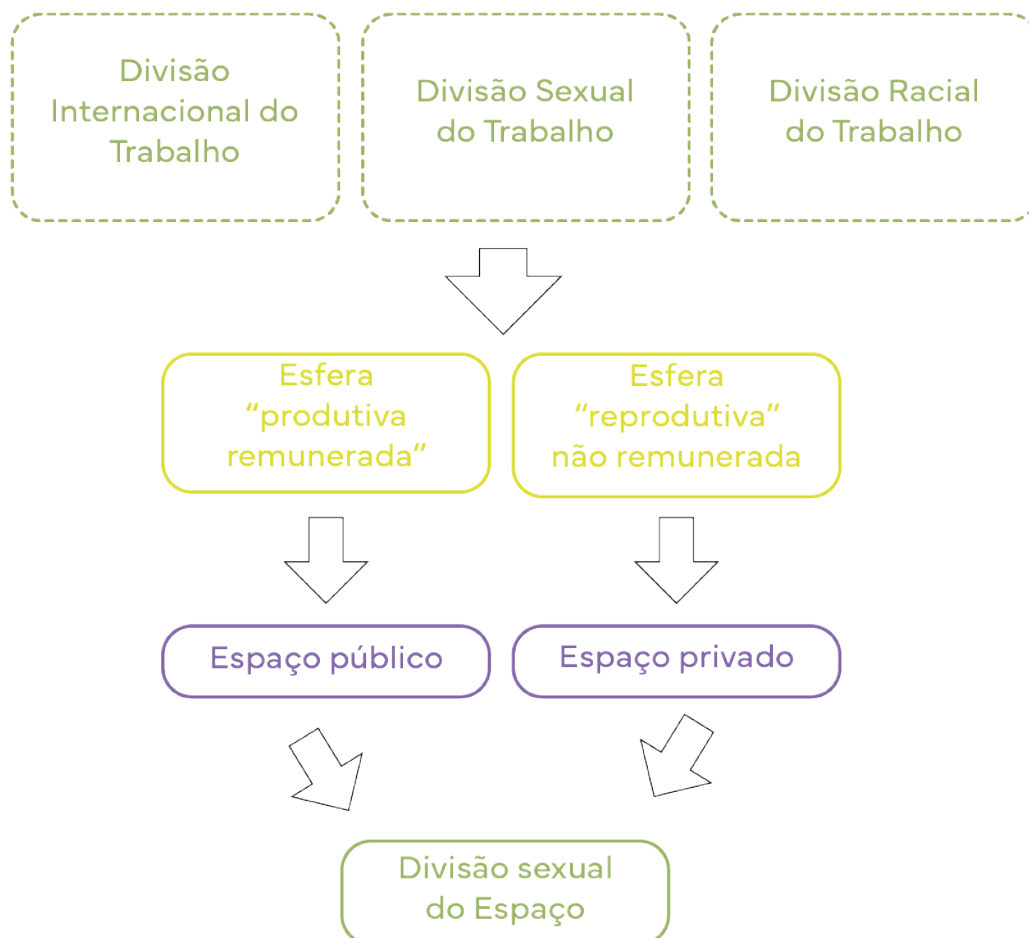
Percebe-se que é um conceito transversal em diferentes campos e essencial nesse conjunto de conceitos organizados para a discussão neste capítulo.

2.4 Cidade dos Cuidados ou Cidade Cuidadora

Nas cidades desenvolvidas, baseadas na **divisão sexual do trabalho**, identifica-se a materialização dessa lógica na divisão **das esferas produtivas e reprodutivas**, que estão configuradas a partir de dualismo público-privado (figura 14). Essa configuração prioriza as tarefas produtivas antes de qualquer outra, oferecendo uma cidade hostil às atividades que não fazem parte dessa esfera (Chinchilla, 2020). Além disso, considera um mundo com pessoas que não se esgotam, não adoecem, não são nem muito jovens, nem muito adultas, livres de cumprir as tarefas de cuidado. Essa figura é denominada “homem econômico, homem racional ou homem político” (Bosch; Carrasco; Grau, 2005).

Kois e Morán (2016, p. 305) apontam que as correntes hegemônicas de planejamento urbano partem de uma suposta independência das cidades, ocultando as interdependências reais e tornando-as vulneráveis diante da crise multidimensional que enfrentamos — uma crise que é, em grande parte, consequência dessa falsa independência. Da mesma forma, o Col·lectiu Punt 6 (2019, p. 18, tradução própria) destaca que esse modelo de cidade baseado na lógica do crescimento ilimitado tem contribuído diretamente para a atual crise ecológica.

Figura 14: Estrutura sexual do trabalho.



Fonte: elaboração própria com base no apresentado por Valentina Pineda Mendizábal na aula sobre Ecofeminismos ante la crisis climática y civilizatoria pela Universidad Socioambiental.

Como discutido até aqui, o diagrama exemplifica as dicotomias que têm origem na economia e são experienciadas e materializadas nas cidades.

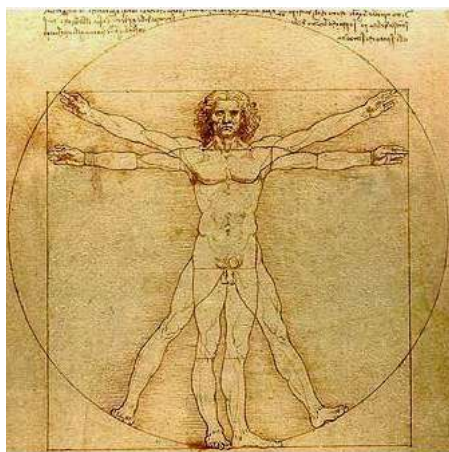
No conjunto de fatores que formam esses dualismos e retomando o que foi apresentado na introdução, existe uma herança de pensamento que menospreza o feminino, baseada no pensamento de Aristóteles e Rousseau, que justificam a discriminação em relação às mulheres com falsas razões naturais (Martínez, 2018, p. 25). Esse pensamento se reflete na construção da arquitetura e do urbanismo como disciplinas. No século I a.C., o arquiteto de Júlio César, Marco Vitrúvio Pollio por meio do seu conhecido “Tratado Da Arquitetura”, apresenta uma arquitetura feita de homens para homens, em que as proporções ideais do humano masculino eram a base para o desenho dos seus edifícios¹⁴. Tanto foi sua relevância que Leonardo Da Vinci, em 1487, desenhou o homem Vitruviano, figura 15 (ARQUITECTURA HISTORIA Y CONSTRUCCIÓN, 2014).

14. Essas informações podem ser encontradas no Livro 3, capítulo 1 do Tratado de Arquitetura, traduzido pela Editora Martins Fontes (Vitrúvio, 2019).

Esse pensamento, no qual o homem¹⁵ é a medida da perfeição, se mantém no decorrer da história e se expressa na modernidade, em grandes referências da arquitetura e do urbanismo, como o Modulor de Le Corbusier (figura 16) e o sistema de medidas de Ernest Neufert (figura 17). Esse pensamento se reflete nas cidades, que utilizam uma vivência abstrata e impessoal, voltada para as atuações do mundo laboral de homens adultos, desconsiderando a experiência de mulheres, pessoas idosas e crianças. Além disso, as ferramentas de organização urbana, como os zoneamentos advindos do Modernismo ainda presentes nas normativas urbanas da atualidade - estão voltadas à satisfação de interesses de investimento, à eficácia de circulação e pouco voltadas ao bem-estar e às dimensões biológicas e subjetivas (Chinchilla, 2020). Nesse sentido, como reflexão, essa zonificação da cidade apresenta-se como separação e homogeneização contrária à mistura característica da natureza.

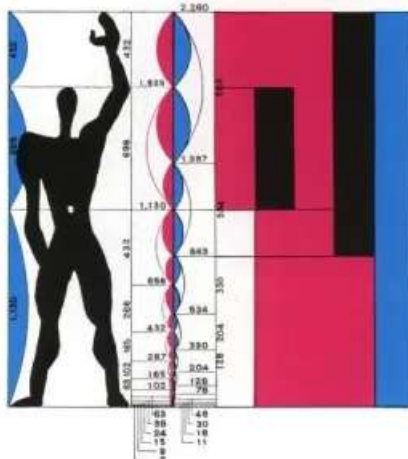
Essa condição multidimensional é uma premissa do conceito de cidade dos cuidados, que se

Figura 15: Homem de Vitruvius por Leonardo Da Vinci do ano 1487.



Fonte: 9Blog Arquitectura historia y Construcción, 2014.

Figura 16: Modulor Man ilustração de 1955.



Fonte: Dezeen Magazine, 2015.

Figura 17: Sistema de medidas Neufert.



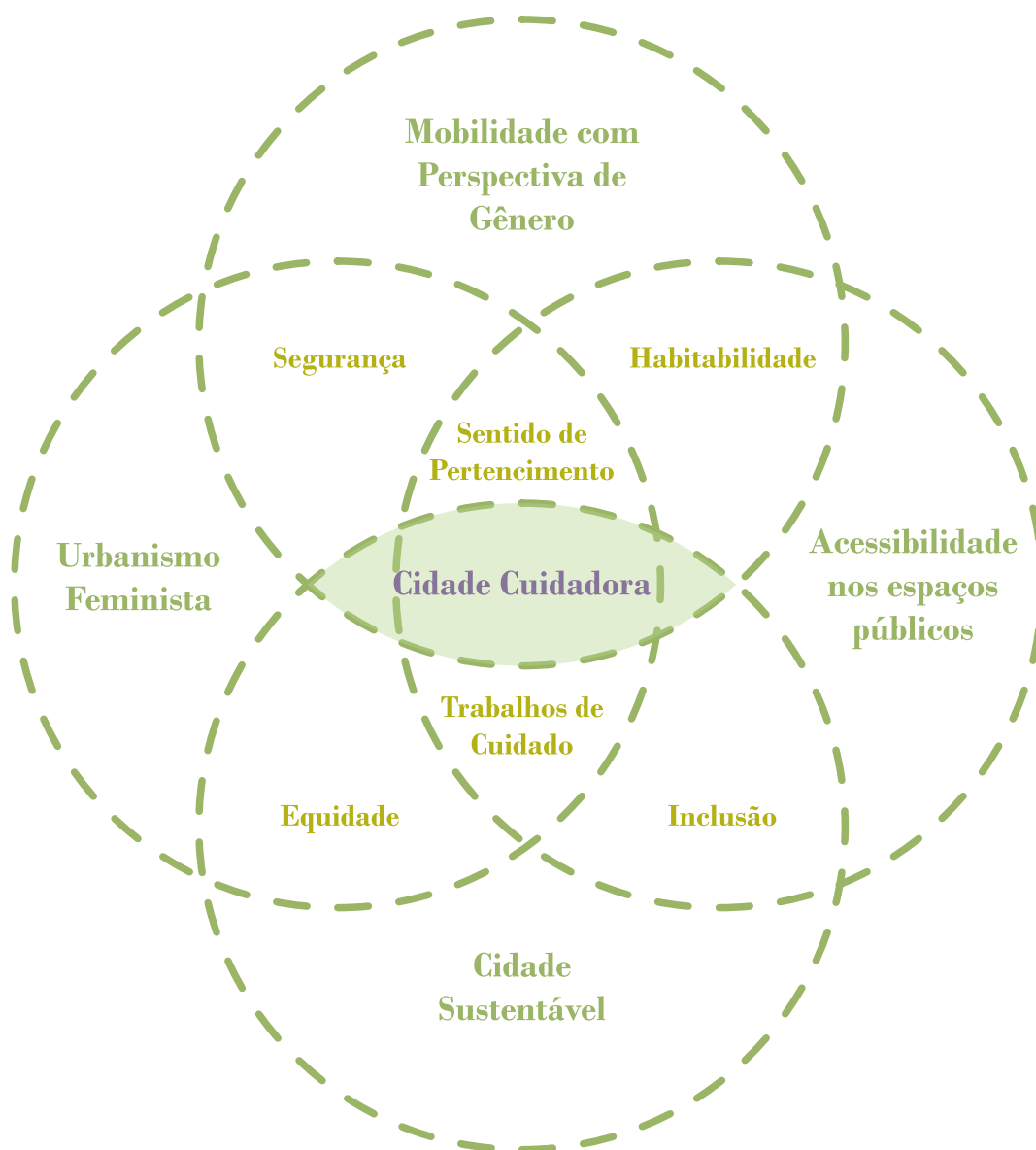
Fonte: Arte de proyectar en Arquitectura, 1936.

trata de um conceito guarda-chuva que abrange alguns eixos transversais como: a acessibilidade em espaços públicos, mobilidade com perspectiva de gênero, urbanismo feminista e cidade sustentável (figura 18). Como indicam Sánchez e Valenzuela, que fazem uma revisão bibliográfica da produção teórica sobre o tema, o conceito surge em 2013, período que corresponde à quarta onda dos feminismos, e vai evoluindo ao longo dos anos, tendo uma estreita relação com o urbanismo feminista (2024).

Segundo as autoras, o conceito se baseia em quatro eixos principais, como o diagrama acima exemplifica. Em verde, os eixos e em amarelo, conceitos em comum, sendo as deficiências desses pontos a chave para a busca de soluções diante das problemáticas que esses eixos visibilizam.

15. Para recordar o já colocado na introdução deste trabalho, quando se fala homem no desenvolvimento do texto, refere-se ao ser humano masculino, do contrário ao que algumas disciplinas naturalizaram quando usam a palavra “homem”, considerando como neutro ao referir-se ao ser humano, porém perpetuando a marginalidade das mulheres (Lerner, 2019).

Figura 18: Cidade cuidadora.



Fonte: elaboração própria com base no apresentado por Sánchez & Valenzuela no artigo Modelo de “ciudades cuidadoras”, contextualización del urbanismo con enfoque de género, inclusión y seguridad (2024).

A cidade cuidadora, em diálogo com os ecofeminismos e a economia feminista é um lugar onde a **sustentabilidade da vida** está no centro. Assim como cuida de outras espécies, é uma cidade que cuida e permite cuidar, colocando no centro as populações mais vulneráveis, busca não consumir recursos territoriais, energéticos e ambientais. Segundo Valdívia, a cidade cuidadora é uma cidade que nos cuida, cuida de nosso entorno, nos deixa cuidar nós mesmos e nos permite cuidar de outras pessoas (2017).

Na proximidade com o cuidado da natureza, a cidade cuidadora ou dos cuidados, consoante ao ensaio de Chinchilla, pode oferecer, em contraste aos espaços escolarizados habituais, assimétricos e verticais, espaços de jogo integrados à vida cotidiana que propiciam a presença da natureza e contribuem para o desenvolvimento das crianças que os utilizam (2020). Espaços

que podem ser compartilhados por pessoas de diversas faixas etárias e de maneira horizontal, proporcionando simetria nas relações de cuidado.

Nesse sentido, Chinchila, no decorrer do ensaio, indica diversos exemplos de projetos que incorporam aspectos da cidade dos cuidados, um desses é a proposta dos píxeis de natureza, que são pequenas áreas de espaços naturais distribuídos em meio à cidade, podendo estar vinculados a equipamentos e espaços institucionais nos quais pessoas adultas realizam tarefas relacionadas a alguma responsabilidade do dia a dia, assim como em pátios escolares. Seria a integração de espaços de jogo¹⁶ com espaços que proporcionam a presença da natureza, beneficiando a permanência da biodiversidade e oferecendo espaços de incorporação e compartilhamento do cuidado.

Como apresentado anteriormente sobre os eixos em que se baseia o conceito de cidade cuidadora, a autora relaciona o vínculo de intervenções que buscam transformar as cidades atuais em cidades cuidadoras com a importância de se cumprir com o Acordo de Paris (2015), buscando diminuir a emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), que estão diretamente relacionados à mobilidade nas cidades e indicando a diminuição do uso de veículos privados, que consomem muito mais energia que o uso de transportes como metrô e ônibus, duas vezes mais e quatro vezes mais respectivamente.

Similar a Spirn (1995), Chinchila (2020) também mostra que os efeitos da contaminação, resultado do uso extensivo de transportes dependentes de petróleo, impactam negativamente a saúde das pessoas e todos os seres vivos não humanos e se relacionam com os ecofeminismos ao trazerem à luz os impactos negativos da exploração da natureza.

Percebe-se, no desenvolvimento do ensaio de Chinchila sobre a cidade dos cuidados, os eixos que foram demonstrados no diagrama (figura 13) e como, entre eles, a busca por proporcionar uma cidade inclusiva, acessível em seu sentido amplo convergem, para oferecer uma cidade que dá suporte para o desenvolvimento da vida cotidiana e que se integra à natureza de forma intrínseca.

2.5 Urbanismo Feminista

Como foi apresentado anteriormente e também contemplando um dos eixos da cidade cuidadora, será tratado agora do urbanismo feminista segundo o entendimento do Col·lectiu Punt 6. O surgimento se dá em diferentes países, a partir de estudos que relacionam o gênero com a arquitetura e o urbanismo. O Col·lectiu Punt 6¹⁷ foi central na formulação e difusão

16. Chinchila em seu ensaio, aponta as características das relações dos espaços destinados para as crianças, que oferecem pouca liberdade para o desenvolvimento de brincadeiras, são espaços escolarizados, onde se diz as crianças como devem brincar, não continuidade com outros espaços de brincar, limitando a brincadeira somente a um espaço determinado e não fora dele e segregam por faixa etária (Chinchilla, 2020).

17. Cooperativa de arquitetas, sociólogas e urbanistas, referência fundamental da crítica ao urbanismo homogeneizador de experiências androcêntricas, modo pelo qual construíram-se as cidades e propõem à prática do urbanismo feminista (Col·lectiu Punt 6, 2019).

do urbanismo feminista, com o livro homônimo que impulsionou e continua impulsionando o termo e as práticas relacionadas.

As autoras indicam que, por volta da década de 1970, primeiro entre as geógrafas e depois nos campos da arquitetura, urbanismo e sociologia, as feministas atestaram que o urbanismo não é neutro. A partir desse reconhecimento, reivindicam a necessidade de incluir a experiência das mulheres, um debate cujas origens remontam ao período da segunda onda feminista (2019).

Nas décadas seguintes, com o desenvolvimento de pesquisas e práticas profissionais em diferentes países, entre altos e baixos, o urbanismo feminista foi se consolidando. O urbanismo feminista expõe que a separação entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres se mantém na definição de espaço público e espaço privado, resultando na invisibilidade das atividades não produtivas realizadas no espaço público e impactando na vida e liberdade das mulheres.

Jane Jacobs (2011), que é uma importante influência para a construção do urbanismo feminista, propõe um urbanismo voltado às necessidades da vida cotidiana das pessoas. Esse conceito central no urbanismo feminista - a vida cotidiana – refere-se às inúmeras atividades que as pessoas realizam para satisfazer suas necessidades nas diferentes esferas de suas vidas. Essas variadas atividades acontecem em um suporte físico: bairro, cidade, território e em um tempo determinado. Além disso, é uma ferramenta de análise e metodologia de trabalho, para compreender o tempo e o espaço que evidencia a desigualdade da distribuição de tarefas e responsabilidades conforme o gênero.

Como exposto na seção sobre a economia feminista, na qual foram explicadas as tarefas historicamente atribuídas às mulheres. As integrantes que formam o Col·lectiu Punt 6, a partir da experiência acumulada desde oficinas, consultorias e da tese de doutorado de Adriana Ciocchetto, criaram a ferramenta chamada *Espacios para la Vida Cotidiana: Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género*. As autoras analisam as tarefas cotidianas que as pessoas realizam, observando as diferenças na realização dessas tarefas entre os gêneros, em consonância com a abordagem da cidade dos cuidados. Ademais, com a ferramenta, incorporam um enfoque interseccional buscando alcançar uma diversidade de experiências, de gênero, de idade, de diversidade funcional, de nível de renda e de raça (Ciocchetto; PUNT 6, 2014).

A partir dessas experiências, elas definem quatro esferas da vida cotidiana, onde acontecem essas tarefas e que se misturam entre si:

Esfera produtiva: Atividades relacionadas com a produção de bens e serviços, que normalmente implicam uma remuneração sob a forma de salário.
Esfera reprodutiva: Atividades não remuneradas realizadas pelas pessoas de uma unidade de convivência para o cuidado delas mesmas, dos membros da família ou de uma família alheia. Também chamadas de atividades domésticas, estão relacionadas com a provisão de moradia, nutrição, vestuário e cuidado.
Esfera própria: Atividades relacionadas com o desenvolvimento pessoal e intelectual de cada pessoa. Incluem-se nesta esfera a vida social, os esportes, o lazer, o tempo livre, os passatempos, etc.

Esfera política: Ação para a fundamentação e conservação da comunidade política. Cria as condições para a continuidade das gerações, para a memória e para a história. São atividades relacionadas com a participação social, cultural e política.

O uso da vida cotidiana como metodologia pelas urbanistas feministas, associa indissociavelmente as questões espaciais às condições temporais de maneira indissolúvel e muda a ordem de prioridades, promovendo a sustentabilidade da vida e impulsionando uma cidade com uma estrutura que proporciona o suporte físico para poder desenvolver todas as atividades cotidianas (Ciocoleto, 2014).

As características físicas e o planejamento dos lugares onde vivemos afetam a qualidade de vida das pessoas. As cidades e o urbanismo androcêntrico se baseiam em um modelo de família branca de classe média e heterossexual, bem como na dicotomia público e privado. Dessa forma, o urbanismo feminista propõe o rompimento dessa dinâmica do urbanismo hegemônico, capitalista, patriarcal e mercantil, ao trabalhar a partir da vida cotidiana, onde é possível perceber a complexidade da realidade das atividades múltiplas realizadas diariamente.

Defende-se considerar a experiência das pessoas nas decisões urbanas, especialmente as mulheres e derivadas do papel de gênero feminino, já que tiveram suas experiências invisibilizadas e ficaram fora das prioridades desse modelo hegemônico.

Para isso, com a ideia de apresentar os princípios para uma cidade feminista, apontam que existem muitas formas de entendê-lo e colocá-lo em prática, porém para abordá-lo é preciso questionar tudo, começando pela ideia de urbanismo.

Com isso, as autoras organizam os princípios e critérios para a construção de cidades feministas, estruturando-os em quatro variáveis físicas - espaço público e de relação, equipamentos e serviços, mobilidade e habitação - e duas variáveis transversais: participação e segurança. Todas essas variáveis se retroalimentam, sendo fundamental considerar suas inter-relações ao se pensar em cidades feministas (figura 19).

Em vista disso, indicam a necessária mudança de paradigma urbano baseado na sustentabilidade da vida, para a cidade cuidadora, que incorpora a visão dos ecofeminismos, de recuperar os valores de cuidado, estendendo-os aos ecossistemas e cultivando integralmente a relação entre pessoas, a sociedade e a natureza.

Ademais, destaca-se no urbanismo feminista a premissa comunitária e colaborativa, a perspectiva comunitária para a transformação radical nas cidades, tendo as pessoas como protagonistas na tomada de decisão, rompendo hierarquias no urbanismo e reconhecendo os saberes das pessoas e suas comunidades, possibilitando a participação mais além dos caminhos institucionais. E ainda, incorporando a perspectiva ecofeminista e ecologista, pensar a cidade relacionada diretamente ao entorno, ao meio ambiente, assumindo os desafios atuais de crise ambiental e um mundo em colapso.

Figura 19: Princípios para a construção de cidades feministas.



Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, a ideia deste capítulo foi de apresentar os ecofeminismos e explorar esse primeiro conjunto de conceitos e suas estreitas relações. No capítulo três, serão retomados alguns aspectos para a formulação das táticas e estratégias, um dos objetivos deste trabalho.

CAPÍTULO 2

Arquitetura da paisagem e abordagens

As conexões entre a arquitetura da paisagem e os ecofeminismos são múltiplas, sendo a primeira delas a ideia de “*pensar com a Natureza*”. Na arquitetura da paisagem, essa ideia se materializa no respeito às características e fluxos naturais - elementos entendidos não apenas como fundamentos essenciais, mas como a própria infraestrutura basilar do planejamento territorial da paisagem.

Nesse sentido, o presente capítulo discorre sobre a arquitetura da paisagem buscando introduzir seu surgimento a partir de alguns autores que se destacam no campo, para chegar a autoras igualmente relevantes que também tiveram papel de destaque no processo de construção e continuidade da arquitetura da paisagem, ao mesmo tempo, buscando discutir convergências e contrapontos entre abordagens da arquitetura da paisagem e suas derivações com os ecofeminismos.

No senso comum, as ideias de paisagem e natureza costumam se confundir, porém, possuem significados distintos. Por isso, este capítulo explora essas definições com maior profundidade, que serão retomadas e discutidas de outra forma no capítulo três, durante a análise da etapa empírica desta pesquisa, para compreender o significado de paisagem para as mulheres entrevistadas.

É pertinente iniciar pelo entendimento de alguns conceitos fundamentais, como paisagem e natureza.

3.1 Paisagem

Considerando os conceitos que se pretende discutir, percebe-se, no pensamento em geral, certa confusão entre paisagem e natureza, embora não se trate do mesmo fenômeno. Segundo Nogué (2010, p. 124), a paisagem possui um significado complexo¹⁸, enquanto a natureza refere-se ao conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos cuja dinâmica e organização se baseiam em inter-relações de caráter material e genético. Já a paisagem funda-se em uma

18. Nogué explica como o conceito de paisagem é complexo, interdisciplinar e profundamente cultural. O conceito de paisagem articula dimensões materiais, culturais, sociais e simbólicas, e por isso não pode ser reduzido a uma única definição nem a uma única disciplina (Nogué, 2010).

organização e dinâmica estabelecidas a partir de inter-relações sociais e culturais, apoiadas em uma base natural e material.

Como explica Nogué (2010), o significado de paisagem existe sempre em relação ao ser humano, manifestando-se como uma realidade física e como a representação cultural que fazemos dela. A Convenção Europeia da Paisagem, primeiro tratado internacional dedicado exclusivamente ao tema (De Oliveira, 2015), define a paisagem como uma parte do território tal como é apreendida pela população, cujo caráter resulta da interação de fatores naturais e/ou humanos. A Convenção considera que as paisagens abrangem uma ampla diversidade, incluindo as excepcionais, as ordinárias e também as degradadas da vida cotidiana.

Embora a formulação conceitual seja recente, as primeiras percepções e registros humanos sobre o ambiente e a paisagem surgem muito antes da elaboração teórica contemporânea, podendo ser observados entre 30.000 e 10.000 a.C., evidenciados pelas pinturas rupestres (Maximiano, 2004).

No século XVI, a paisagem aparece como um gênero pictórico (Waldheim, 2016), embora já no século XV houvesse na pintura os primeiros registros de paisagem (Maximiano, 2004). Shenk, em sua tese, indica que nesse mesmo período, a autoria de projetos de jardins passa a ser explicitada, sugerindo uma suposta origem da atividade (2008, p. 16).

No século XVII, o sentido de paisagem passa a expressar uma forma de ver e experienciar o mundo. Esse período também evidencia o domínio francês na transformação da paisagem, manifestado no jardim formal francês (*Ibidem*).

Charles Waldheim analisa a transformação histórica do conceito de paisagem, representada no diagrama que sintetiza essa evolução (figura 20) e discutida ao longo desta seção. O autor indica que, no século XVIII, a paisagem — entendida como uma forma de perceber e sentir o mundo — havia se transformado em uma descrição da terra vista sob essa perspectiva e em um conjunto de práticas destinadas a transformar o território de modo a reproduzir essa experiência perceptiva (Waldheim, 2016).

Até aproximadamente o século XIX, a noção de paisagem era entendida como mais ampla que a de jardim. Na Europa, a intervenção humana destinada a organizar a natureza era conhecida como arte dos jardins, prática que consistia, sobretudo, em representações gráficas da paisagem e que, posteriormente, passou a ser identificada como “paisagismo”, termo que expressava uma “certa visão paisagística do ambiente humano” (Rougerie e Beroutchatchvili, 1991, apud Maximiano, 2004, p. 85). Segundo Maximiano (2004), o jardim representava justamente a intervenção humana para ordenar a natureza. Incluem-se, nesse período, as obras de Humboldt, nas quais o sentido de paisagem combina dimensões naturais e culturais (Nogué, 2010), ou seja, elementos naturais e antrópicos.

Na metrópole do século XIX, a paisagem era concebida como exceção à estrutura espacial da cidade (Waldheim, 2016), manifestando-se sobretudo em parques e intervenções no espaço público destinados a amenizar problemas sociais e ambientais.

No século XX, com a cidade descentralizada, a paisagem passa a desempenhar um papel estratégico no planejamento urbano, funcionando como elemento capaz de definir limites e estruturar o território.

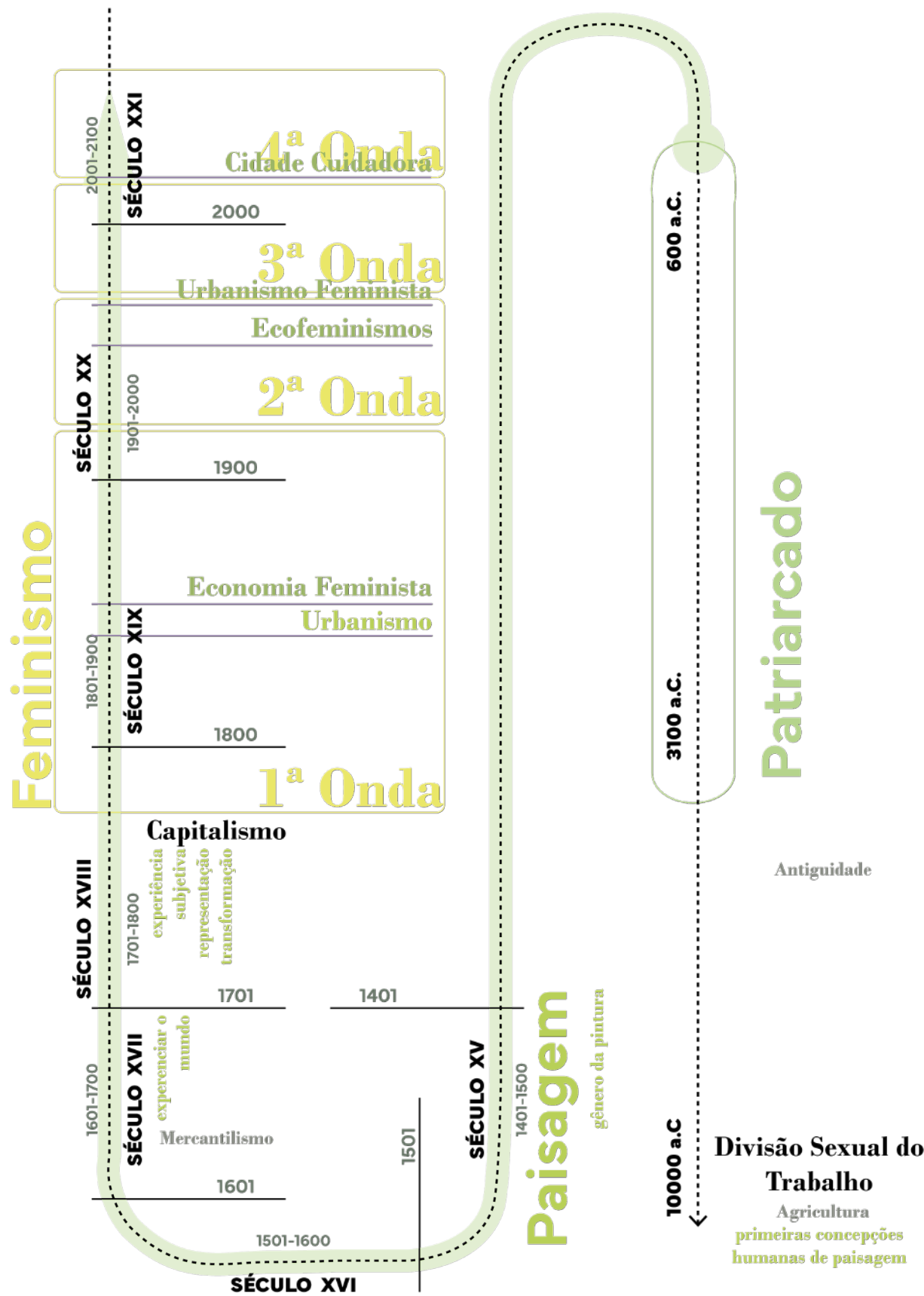
Já no século XXI, com a cidade globalmente urbanizada, a paisagem se consolida como base do urbanismo paisagístico, sendo mobilizada para lidar com a transição entre uma ordem espacial econômica e outra (*idem*). Nessa perspectiva contemporânea, a paisagem atua na recuperação de áreas pós-industriais anteriormente urbanas, reativando seus potenciais culturais, econômicos e ecológicos, mesmo quando esses lugares se encontram degradados ou abandonados.

Nogueira conclui que a paisagem possui papel fundamental na consolidação, continuidade e formação de identidades territoriais. Seu significado equivale ao sentido de lugar; por isso, a paisagem é, ao mesmo tempo, catalisadora e estruturadora de conflitos territoriais e ambientais presentes na sociedade.

Anne Spirn reforça essa compreensão ao afirmar que a paisagem tem suas raízes na associação entre pessoa e lugar. Para a autora, os termos frequentemente utilizados, “meio ambiente” e “lugar”, são inadequados quando empregados no lugar de “paisagem”, pois não incorporam plenamente o entorno nem incluem as pessoas como parte constitutiva da paisagem.

A palavra “paisagem” tem um sentido de modelagem ativa, até mesmo intencional, do sensual e do estético, de enraizamento na cultura. A paisagem é moldada pela chuva, pelas plantas e pelos animais, pelas mãos e mentes humanas, e por processos que ocorrem em diferentes escalas espaciais e temporais: do local ao global, do efêmero ao duradouro (Spirn, 2013)

Figura 20: Linha do tempo indicando as mudanças do sentido de paisagem.



Fonte: elaborado pela autora.

3.2 Natureza

A partir das considerações da seção anterior, como anunciado no início deste capítulo, nesta seção será discutido o significado de natureza. Para isso, Carolyn Merchant nos mostra que, desde períodos remotos, a natureza vem sendo associada às mulheres.

[...] os conceitos de natureza e de mulher são construções históricas e sociais. Não existem características “essenciais”: imutáveis de sexo, gênero ou natureza. Os indivíduos formam conceitos sobre a natureza e suas próprias relações com ela baseados nas ideias e normas da sociedade em que nasceram, foram socializados e educados[...]. (Merchant, 2020, p. 29)

Na Antiguidade e Idade Média, a teoria organicista¹⁹ entendia a natureza, especificamente a terra, como um organismo vivo, concepção que se fundamenta em duas imagens: como mãe nutridora, mulher bondosa e benéfica que mantinha o universo ordenado e uma imagem contrastante, de natureza selvagem e incontrolável, que poderia causar tormentas, secas e caos. Ambas identificadas ao sexo feminino.

Essa concepção de mãe nutridora e organismo vivo segue durante o Renascimento, período no qual o sentido de natureza estava em transição. Antes de a ciência mecanicista reduzir a natureza a um objeto inerte, ela era compreendida de várias formas, coexistiam os sentidos de natureza orgânica, mágica e o embrião mecanicista.

A ideia central desse período, entre os séculos XV e XVI, é a compreensão tanto da sociedade quanto da natureza como organismos vivos, formados por partes interdependentes. A sociedade era concebida como um corpo, estruturada de modo hierárquico, mas também permeada por ideais de cooperação e de transformação utópica.

No período do século XVI ao XVII, a concepção de terra viva, feminina, organismo vivo, de cosmos orgânico²⁰, após o período anterior de transição, passa para um modelo mecanicista, o cosmos mecânico, em que a natureza é reconstruída como algo morto, dominado e controlado pelos humanos.

Da mesma forma, McHarg (2000), que organiza em quatro grupos a mudança da relação e compreensão da natureza no decorrer do tempo, indica que, no período correspondente à expansão do humanismo renascentista, no século XVI, a autoridade humana e a relação de poder são reforçadas por meio de projetos que materializavam a geometria e a ordem originárias da Itália.

Durante a Era Moderna, a natureza selvagem e incontrolável foi associada à figura feminina, considerada algo a ser dominado. A metáfora da mulher passou então a ser vinculada à passividade e à submissão. Com a nova ordem econômica e científica dos séculos XVI e XVII,

19. A teoria organicista, segundo Carolyn Merchant, é a que entende a sociedade e a natureza como organismos que são interdependentes.

20. O cosmos visto como organismo vivo, com alma, força própria, a natureza como mãe nutridora gera uma concepção de limites éticos à exploração humana.

que consolidou o controle e a passividade como princípios tanto na esfera reprodutiva quanto na produtiva, os impactos para a natureza e para as mulheres foram profundos e duradouros (Merchant, 2020).

A filosofia mecanicista emergente, que entendia a natureza como algo inerte e a matéria como passiva, funcionou como pressuposto para a exploração e manipulação da natureza e seus recursos. Nesse sentido, segundo a autora, a nova ordem mecanicista condenou à morte a natureza (*Ibidem*).

Houve a substituição do organismo pela máquina. No século XVIII, a natureza é passível de ser analisada, decomposta e controlada pela razão humana e associada ao nascente capitalismo e à exploração colonial: a terra é fonte de matérias-primas. Neste período, McHarg identifica como a terceira fase, onde se constitui o modo moderno de pensar. A imagem clássica e imposição da geometria dos períodos anteriores na paisagem, análoga à relação com a natureza, entram em declínio.

E, como explicado no capítulo anterior, a divisão sexual do trabalho e a marginalização dos saberes femininos, reforçada com o passar do tempo, fazem com que a natureza passe a ser vista como estoque de recursos exploráveis, vinculada ao capitalismo emergente.

No século XIX, consolidou-se a visão de natureza como recurso explorável, coerente com a expansão industrial, científica e colonial. Paralelamente, porém, emergiu a sensibilidade romântica, que revalorizou a Natureza como fonte de espiritualidade, beleza e experiência estética. Os primeiros românticos europeus, ainda no final do século XVIII e início do XIX, passaram a compreender a Natureza como um universo sagrado, dotado de mistério e potência (Sayre e Löwy, 2021), em contraste direto com a racionalidade mecanicista dominante.

Nesse sentido, autores como Humboldt e Thoreau, influenciados pelo romantismo, contribuíram para deslocar a Natureza do lugar de mero recurso, abrindo caminho para concepções éticas e preservacionistas que influenciariam o ambientalismo moderno. Humboldt, em particular, desenvolveu uma abordagem inovadora ao integrar dimensões científicas e “humanísticas” da Natureza justamente no momento em que a ciência se afastava da filosofia e se tornava mais especializada, articulando uma visão holística do mundo natural (*Ibidem*).

No século XX, reforça-se a ideia e postura de fragmentação da Natureza. A partir da década de 1980, portanto, surgem as propostas de mercantilizá-la na América Latina, materializando-se nas exportações de matérias-primas, como minérios, borracha amazônica, ciclo do café, etc. Desde então, a Natureza é outra forma de capital, é o “capital—natural” que deveria ser incorporada aos mercados, o que difundiu as ideias de “bens” e “serviços” ambientais.

Gudynas apresenta em *Direitos da Natureza* (2019) a Natureza, que possui valor intrínseco e refere-se a um meio ambiente, assim como conjunto ou sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora que podem ser silvestres ou possuir até um grau intermediário de intervenção humana (Gudynas, 2020, p. 13). O autor discorre que a concepção da ideia de Natureza tem seus antecedentes no antropocentrismo. Dessa maneira, quando lhe atribuem direitos, ela deve ser redefinida para ser deslocada das perspectivas antropocêntricas em direção ao biocentrismo (*Ibidem*, p. 140).

Ampliando este deslocamento crítico, autores pós-humanistas como Latour e Haraway tensionam a visão moderna de Natureza e questionam a separação da cultura propondo uma confusão de fronteiras (Haraway, 2003) e entendimentos híbridos.

Em diálogo com esse movimento, difundiu-se nos últimos anos a ideia *Pacha Mama*²¹, que, de maneira geral, propõe uma relação distinta com a Natureza ao romper com as perspectivas antropocêntricas e defender um vínculo igualitário com o meio ambiente.

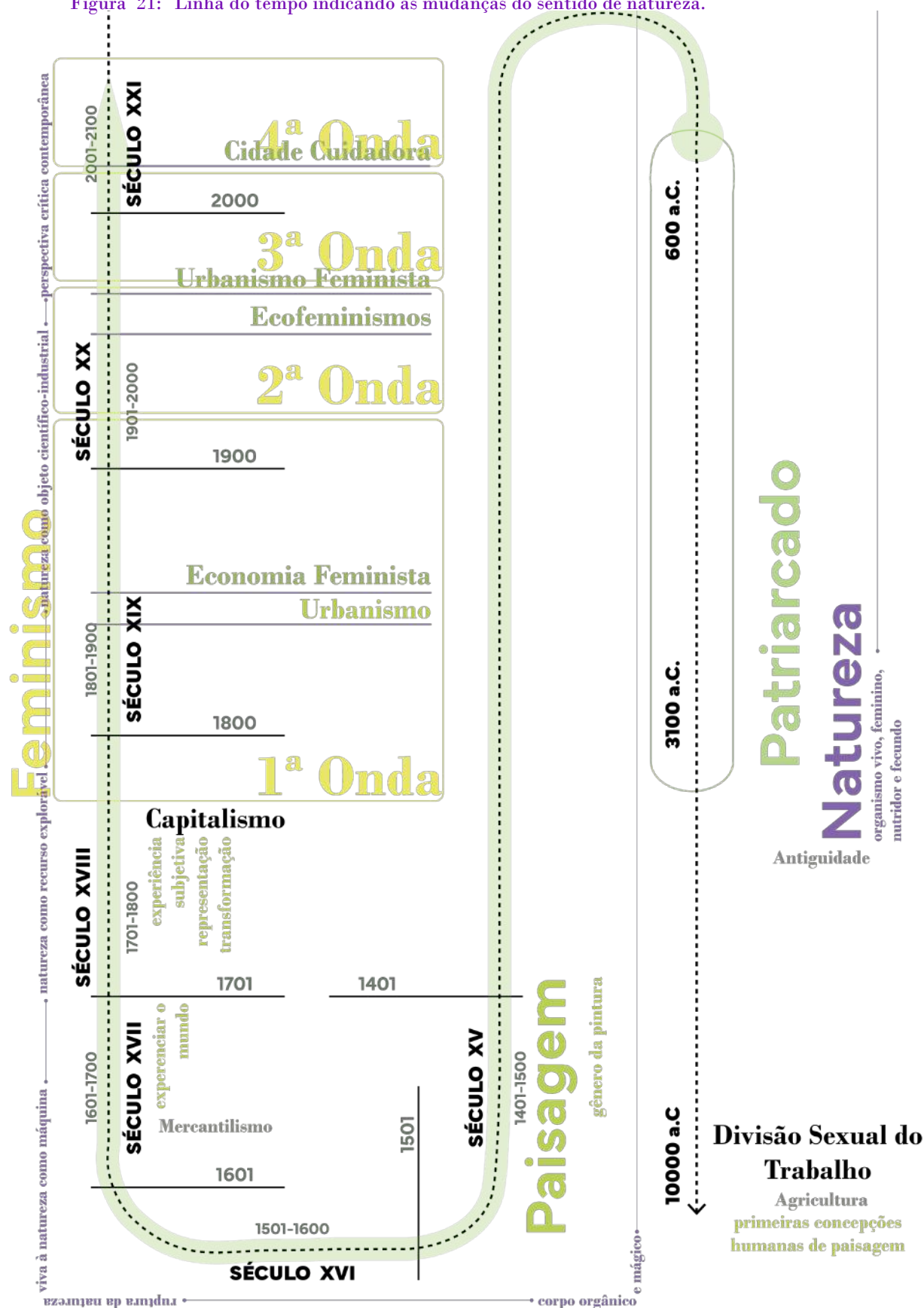
Nesse mesmo sentido, a articulação entre as concepções ocidentais de Natureza e cosmovisões indígenas, no marco teórico dos ecofeminismos, leva Alicia Puleo a apresentar a Natureza como:

[...] a palavra «Natureza» mantém em suas conotações algo do poder vital da physis grega (a natureza entendida como uma força autocriadora, não criada) ou da Pacha Mama dos povos indígenas da América Latina (a Mãe Terra como origem de todos os seres vivos). Ela tem uma existência própria, independentemente da espécie humana. (Puleo, 2019).

Ao ressaltar a autonomia e a força vital da natureza, Puleo aproxima o debate ecofeminista de cosmologias não ocidentais, mostrando como essas perspectivas desafiam o dualismo moderno entre natureza e cultura e desestabilizam a visão instrumental da natureza como recurso. Essa leitura reforça uma ética relacional central aos ecofeminismos e, dessa maneira, introduz o diagrama apresentado a seguir, que sintetiza, em uma linha do tempo (destacada em roxo, figura 21), as transformações históricas no significado de “natureza”.

21. *Pacha Mama* é um conceito originado dos Andes Centrais, dos povos aimará, quéchua e kichwa, que possuem diversas interpretações de conteúdo e sentido. *Pacha*, na língua aimará, significa cosmos (Gudynas, 2020).

Figura 21: Linha do tempo indicando as mudanças do sentido de natureza.



Fonte: elaborado pela autora.

3.3 Arquitetura da Paisagem

Resgatando o primeiro parágrafo deste capítulo, a arquitetura da paisagem por meio de diferentes autores e autoras, que serão discutidos nesta seção, converge com os ecofeminismos quando buscam o respeito à natureza. No caso da arquitetura da paisagem em razão das problemáticas presentes desde seu surgimento até os dias atuais, busca integrar seres humanos e o ecossistema que criaram, a cidade (Spirn, 2011), com a natureza.

Com isso, após abordar o significado de paisagem e natureza, esta seção se dedica à arquitetura da paisagem, para compreender resumidamente as suas origens, assim como falar de abordagens que encontram a natureza, que podem se apresentar com hierarquia ou não em relação à espécie humana.

É importante salientar que muitas das abordagens que são discutidas hoje exaustivamente já existem há décadas, porém sem os rótulos utilizados hoje e nem com a mesma intenção. Algumas delas, que serão apresentadas ao final desta seção, analisadas criticamente, não buscam mudar a realidade social ou ir ao cerne das múltiplas crises, apenas tentam amenizar os impactos de um sistema falido.

É possível estabelecer uma analogia com o processo de recuperação de áreas degradadas: para que a restauração seja efetiva, é preciso cessar o agente degradador; caso contrário, a degradação persiste. De modo semelhante, no contexto socioambiental, o sistema capitalista funciona como esse agente, cuja permanência impede a superação dos processos de destruição.

Além disso, tanto a arquitetura da paisagem como os ecofeminismos partem de uma crítica comum, o que Vandana Shiva denomina de ‘mau desenvolvimento’, ilustrado pela substituição dos cultivos locais por monoculturas e pela destruição da flora e fauna para a realização de grandes obras de infraestrutura. Esses processos geram uma série de impactos ambientais, como inundações e desertificação (Puleo, 2011). Compreendendo esse contexto de ‘mau desenvolvimento’, surgiram inquietações sobre a direção que o planejamento urbano tomou, impulsionando, assim, algumas das referências que serão exploradas a seguir. Elas buscaram romper com o *status quo*, para qualificar a paisagem e reconectar a cidade à natureza.

Esse lugar-comum, repleto de complexidade, forma os temas que a arquitetura da paisagem discute e, a partir de suas abordagens, busca minimizar. Expressa no cenário de crise multidimensional, a arquitetura da paisagem surge especialmente na identificação da crise ecológica.

Ainda no século XIX, diante das problemáticas da cidade resultante da Revolução Industrial e aceleração da urbanização, no contexto estadunidense, Frederick Law Olmsted²² foi pioneiro e iniciou as profissões norte-americanas na arquitetura da paisagem e no planejamento urbano (Sordi, 2017) e buscou fazer a síntese entre ser humano e natureza. Olmsted, por meio de parques urbanos, atribuiu a eles o papel de melhoria da qualidade ambiental e redução dos problemas ambientais e sociais até o final do século XIX (Spirn, 1995).

22. Sobre a atuação de Olmsted, a tese da professora Luciana Schenk detalha toda a sua trajetória desde sua educação, a carreira como escritor, a consolidação como arquiteto paisagista e consequentemente do acontecimento da profissão e do campo (Schenk, 2008).

O crescimento das cidades do século XIX e seus problemas provocaram o movimento de reforma sanitaria, no qual foram feitos investimentos em paisagismo e infraestrutura. Diante disso, no início do século XX Ebenezer Howard, em 1902, apresenta o que seria a sua cidade ideal (*Ibidem*), a cidade-jardim, em que a natureza tem papel principal e propunha a reconciliação entre a cidade e o campo, um modelo urbano que buscava responder aos grandes problemas da cidade industrial.

As ideias inspiraram e provocaram a construção de novas cidades e bairros, neste caso das cidades-jardim que foram construídas na Inglaterra e Estados Unidos, onde se destaca a atuação da arquiteta paisagista e escritora que **criava os projetos paisagísticos das cidades-jardim**, Marjorie Sewell Cautley.

Marjorie Sewell Cautley **pensava os espaços para envolver a comunidade ativamente para uma experiência com a natureza e paisagem**. Trabalhou com a arquiteta Julia Morgan²³ no início de sua carreira, cuja atuação ocorreu no período de 1917 até 1946 (Way, 2005).

Em seus trabalhos, Marjorie já incorporava princípios do urbanismo feminista. Através do projeto paisagístico, **buscava projetar paisagens que atendessem melhor às necessidades das mulheres e crianças e propunha uma abordagem que integrasse a paisagem natural na vida das classes baixas e médias, assim como o envolvimento comunitário e a conservação da natureza**.

Além disso, em seus projetos, **pensava a baixa manutenção e a sustentabilidade hortícola, bem como os aspectos que garantiam privacidade na vida cotidiana, trabalhando cuidadosamente a interligação entre espaços públicos e privados**. Pensava também em espaços domésticos que proporcionassem privacidade às mães enquanto trabalhavam e cuidavam das crianças, ao mesmo tempo em que organizava os espaços de brincar de modo a permitir vistas para o espaço público, possibilitando acompanhar as atividades das crianças desde a janela. Em 1943, concluiu seu mestrado pela Universidade da Pensilvânia, no qual sua tese se concentrou em métodos de renovação para áreas degradadas da Filadélfia.

É na Universidade da Pensilvânia que, na década de sessenta, Ian McHarg, arquiteto da paisagem, surge para desafiar o *status quo*, influenciado por trabalhos de sua época na literatura ambiental, como *Primavera Silenciosa*, da bióloga Rachel Carson, publicada em 1962 e reconhecida também como referência para a construção da teoria ecofeminista (figura 22). Carson, considerada a “Cassandra²⁴” da crise ecológica, advertia sobre os perigos que o uso de DDT representava para a vida silvestre e para os seres humanos (Puleo, 2019).

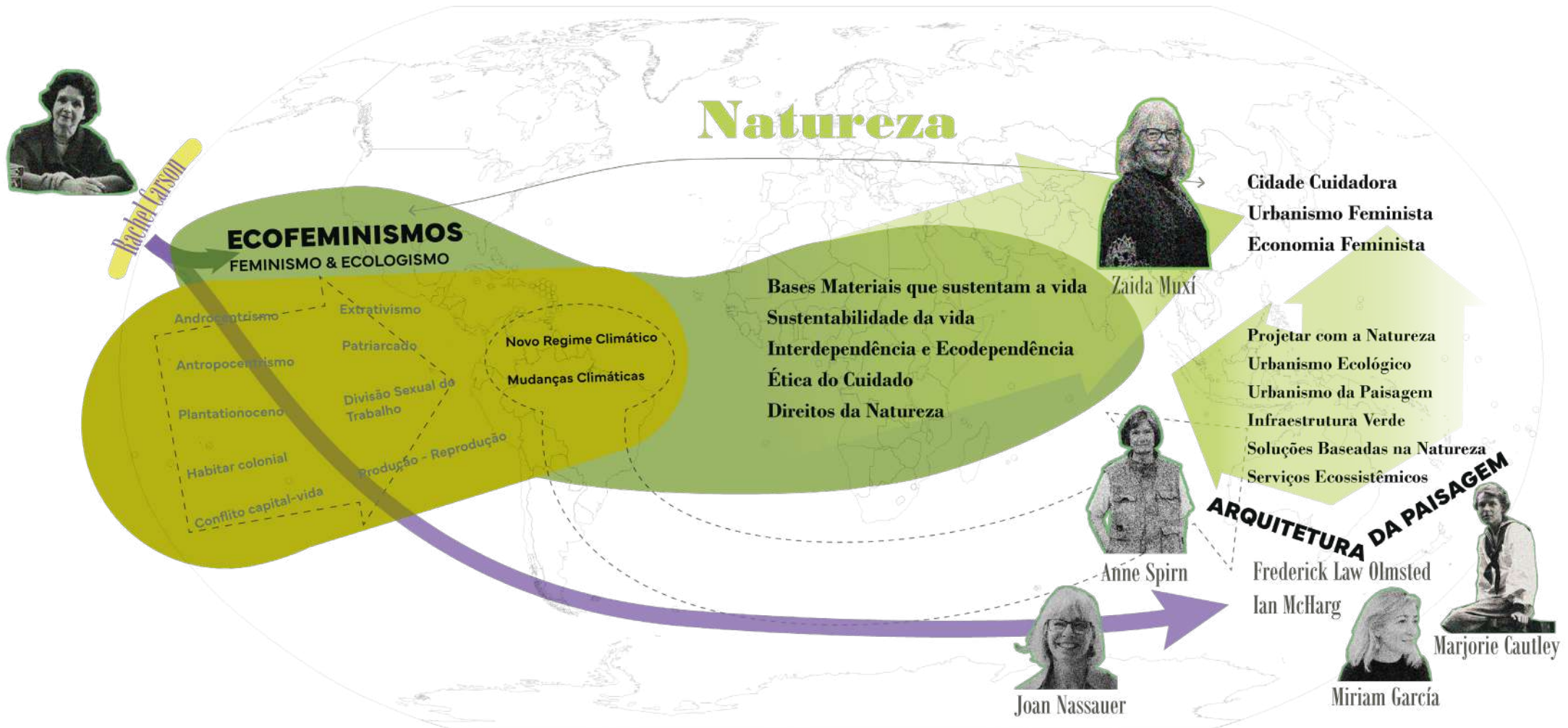
A abordagem de McHarg se baseia na ecologia como fundamento para projetar o ambiente. O método compreende entender os processos que configuram a paisagem para assim usá-los para pensar o projeto. Trata-se de analisar as características biofísicas e do lugar, região e

23. Julia Morgan foi uma das primeiras arquitetas nos Estados Unidos e a primeira a obter a licença de arquiteta na Califórnia. Trabalhou extensivamente chegando a projetar mais de 700 edifícios, que foram em grande maioria construídos (Martínez, 2018).

24. Alicia Puleo (2019) aponta em seus livros que a teóloga Mary Daly considerava Rachel Carson como a Cassandra da crise ecológica – Cassandra da mitologia grega era uma profetisa que estava condenada a prever a desgraça e não ser acreditada (WIKIPEDIA, 2024).

PENSAR COM A NATUREZA: CONTRIBUIÇÕES ECOFEMINISTAS À ARQUITETURA DA PAISAGEM NO PAMPA

Figura 22: Diagrama dos conceitos, inter-relações e autoras da arquitetura da paisagem.



Fonte: elaborado pela autora.

assim estabelecer, através dessas análises usos do solo específicos em consonância com essas características.

McHarg não só estabeleceu uma metodologia de planejamento da paisagem, mas buscou colocar interrogações no modo como os seres humanos transformam a Terra e estabeleceu, ao longo de *Design with Nature*, uma crítica e mensagem para o futuro da profissão de arquitetos da paisagem e urbanistas.

Sua abordagem mostra claramente a ecodependência em relação à Natureza. Ao longo do livro mostra como essas inúmeras características mapeadas são indispensáveis para a vida humana, como a terra, o ar, a água e os valores sociais.

No prefácio da edição de aniversário de vinte e cinco anos do livro *Design with Nature*, McHarg cita a influência da obra *Primavera Silenciosa* na construção de seu trabalho (2000). Grande referência no campo, McHarg fundou o Departamento de Arquitetura da Paisagem e o Programa de Planejamento Regional na Universidade da Pensilvânia e a partir dele surgiram inúmeras outras figuras importantes para a arquitetura da paisagem, com obras fundamentais para o campo, em especial Anne Whiston Spirn, com o livro *Jardim de Granito* lançado em 1984.

Spirn propõe uma síntese da arquitetura, da paisagem e da cidade (Sordi, 2017). Nas palavras dela, é um livro sobre a natureza na cidade que mostra como a cidade poderia ser se fosse projetada de acordo com os processos naturais (Spirn, 1995). Spirn afirma que a cidade também é parte da natureza e neste ponto pode ser observada outra convergência com os ecofeminismos a partir de uma visão integradora com a natureza.

Das referências deste período do campo da arquitetura da paisagem (décadas de 1970 e 1980), as contribuições que possuem maior visibilidade são de homens. Anne Spirn é a mulher que se destaca, o que evidencia a construção de papéis no campo da arquitetura e urbanismo²⁵ que ressalta o gênero masculino, assim como a desproporcionalidade de referências femininas na arquitetura da paisagem, que também em meio a essa estrutura patriarcal invisibilizou as contribuições femininas.

Portanto, pesquisar e ler mulheres dentro da área de interesse é fundamental, já que no contexto das várias disciplinas e áreas do conhecimento as mulheres vêm sendo invisibilizadas.

Sob esse ponto de vista, esta seção apresenta quatro arquitetas paisagistas e suas respectivas atuações, evidenciando como, a partir de suas práticas, é possível identificar convergências com abordagens ecofeministas na paisagem. A primeira delas, Marjorie Sewell Cautley, já foi discutida no início da seção. Na sequência, apresenta-se Anne Whiston Spirn — arquiteta paisagista, planejadora ambiental, acadêmica e fotógrafa — que atuou no escritório de McHarg e posteriormente o sucedeu na Universidade da Pensilvânia (Rosero, 2015).

No seu livro *Jardim de Granito* (1984), mostra como a cidade poderia ser se fosse projetada conforme os processos naturais. Apesar de muitas vezes a natureza na cidade ser atribuída

25. Ver *All Malle Panel em Un Día Una Arquitecta*. Disponível em: <https://undiaunaarquitecta.wordpress.com/all-male-panel/>

apenas ao embelezamento superficial e relacionada às árvores, jardins e ervas nas frestas das calçadas e nos terrenos baldios, ela é muito mais que isso. A natureza na cidade é o ar, o solo, a água e os organismos com que dividimos o nosso habitat (*Ibidem*). Spirn alerta que é necessária uma nova atitude para com a cidade e sua conformação, que a cidade é parte da Natureza e, conseqüentemente, é preciso ser pensada a partir dela. Em outra obra, afirma que as cidades também são paisagens e que essa paisagem urbana não se limita às áreas de jardins ou parques, ela é composta pelos cursos d'água, pela topografia, pela vegetação, pelos edifícios e pelas infraestruturas de saneamento e das ruas (Spirn, 2013, p. 18).

No decorrer do livro *Jardim de Granito*, Anne Spirn, em consonância com as autoras ecofeministas discutidas no primeiro capítulo, apresenta os impactos negativos gerados pela maneira como foram construídas as cidades que, apesar de os cientistas da natureza produzirem extensas informações, as cidades e seus “planejadores” terem em mãos informações sobre a natureza na cidade, apenas uma pequena parcela desse conhecimento foi empregada no planejamento urbano. Essa parcela, segundo Spirn, foi aplicada em normas para a melhoria da qualidade ambiental, porém não como oportunidades para a forma urbana, em suas palavras, mas com aspecto restritivo e punitivo (1995).

Diante disso, ela relaciona essas informações para mostrar o potencial de uma cidade que combina a Natureza no seu planejamento, revisitando a convergência com os ecofeminismos, no caso dela, de apontar transformações em harmonia com a Natureza. Em outros momentos a autora alerta sobre os impactos nos corpos femininos, quando se refere aos abortos espontâneos e efeitos congênitos e doenças causadas pela contaminação do solo e da água. Especifica isso quando se refere as habitações construídas sobre antigos depósitos de lixo que provocam o aumento de casos.

Também se refere a esses impactos quando fala do solo, que é normalmente ignorado, sobre sua toxidade, aspecto que deve ser levado em conta quando pensado o aproveitamento de áreas subutilizadas que podem oferecer algum tipo de contaminação, para espaços de brincar e espaços de horticultura. Da mesma maneira, ressalta como a poluição do ar, afeta espaços e áreas de habitar onde vivem humanos e não humanos, para indicar princípios a considerar no planejamento da paisagem e também exemplos que buscaram resolver seus diversos problemas.

Spirn dirige, desde 1987, o West Philadelphia Landscape Project (WPLP), que se concentra na construção de projetos desde jardins comunitários a planos para a bacia hidrográfica urbana por meio do engajamento comunitário e educação. Este projeto tem foco no bairro Mill Creek, onde Spirn desenvolveu ações junto aos moradores. Ela trabalhou com jovens da comunidade por meio da alfabetização da paisagem, permitindo que lessem as histórias ambientais, sociais, econômicas e políticas inscritas em seu território e, assim, tivessem ferramentas para projetar novas narrativas e imaginar transformações para o bairro (Spirn, 2018).

Diante disso, os ecofeminismos, entendidos como pensamento e práxis comprometidos com a transformação social (Puleo, 2011), oferecem um marco útil para compreender a atuação de Anne Spirn. A ampla prática da arquiteta paisagista se aproxima de uma perspectiva ecofeminista da paisagem, pois reconhece a ecodependência e, tanto em iniciativas como o WPLP quanto em sua produção teórica, identifica as crises multidimensionais materializa-

das no território. Junto às comunidades locais, Spirn busca construir formas de recuperar e fortalecer a presença da Natureza na cidade.

A terceira arquiteta paisagista é Joan Iverson Nassauer, professora na Universidade de Michigan, que desenvolve projetos para o aprimoramento dos serviços ecossistêmicos.

A autora investiga a relação entre paisagem, ecologia e os comportamentos humanos desde meados dos anos 1990 e produz textos que indicam que **paisagens bem projetadas contribuem para promover atitudes de cuidado em relação à Natureza**. Por meio da sua pesquisa, concluiu que **para obter benefícios mais extensos dos serviços ecossistêmicos, é necessário que o projeto e a gestão marquem visivelmente a intenção humana de cuidar do lugar**.

Ela criou os “sinais de cuidado”²⁶ que são elementos da paisagem que transmitem a percepção imediata da presença humana no cuidado de uma paisagem e símbolos culturais. Esses sinais de cuidado se tornam ferramentas importantes para o engajamento cívico e um meio para fornecer benefícios (serviços ecossistêmicos) culturais e valores estéticos enquanto proporciona outros benefícios importantes para os ecossistemas que não estão visíveis muitas vezes e que, usados como tática de projeto, podem ser um meio para comunicar elementos paisagísticos ambientalmente benéficos (Li; Nassauer, 2020).

Essa intenção humana que é imediatamente reconhecível, quando é acompanhada de elementos desconhecidos ou desorganizados em uma paisagem, faz com que o desconhecido possa se tornar desejável devido ao seu contexto reconfortante: a intenção humana reconhecível (*Ibidem*).

Através dos sinais de cuidado, a sustentabilidade cultural pode ser ampliada e, consequentemente, os benefícios ambientais de uma paisagem podem ser mantidos ao longo do tempo. Nassauer afirma que, quando as paisagens demonstram consistência com os valores culturais, isso ocorre porque as pessoas valorizam elementos estéticos associados a esses valores e, por isso, tendem a resistir a mudanças. Assim, quando os benefícios ambientais se articulam aos culturais, tornam-se mais facilmente reconhecíveis por um público mais amplo.

Percebe-se então uma aproximação com os ecofeminismos com o cuidado da Natureza, através dos “sinais de cuidado” da paisagem, um mecanismo para instigar as pessoas ao cuidado do seu entorno. Mais uma vez, uma referência da arquitetura da paisagem que mostra a dependência humana da Natureza e a manifestação de integração da cidade com a Natureza e os seres humanos.

Para Nassauer a paisagem não é apenas um cenário, mas um meio e método de síntese para o projeto ecológico da paisagem que convida à experimentação criativa. A argumentação da autora é a de que a paisagem pode conectar conhecimentos científicos sobre ecossistemas com valores sociais e culturais, servindo como uma plataforma para representar e sintetizar diferentes dimensões - como estética, ecologia, uso do solo e percepção. Com isso, ela sugere que o projeto da paisagem pode atuar como um instrumento de tradução entre o visível (formas, padrões, estética) e o invisível (processos ecológicos, serviços ambientais), tornando

26. Cues to Care (CTC) (Li; Nassauer, 2020).

a sustentabilidade mais compreensível e aceitável para as pessoas, ou seja, que a paisagem é um meio para a síntese entre ciência e sociedade e um método para a inovação ambiental no projeto da paisagem (Nassauer, 2012).

Além das atuações das arquitetas paisagistas apresentadas até aqui, que se mantêm atuais frente às múltiplas crises, chega-se à quarta e última arquiteta paisagista, urbanista, que é fundadora e diretora do Landlab, com sede em Barcelona, laboratório de desenho urbano e planejamento de paisagens resilientes, Miriam García. Com enfoque contemporâneo, **sua atuação concentra-se no planejamento da paisagem voltado para a adaptação no contexto de crise sistêmica, integrando múltiplas escalas e buscando promover a resiliência diante das mudanças climáticas.**

Miriam García, para incorporar em seus projetos a adaptação às mudanças climáticas, utiliza diversas ferramentas, como as Soluções Baseadas na Natureza (SbNs), a Infraestrutura Verde e Azul, o Sistema de Drenagem Urbana Sustentável (SuDS) e os Serviços Ecossistêmicos (SE).

Através do Landlab, desenvolveu, em conjunto com a organização Paisaje Transversal, a metodologia chamada de Urbanismo Regenerativo de abordagem integrada, que tem o objetivo de devolver o equilíbrio ao território urbano, projetando sistemas que permitam sua adaptação e transformação criando conexões por meio de uma governança baseada em metodologia de inovação participativa. Provoca a repensar a prática urbanística e arquitetônica, os desafios atuais frente às mudanças climáticas, crise geopolítica, social e econômica (PAISAJE TRANSVERSAL, 2023).

Do mesmo modo, essa abordagem incorpora princípios da cidade cuidadora, integrando transversalmente perspectivas ecofeministas. Além disso, propõe uma forma de prosperidade consciente dos limites planetários, conectando o metabolismo urbano ao da biosfera e evidenciando, nas diversas esferas da vida, a ecodependência humana (LANDLAB; PAISAJE TRANSVERSAL, 2024).

Como indicado por Miriam Garcia, como ferramentas, as chamadas soluções baseadas na natureza (SbNs) e os serviços ecossistêmicos (SE) são métodos difundidos no campo da arquitetura e urbanismo, ainda que nem sempre compreendidos na sua totalidade. São relevantes no pensar cidades que resgatam alguma relação com a natureza, porém ainda perpetuam a relação de natureza como recurso e subordinada ao ser humano e ao urbano, diferente das propostas anteriores que tentavam de alguma forma desenhar possibilidades de ir contra o *status quo*, buscando uma relação equilibrada entre ser humano e Natureza, e esse é o contraponto, explicado a seguir, com os ecofeminismos que justamente buscam romper essa hierarquia.

Os serviços ecossistêmicos (SE) (Monteiro, 2018) e as soluções baseadas na natureza (SbNs) (Fraga; Sayago, 2020) são ferramentas geralmente usadas para recuperar territórios degradados ou melhorar espaços de baixa qualidade ambiental. Contudo, suas aplicações ocorrem, em grande medida, em um contexto de desenvolvimento que busca remediar os impactos do sistema capitalista, sem, no entanto, propor transformações estruturais nesse próprio sistema.

Os Serviços Ecossistêmicos (SE), apesar de possuírem múltiplas definições, convergem para a mesma ideia: tratam-se dos serviços que a Natureza fornece aos seres humanos, o que revela, em si, uma perspectiva utilitarista da Natureza.

Além disso, tanto os SE quanto as Soluções baseadas na Natureza (SbNs) surgem no início dos anos 2000, introduzidos pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial, respectivamente. Atualmente, essas abordagens têm sido amplamente promovidas como grandes soluções para os problemas urbanos — especialmente as SbNs, cuja aplicação ao contexto urbano tem sido fortalecida na Europa (Fraga; Sayago, 2020).

Nessa conjuntura, pode ser explicada pela influência de agências internacionais e organismos multilaterais, que impulsionam suas agendas, como exemplo a Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU) bem como por publicações e seminários sobre Soluções Baseadas na Natureza promovidos pelo World Resources Institute (WRI), por serem instituições internacionais que prestam consultorias e fazem convênios com governos locais, que influenciam as abordagens discutidas nessas gestões, as quais, muitas vezes, pouco se materializam no espaço urbano.

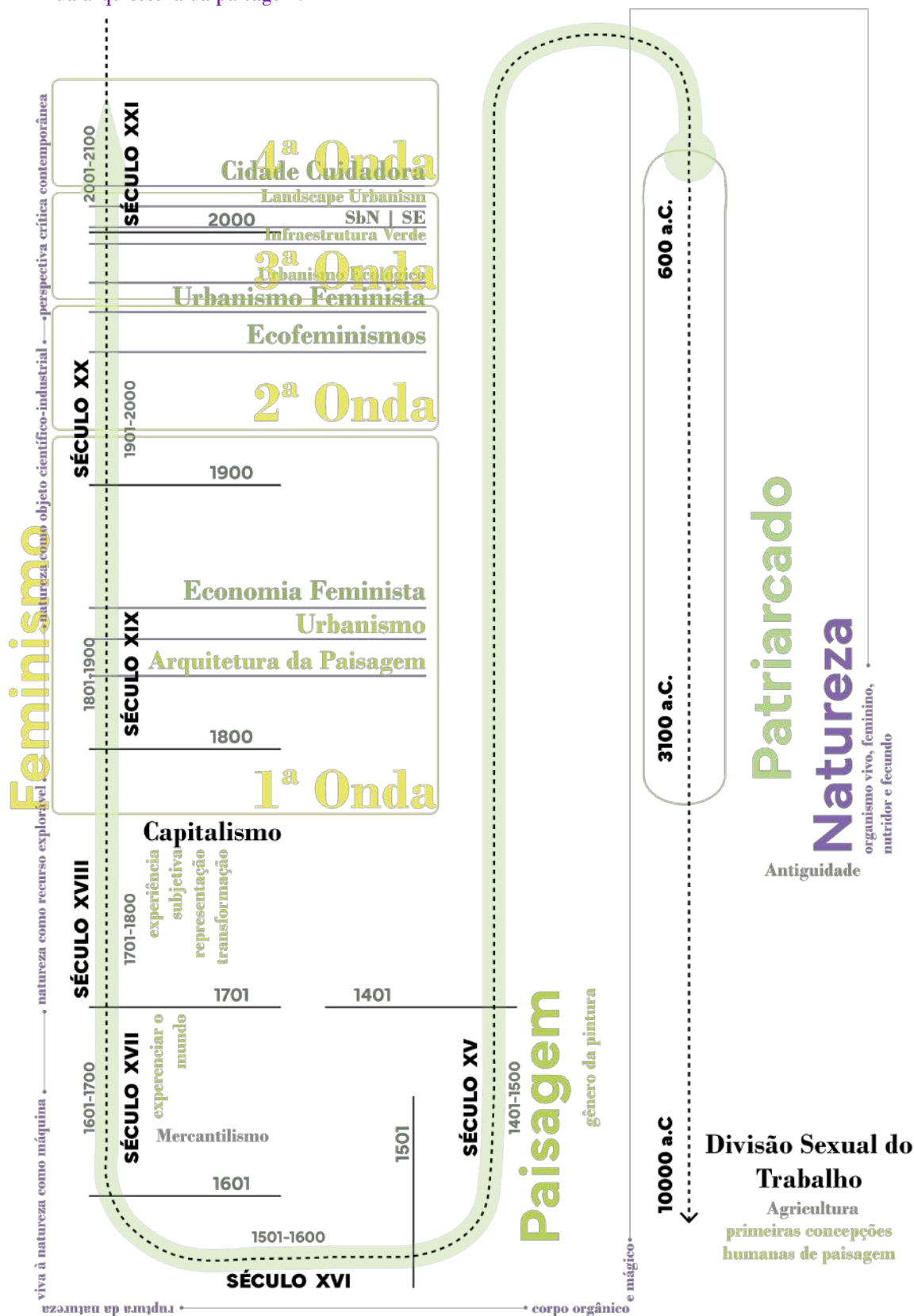
Torna-se relevante compreender os interesses que sustentam a difusão desses programas e soluções. Não é recente a articulação entre ONU, WRI e Banco Mundial na formulação das chamadas “ajudas” internacionais, como aponta Vandana Shiva, que difundem mitos capazes de dar suporte a programas globais que se propõem a oferecer soluções e a ensinar países tropicais a proteger suas florestas (Shiva, 2024).

Neste sentido, Shiva apresenta casos ocorridos no Sul Global, na Índia e no Brasil, em 1985, no qual o WRI por meio de relatórios elaborados para o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), para as florestas tropicais, acabou por reproduzir lógicas coloniais. Esses programas, que ocorreram na década de 1980, ignoraram os modos de vida tradicionais das florestas tropicais e colocaram natureza e pessoas pobres como vítimas. No entanto, o próprio Banco Mundial figurava como agente gerador de impactos, ao promover a difusão de monoculturas de eucalipto e pinheiro, a exploração mineral e a implantação de barragens, destruindo florestas naturais e desconsiderando os povos nativos que viviam integrados aos ecossistemas e deles dependiam para sua sobrevivência (*Ibidem*).

Ademais de indicar convergências, este capítulo também busca apresentar um contraponto — entendido aqui não como oposição, mas como oportunidade de entrelaçamento entre a arquitetura da paisagem e os ecofeminismos. Diante das cidades como epicentro das questões climáticas, emergem abordagens de “projetar com a natureza” e suas derivações: maneiras de planejar a paisagem em harmonia com os processos naturais e tomando a Natureza como base das decisões e fonte de inspiração, ainda que sem rotulações rígidas.

Os ecofeminismos oferecem um contraponto fundamental ao questionarem as bases de um modelo econômico e social que separa e hierarquiza natureza e cultura, corpo e mente, produção e reprodução. Em vez de tratar a natureza como recurso a ser “restaurado” para manter a engrenagem do desenvolvimento, as perspectivas ecofeministas propõem uma mudança de paradigma que reconhece a interdependência e a ecodependência, reivindicando formas de

Figura 23: Linha do tempo que reúne as mudanças de sentido de paisagem, natureza, junto às abordagens da arquitetura da paisagem.



Fonte: elaborado pela autora.

cuidado, reciprocidade e justiça ambiental como fundamentos de outra economia e de outro modo de habitar a Terra.

Dessa forma, o desenvolvimento deste capítulo evidencia que as referências mobilizadas no campo da arquitetura da paisagem apontam a incoerência de separar natureza e ser humano. A partir do significado de paisagem em Nogué, torna-se possível internalizar e difundir uma nova compreensão da Natureza, ressignificando a concepção que herdada da Revolução Científica — que a entende como algo a serviço dos seres humanos — para reconhecê-la como organismo vivo e sujeito de direitos.

Ao indicar convergências, este capítulo também apresentou um contraponto crítico. Nesse sentido, ao mencionar as Soluções Baseadas na Natureza (SbNs) e os Serviços Ecossistêmicos (SE), abordagens marcadas por uma visão utilitarista da Natureza, buscou-se demonstrar que, apesar de suas limitações, essas ferramentas podem abrir brechas para a compreensão da ecodependência e para o fortalecimento do entrelaçamento entre a arquitetura da paisagem e os ecofeminismos.

Em síntese, reconhecer as cidades como epicentro das questões climáticas evidencia a urgência de abordagens que projetem com a natureza, orientando o planejamento da paisagem a partir de processos naturais e reafirmando que essa perspectiva, mais do que um rótulo, constitui um caminho necessário para práticas urbanas sustentáveis e integradas.

Para concluir este capítulo, apresenta-se a seguir uma síntese das arquitetas paisagistas analisadas (figura 24), destacando como suas trajetórias e abordagens se articulam com práticas ecofeministas na paisagem.

Figura 24: Arquitetas paisagistas , atuações e convergências com os ecofeminismos.

ARQUITETAS PAISAGISTAS	ATUAÇÕES / CONTRIBUIÇÕES PRINCIPAIS	CONVERGÊNCIAS COM OS ECOFEMINISMOS
Marjorie Sewell Cautley	• Integração ativa da comunidade aos espaços de natureza. • Projetos orientados às necessidades de mulheres e crianças. • Baixa manutenção, sustentabilidade hortícola e desenho doméstico sensível à vida cotidiana.	• Valorização do cuidado e da vida cotidiana. • Atenção às necessidades das mulheres e às relações comunitárias. • Rejeição da hierarquia natureza/humano ao integrar paisagem e bem-estar social.
Anne Whiston Spirn	• Síntese entre cidade, natureza e paisagem. • Crítica à urbanização desconectada dos processos naturais. • West Philadelphia Landscape Project — educação ambiental e alfabetização da paisagem. • Enfoque na relação entre processos ecológicos e justiça urbana.	• Reconhecimento da ecod dependência. • Denúncia dos impactos ambientais desiguais, incluindo efeitos sobre corpos femininos. • Prática territorial com comunidades: cuidado, participação e justiça ambiental.
Joan Iverson Nassauer	• Relação entre paisagem, ecologia e comportamento humano. • Conceito de “sinais de cuidado”. • Comunicação entre valores culturais e benefícios ecológicos. • Sustentabilidade cultural e estética aplicada a projetos ecológicos.	• Centralidade do cuidado como prática transformadora. • Busca de relações equilibradas entre cultura e Natureza. • Tornar o invisível ecológico visível – ressonância com epistemologias ecofeministas.
Miriam García	• Planejamento da paisagem voltado à adaptação climática. • Urbanismo Regenerativo (Landlab + Paisaje Transversal). • Uso de ferramentas como SbNs, SuDS, Infraestrutura Verde-Azul e SE. • Integração multiescalar e governança participativa.	• Incorporação da cidade cuidadora e perspectivas ecofeministas. • Reconhecimento da ecod dependência humana e dos limites planetários. • Proposição de prosperidade não extrativista e regenerativa, cidade com ecossistemas integrados com economia, ecologia e sociedade harmonizadas.

Fonte: elaborado pela autora.

CAPÍTULO 3

Experimentações

Neste capítulo, é desenvolvida a etapa empírica do trabalho. O conteúdo organiza-se inicialmente pela apresentação do recorte espacial e temático utilizado, sendo o recorte espacial influenciado pela localização dos grupos selecionados. Assim, primeiramente é apresentado o recorte espacial. Em seguida, no recorte temático, apresentam-se os grupos focais e desenvolve-se a justificativa da escolha desses grupos, sua relação com os ecofeminismos e suas formas de atuação. Na sequência, são apresentadas as ferramentas metodológicas qualitativas utilizadas na coleta de dados — o formulário e a entrevista em profundidade individual. Ao final do capítulo, apresentam-se as análises resultantes dessa coleta e a formulação das táticas e estratégias.

4.1 Recorte territorial

Para apresentar o recorte territorial, é necessário esclarecer a intenção do trabalho. No início da pesquisa, estudavam-se possibilidades de ferramentas de investigação qualitativa que permitissem coletar as informações necessárias para esta etapa; contudo, essa definição dependia da escolha dos grupos. De antemão, a proposta era estabelecer uma aproximação com o continente onde o trabalho se desenvolve, articulando a teoria à realidade da América do Sul. A partir disso, na seleção inicial de grupos, buscou-se identificar aqueles que atuassem em consonância com os ecofeminismos, tanto no cuidado de jardins e hortas quanto na dimensão ativista de preservação, conscientização e cuidado com o meio ambiente, mesmo que não se autodenominassem ecofeministas, contrastando-os com grupos que se identificam explicitamente como ecofeministas ou feministas.

A metodologia empírica foi definida conforme a disponibilidade das entrevistadas de cada grupo. A ideia inicial era entrevistar mais de uma integrante por grupo, possibilitando um momento criativo entre as participantes. Contudo, isso não foi possível, pois apenas uma integrante de cada grupo teve disponibilidade; por esse motivo, utilizou-se a entrevista em profundidade individual.

Ao espacializar os grupos selecionados, observou-se que, além de estarem localizados no mesmo continente, situavam-se também na região sul da América do Sul e dentro de um mesmo bioma: o Pampa (figura 25).

O próprio nome já anuncia o caráter do bioma: pampa, do quechua, significa “região plana” (Stumpf; Barbieri; Heiden, 2009). O bioma se estende do Rio Grande do Sul, no Brasil, por todo o Uruguai até a região centro-oeste da Argentina, ocupando 6,1% da América do Sul (MAPBIOMAS, 2023).

O Pampa é um bioma que apresenta predominantemente vegetação nativa não florestal — a vegetação campestre (vegetação herbácea nativa). Embora também apresente áreas de floresta, estas ocorrem em menor proporção. Na Argentina, por exemplo, a área com formação campestre é cerca de 31,6% e no Brasil 29,4% (MapBiomias, 2023).

Essa formação herbácea nativa apresenta uma mistura de gramíneas e ervas; no entanto, podem ocorrer outras plantas lenhosas, subarbustos e árvores isoladas em menor quantidade. Ainda, na formação campestre, pode ser encontrada uma diversidade de plantas: em uma área de 1 m², há cerca de 50 variedades. Muitas espécies de anfíbios, répteis e aves sobrevivem somente nela. Ademais, é uma formação que proporciona o aumento da absorção da água no solo, assim como a captura de carbono, além de abrigar polinizadores, proporcionando serviços ecossistêmicos de provisão, regulação e suporte.

Outra característica é a produção de forragem, que proporciona o sustento da criação regional de gado. A paisagem pampeana, segundo Figueiró, possui uma marca predominante associada aos animais trazidos da Europa para as Reduções Jesuíticas do sul do Brasil, a partir de 1608. Dessa forma, os animais redefiniram as dinâmicas da estrutura paisagística do Pampa devido aos hábitos alimentares dessas espécies. Porém, a dinâmica humana da criação animal no bioma Pampa — atividade compatível com a conservação da vegetação nativa — fundiu-se ao significado dessa paisagem (2017).

No caso argentino, o bioma ocupou aproximadamente 500.000 km². No período de 1985 a 2023, 12,5% da vegetação nativa foi substituída por outros usos. A Argentina também representa, no ano de 2023, a área que mais ampliou a agricultura (soja e arroz), e, na silvicultura, ocorreu um aumento de 109% no país, menor que nos outros dois países que compartilham o bioma no mesmo período (MapBiomias, 2023).

As áreas alagadiças (banhados, várzeas, lagoas e zonas úmidas) são componentes-chave do Pampa no Brasil e na Argentina, com relevo suave e drenagem superficial, regulando a hidrologia e sustentando a biodiversidade em mosaicos de campos (figura 26). Elas historicamente integram a pecuária extensiva (figura 27), contribuindo para a diversidade ambiental ao favorecer a conservação das dinâmicas ecológicas desses ambientes.

Figura 25: Pampa Trinacional.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 26: Estação Ecológica do Taim.



Fonte: : Camila Domingues/Palácio Piratini 2015.

Figura 27: Pecuária no bioma Pampa.



Fonte: Fernando Dias [s.d.]

Figura 28: Parque Estadual Delta do Jacuí em Porto Alegre.



Fonte: Norton G., 2014.

No contexto brasileiro, o bioma é frequentemente negligenciado em comparação aos demais biomas, devido à pequena área que ocupa no território nacional: são 178.243 km² no Rio Grande do Sul, correspondendo a cerca de 63% do estado e apenas 2% do Brasil (Heiden e Iganci, 2009, p. 26). Dados do MapBiomas Pampa, na Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso do Solo do Pampa Trinacional (figura 29), revelam que, entre 1985 e 2023, o Pampa sul-americano perdeu 20% de sua vegetação campestre, sofrendo degradação principalmente pela agricultura de grãos, pastagens e silvicultura de espécies exóticas (2023). No território brasileiro, 45,6% da vegetação nativa foi substituída por uso antrópico; entretanto, 44,5% do bioma ainda era composto por vegetação nativa, e 10,1% são compostos por água e areia.

Apesar disso, trata-se de um bioma com grande diversidade de espécies campestres e tradicionalmente utilizado para a pecuária, conectando a produção animal à conservação da biodiversidade e integrando sistemas produtivos com sustentabilidade ambiental (*Ibidem*). Esse aspecto da natureza do sul da América do Sul constitui a história e a identidade dos povos que vivem nessa paisagem trinacional, uma paisagem que une natureza e cultura. Com base nisso, o Pampa torna-se uma camada de conectividade entre os grupos focais: a paisagem dos Pampas.

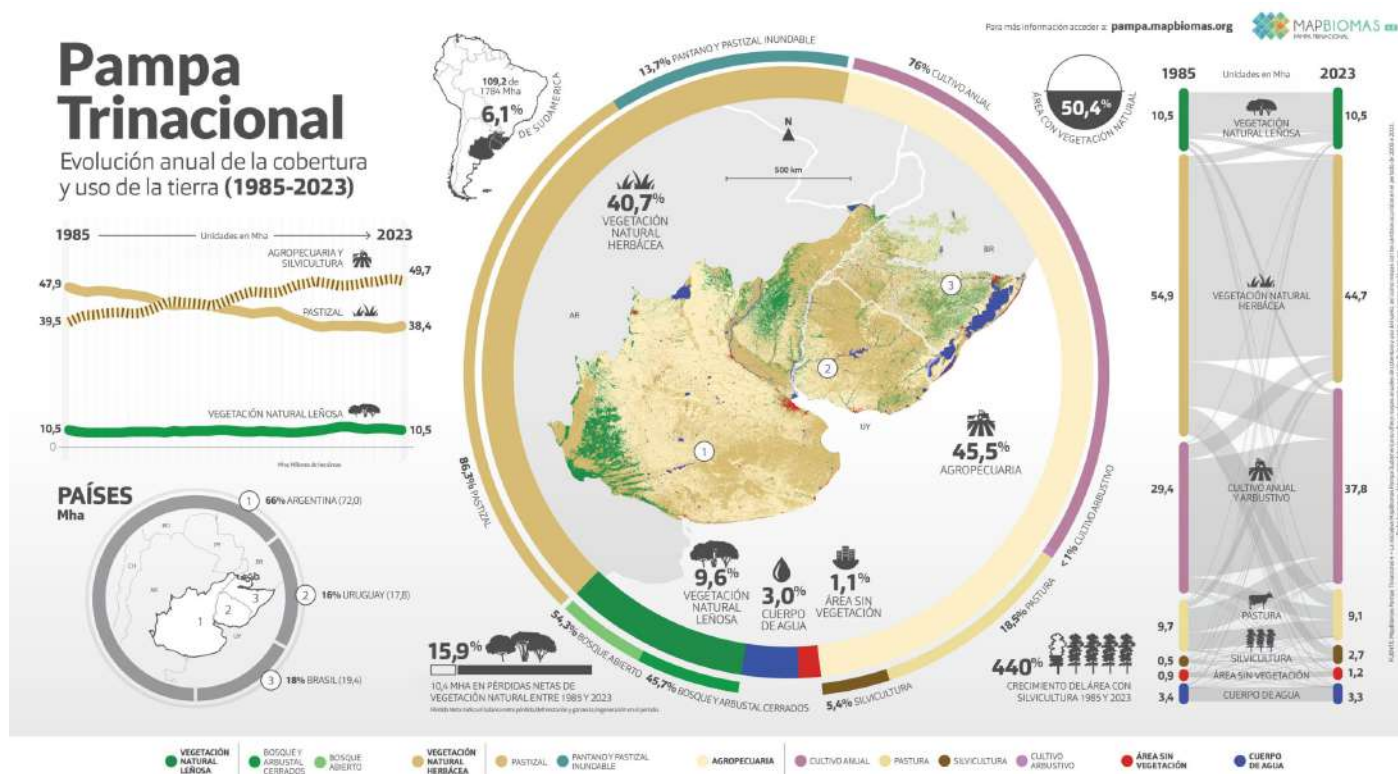
Considerando um entendimento ampliado de grupos ecofeministas, os grupos focais deste trabalho compreendem a atuação de mulheres que, de diferentes formas, defendem, cuidam e buscam proteger a natureza em variados contextos e configurações territoriais, incluindo também grupos que se identificam como feministas e ecofeministas e que discutem o território/paisagem, conforme apresentado na Tabela 1. Como resultado, identificaram-se três tipos de atuação, ou categorias, que compartilham a proximidade com a natureza por meio de suas práticas e a conectividade proporcionada pelo bioma no qual se inserem, estabelecendo suas ações no Pampa, bioma trinacional sul-americano.

Dessa maneira, com essa combinação de atuações, busca-se contribuir para o campo a partir de experiências que refletem a complexidade da América Latina e, mais especificamente, do sul da América do Sul. Nesse contexto, torna-se fundamental combinar percepções a partir de uma perspectiva local, considerando que a construção da história foi moldada por narrativas predominantes (Lima, 2019).

Nos grupos focais indicados anteriormente, observa-se que eles atuam em diferentes escalas, conforme apresentado na tabela. No entanto, é importante destacar que suas ações ocorrem predominantemente em contextos urbanos. Assim, para a abordagem empírica, torna-se fundamental compreender o significado de paisagem a partir das entrevistadas, com o objetivo de captar as diferentes percepções presentes nesses grupos.

Retomando o capítulo anterior, que abordou alguns desses significados, no artigo “The Language of Landscape: Literacy, Identity, Poetry, and Power”, Spirn afirma que “[...] as cidades também são paisagem. A paisagem urbana consiste em algo mais que jardins e parques; inclui a topografia, os cursos de água, a vegetação, e também os edifícios, assim como a infraestrutura das ruas e do esgoto” (2013, p. 18). De maneira semelhante, Nogué explica que o significado de paisagem existe em relação ao ser humano, articulando uma realidade física e a representação cultural que fazemos dela (Nogué, 2010). Esses significados serão retomados mais adiante, quando apresentadas as percepções das entrevistadas.

Figura 29: Infográfico Pampa Trinacional Coleção 4.



Fonte: MapBiomass Pampa, 2023.

Tabela 1: Grupos focais

Grupo	Escala da atuação	Categoria ecofeminista	Localização	Território	Forma de atuação
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)	Local, regional, nacional (em ações específicas) e internacional	Luta ambiental ativista.	Cidade de Porto Alegre/RS	Urbano e periurbano	Incidência política, mobilização, advocacy
Ser Ação	Regional			Urbano	Ação direta, mobilização, denúncias
Casca Socioambiental	Local	Atividade de cuidado do território e relação direta com a Natureza através da agricultura urbana (hortas e jardins).	Cidade de Porto Alegre/RS	Urbano-comunitário	Hortas, educação socioambiental
La Ciudad que Resiste	Local	Ativismo feminista que discute o território/paisagem.	La Plata/Argentina	Urbano-barrial	Caminhadas, mapeamentos, projetos situados

Fonte: elaborado pela autora.

A partir do exposto, o trabalho busca enriquecer e ampliar as possibilidades de contribuição por meio da diversidade de grupos, como justificado acima, nas diferentes formas de expressar os ecofeminismos — no cuidado, no ativismo feminista e no ambientalista. Esses são os enfoques dos três tipos de atuação, configurando três categorias. O intuito é valorizar as práticas invisibilizadas pela estrutura patriarcal e ampliar os possíveis resultados desta investigação, que discute a paisagem e os ecofeminismos.

Figura 30: Localização dos grupos.



Fonte: elaborado pela autora.

4.2 Formas de Atuação Ecofeminista nos Estudos de Caso

Portanto, considerando a diversidade dessas atuações ecofeministas, apresentam-se agora, de forma mais detalhada, as formas de expressão ecofeminista nos estudos de caso.

Para a **primeira forma de atuação**, tratam-se dos grupos ambientalistas, nos quais, em todo o mundo, inúmeras mulheres estão presentes. Embora a base desses movimentos seja composta majoritariamente por mulheres, ainda é comum que homens ocupem os cargos de liderança.

Observa-se que as mulheres se envolvem na luta ambiental e se preocupam com as questões ecológicas devido à sua experiência cotidiana e prática nas tarefas de cuidado, o que lhes confere uma compreensão profunda e particular da relação entre a natureza e a vida humana. Elas frequentemente desempenham papéis centrais na “produção da vida” (Mellor, 2000) e são diretamente afetadas pela degradação ambiental.

Nesse mesmo sentido, de acordo com Hélène Périvier, as mulheres são as mais afetadas pelas catástrofes ecológicas. Assim, para compreender os efeitos dessas catástrofes sobre a população, é um pré-requisito entender a articulação entre feminismo e ecologia. Além disso, a autora argumenta que, em função da divisão sexual do trabalho, a experiência específica das mulheres faz com que elas presenciem de forma mais direta os impactos da poluição e das mudanças climáticas na saúde (2023, p. 75).

No campo da arquitetura da paisagem, Anne Spirn, no livro *O Jardim de Granito*, aponta diversos efeitos prejudiciais ao ser humano resultantes do descompasso entre o fazer cidades e os processos naturais. Destaca-se o trecho em que a autora alerta sobre a poluição do solo nas cidades e seus impactos nos corpos femininos. Na parte três do livro, intitulada “Terra”, especificamente no subitem “Solo Contaminado e Compactado”, Spirn demonstra como o uso de solos que serviram como receptáculos de produtos tóxicos ou antigos depósitos de lixo, quando destinados à construção de habitações, pode ocasionar o aumento de abortos e anomalias congênitas devido à toxicidade desses terrenos. A autora também apresenta outros fatores de risco, como a contaminação por chumbo decorrente da reutilização de áreas anteriormente ocupadas por edificações e posteriormente transformadas em locais de cultivo de ervas, hortaliças e jardins.

Diante desse cenário, surge a preocupação com a contaminação do solo urbano, exemplificada pela cidade de Boston, que, por meio de uma parceria entre sociedade civil, administração pública e academia, desenvolveu um programa para auxiliar jardineiros urbanos por meio de recomendações específicas. Entre essas orientações, diante da identificação de solo contaminado, indicam-se formas adequadas de cultivo de hortaliças e ervas, as espécies mais recomendadas, e os cuidados necessários antes do consumo, além da recomendação de evitar que crianças brinquem em terrenos com presença de chumbo (Spirn, 1995).

Com isso, é importante destacar que as mulheres não são apenas vítimas ou mais impactadas pela degradação ambiental, mas também sujeitas ativas no cuidado ambiental e na construção de uma nova cultura pautada no respeito à natureza. O ativismo presente no movimento ecofeminista abrange desde a resistência presencial para deter projetos destrutivos até

campanhas virtuais sobre problemas ecológicos que afetam as mulheres (Puleo, 2011). Além disso, o movimento ecofeminista denuncia a alienação consumista e a devastação da Terra, trazendo à tona aspectos invisíveis e subvalorizados. Por essa razão, o recorte temático de um grupo atuante nos ativismos ambientais se mostra relevante para compor a diversidade de atuações nesta investigação. As ações que se enquadram nessa categoria são as dos grupos da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) e do Ser Ação.

Uma **segunda forma de atuação ecofeminista** se revela na relação direta e cotidiana com a Natureza por meio das práticas de cuidado presentes em hortas e jardins. Essas atividades estabelecem vínculos entre seres vivos humanos e não humanos e reforçam a dimensão sensível e ética do ecofeminismo. Alicia Puleo (2019), ao desenvolver o conceito de Jardim Ecofeminista, explora esses espaços retomando a tradição do Jardim epicurista como lugar de calma, pensamento livre, apreciação da beleza da Natureza e libertação da alienação. O jardim, nesse sentido, torna-se fonte de reflexão, criação e inspiração; a partir disso, ela propõe o conceito do jardín-huerto ecofeminista:

El jardín-huerto ecofeminista que cultivo no predica el retiro del mundo, sino un compromiso histórico contra las formas patriarcales de insaciable voluntad de dominación que conducen a la crisis ecológica. (Puleo, 2019, p. 36).

Outrossim, a prática dos ecofeminismos por meio da agricultura urbana visibiliza e valoriza a ecodependência e a interdependência, por meio do cuidado da terra, dos seres vivos não humanos e da corresponsabilidade no cuidado dos corpos vulneráveis — inclusão social, hortoterapia, intergeracionalidade, entre outros. Assim como o cuidado do território, compreendendo espaços urbanos seguros, habitáveis, sustentáveis e integrados ao metabolismo territorial (Kois & Morán, 2017).

Dessa maneira, as hortas comunitárias são lugares de prática da agricultura urbana e se concretizam como espaços de ação coletiva, onde são estabelecidos vínculos afetivos, simbólicos e estéticos com o espaço, constituindo-se como lugares de transformação ativa. As pessoas produzem seus alimentos buscando o bem-estar de todos os envolvidos no projeto, fortalecendo o sentido de pertencimento e comprometendo-se com o cuidado e manutenção do espaço, praticando a corresponsabilidade, a aproximação com a Natureza e o cuidado com todas as formas de vida.

As hortas comunitárias são ferramentas de integração e apoio social, de satisfação de necessidades básicas, e também empoderam as mulheres, incentivam a autonomia e a construção de redes socioeconômicas. Nas cidades, a agricultura urbana contribui para a geração de renda, melhora do conforto ambiental, da segurança alimentar e da segurança do espaço urbano, entre outros benefícios.

A partir dessa explicação da forma de atuação que se aproxima da Natureza por meio da agricultura urbana, essa categoria tem como representante o grupo Casca Instituto Socioambiental.

Como **terceira expressão ecofeminista**, o recorte temático busca justamente contemplar grupos que se autodeclararam feministas e ecofeministas e atuando diretamente no território e na

paisagem. São coletivos que criticam e constroem práticas feministas outras, buscando romper com o heteropatriarcado e com a estrutura civilizatória que dele deriva. Esse tipo de atuação contrasta com aquelas que, embora não se identifiquem como feministas ou ecofeministas, contribuem para a defesa da Natureza e para o fortalecimento de relações cuidadosas com ela.

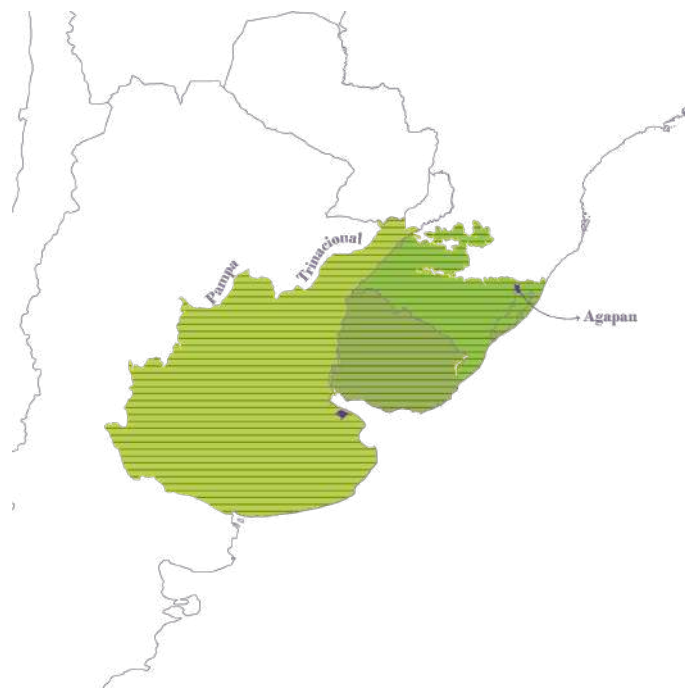
O grupo *La Ciudad que Resiste* representa essa categoria de atuação. Durante o desenvolvimento do trabalho, buscou-se também integrar as experiências de dois outros grupos feministas e ecofeministas de Montevideu²⁷ (Uruguai); contudo, não foi possível estabelecer contato com essas iniciativas.

27. Os grupos feminista e ecofeminista que foi feita tentativa de incorporar ao trabalho são o coletivo Dafnias, coletivo ecofeminista que analisa a crise ambiental do presente a partir da perspectiva de gênero e Cotidiano Mujer, que é um coletivo feminista criado em 1985 com atuação no Uruguai.

4.3 Apresentação dos grupos focais

Na primeira categoria apresentada de expressão ecofeminista no ativismo ambiental, são abordados os dois grupos focais que a compõem: a AGAPAN e o Ser Ação.

Figura 31: Localização AGAPAN.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 32: Ficha técnica AGAPAN.

Ficha Técnica

Grupo focal: Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)

Categoria de atuação ecofeminista: ativismo ambiental

Ano de fundação: 1971

Localização: Porto Alegre, Brasil

Escala de atuação: local, regional e nacional

Composição do grupo: mista

Principais frentes de atuação: ativismo ambiental, defesa da biodiversidade, incidência na formulação de legislação ambiental e implementação de políticas públicas ambientais em nível estadual.

Relação com a Natureza / paisagem: defesa ambiental voltada à proteção dos ecossistemas, da biodiversidade e à crítica ao modelo civilizatório dominante.

Vínculo com os ecofeminismos: alinhada ao ecofeminismo a partir da atuação das mulheres integrantes no ativismo ambiental, da crítica ao modelo de desenvolvimento e da defesa da vida e da Natureza, ainda que o grupo não se autodenomine ecofeminista.

Fonte: elaborado pela autora.

A Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), atuante na luta ambiental de caráter ativista, foi fundada em 1971 na cidade de Porto Alegre. Pioneira no movimento ambientalista brasileiro, é considerada a primeira organização ambientalista não governamental do país. Sua missão, segundo as informações levantadas por meio do formulário on-line, é a “ecologização participativa da sociedade, por meio da defesa da biodiversidade e da busca por um modelo civilizatório autônomo, harmônico, socialmente justo e ecologicamente sustentável”(figura 33).

Figura 33: AGAPAN integrando às iniciativas em defesa do patrimônio ambiental de Palmas, localizada em Bagé, na região da Campanha do Estado Rio Grande do Sul..



Fonte: APEDEMA-RS, 2018.

A organização é engajada na constituição da burocracia ambiental, influenciando a formulação da legislação e a implementação de políticas públicas ambientais em nível estadual (Alonso, Costa & Maciel, 2007, p. 155).

A AGAPAN foi fundada em 27 de abril de 1971. Um de seus fundadores, José Lutzenberger, foi um dos principais ambientalistas brasileiros e liderança no primeiro período da organização. Além disso, a entidade é composta também por mulheres. Em seus mais de 50 anos de existência, conta atualmente com cem mulheres associadas. Em uma breve análise da diretoria, do conselho superior e do conselho fiscal, que somam vinte e oito integrantes, quinze são mulheres, correspondendo a 53,57% do total. Segundo a própria entidade, na atual diretoria, dos cinco cargos existentes, três são ocupados por mulheres. O Conselho Superior é composto por quase 50% de mulheres, e o Conselho Fiscal é inteiramente formado por mulheres, que constituem o grupo focal deste trabalho.

Para exemplificar a atuação da entidade, a AGAPAN integra a Coalizão pelo Pampa, assim como a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema) e o Comitê de Combate à Megamineração no RS (CCM/RS). No contexto da COP30, no ano de 2025, essas entidades, junto às agremiações ambientalistas gaúchas, produziram uma carta apresentando contrapontos à carta que o governo gaúcho apresentou à COP30, apontando que o governo utilizou a COP “[...] para fazer propagandas de suas ações, omitindo diversos pontos importantes da realidade ambiental do Rio Grande do Sul” (AGAPAN, 2025).

A carta levanta inúmeros pontos que evidenciam a política antiambiental dos governos Leite e Sartori, refletindo o desmonte orquestrado da legislação ambiental, a perda de vegetação nativa, a flexibilização de APPs para irrigação e a insuficiência de políticas frente à expansão agrícola intensiva.

Em 2022, a Coalizão pelo Pampa lançou a *Carta Aberta à Sociedade Gaúcha* (figura 34), propondo 10 diretrizes para frear a extinção iminente dos campos pampeanos, incluindo percentuais mínimos de conservação e a valorização da pecuária extensiva familiar (Coalizão pelo Pampa, 2022). O MPRS recebeu o documento, reforçando sua relevância institucional para o planejamento ecológico urbano.

Figura 34: Capa da Carta Aberta à Sociedade Gaúcha..

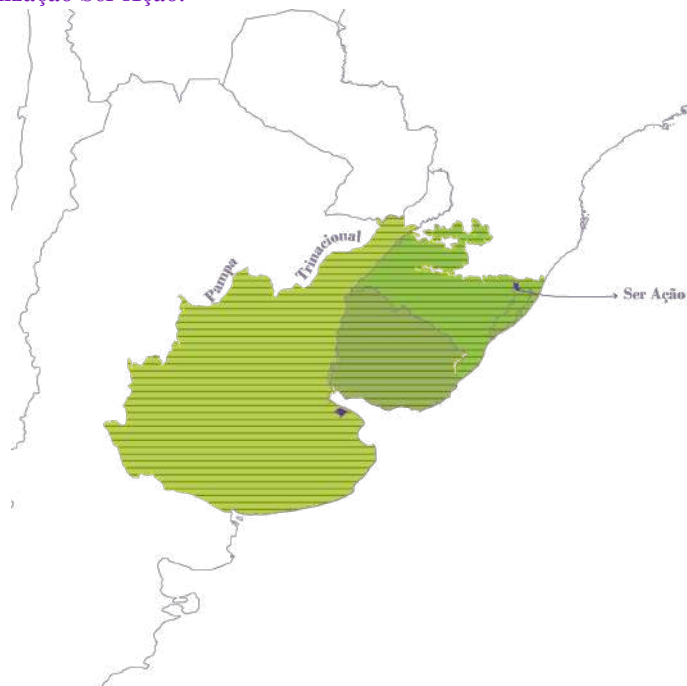


Fonte: AGAPAN, 2022.

Nesta mesma categoria de ativismo ambiental, o segundo grupo focal é o Ser Ação Ativismo Ambiental, que atua a partir da cidade de Porto Alegre, com escala de ação regional. O grupo foi formado em 2021, no contexto da pandemia de Covid-19, por pessoas que anteriormente integravam o Greenpeace. Seu objetivo principal é a defesa ambiental, com ênfase nas pautas contra o uso de agrotóxicos e a mineração, bem como no apoio aos povos originários e à causa animal. Além disso, oferece apoio logístico a outros grupos ambientalistas parceiros.

O Ser Ação planeja e organiza ações próprias, que vão desde denúncias de crimes ambientais até mobilizações de rua (figura 37). O grupo se estrutura de forma horizontal, sem hierarquia. Atualmente, é composto por treze mulheres e, conforme relatado pela entrevistada, apresenta um bom equilíbrio entre homens e mulheres, inclusive no que se refere à participação e à atuação.

Figura 35: Localização Ser Ação.



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 36: Ficha técnica Ser Ação.

Ficha Técnica	Grupo focal: Ser Ação Ativismo Ambiental
	Categoria de atuação ecofeminista: ativismo ambiental
	Ano de fundação: 2021
	Localização: Porto Alegre, Brasil
	Escala de atuação: regional
	Composição do grupo: mista
	Principais frentes de atuação: denúncia de crimes ambientais, mobilizações de rua, campanhas contra o uso de agrotóxicos e a mineração, apoio aos povos originários, defesa da causa animal e apoio logístico a outros grupos ambientalistas.
Relação com a Natureza / paisagem: atuação voltada à defesa ambiental e à resistência a projetos considerados destrutivos para os territórios e ecossistemas.	
Vínculo com os ecofeminismos: expressa princípios ecofeministas por meio do protagonismo feminino no ativismo ambiental, da crítica à exploração da Natureza e da articulação entre justiça ambiental e social, mesmo sem se autodenominar ecofeminista.	

Fonte: elaborado pela autora.

Como exemplo de suas ações, em maio de 2025, após um ano da enchente que ocorreu no Rio Grande do Sul, junto ao Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (InGá), organizaram o primeiro encontro denominado Pró-Resgate no Guaíba, visando reunir entidades e pessoas

que participaram dos resgates na enchente de 2024, para debater, de forma conjunta, formas organizadas de resposta a novos eventos climáticos extremos.

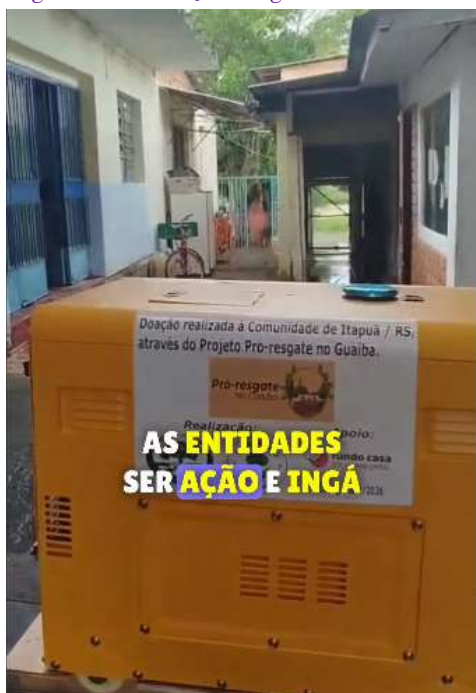
Outro exemplo, no âmbito do mesmo projeto Pró-Resgate no Guaíba, voltado ao apoio a outros grupos atingidos pela enchente, o Ser Ação e o InGá, por meio do apoio do Fundo Casa Socioambiental, puderam auxiliar a comunidade de Itapuã, no município de Viamão. As ações incluíram o apoio à Colônia de Pescadores Z4, comunidade ribeirinha vulnerável a enchentes, com a promoção de treinamento para resgate, ações de educação ambiental, plantio de mata ciliar e, no caso específico da Colônia de Pescadores Z4, a doação de um gerador, necessidade apontada pelos pescadores nas atividades ligadas ao projeto (figura 38).

Figura 37: Ser Ação em ação Ativista.



Fonte: Imagem do perfil do Ser Ação no Facebook, 2025.

Figura 38: Doação do gerador na Colônia de Pescadores Z4..

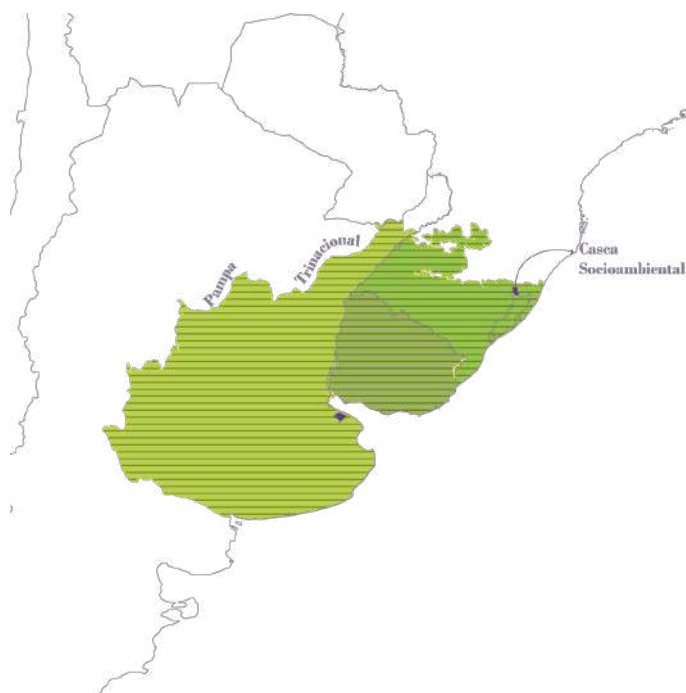


Fonte: Imagem do perfil do Ser Ação no Instagram, 2026.

Portanto, esta categoria reúne dois grupos que compartilham modos de atuação semelhantes no campo do ativismo ambiental.

A segunda categoria, que mantém uma relação direta e cotidiana com a Natureza por meio das práticas de cuidado presentes em hortas e jardins, é representada pelo Casca Instituto Socioambiental, fundado em 2024. A organização é formada por um grupo de pessoas voluntárias que anteriormente integravam o projeto Regeneraí, do Instituto Misturaí, desde 2018, desenvolvendo ações em diferentes territórios da cidade de Porto Alegre, com atuação em escala local. Essas ações incluem a criação e a continuidade de hortas urbanas em comunidades vulneráveis, além da realização de palestras, atividades educativas e de conscientização ambiental, mutirões e oficinas relacionadas à geração de renda associada à sustentabilidade, à gestão de resíduos e a atividades lúdicas.

Figura 39: Localização Casca Instituto Socioambiental.



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme informações disponibilizadas pelo grupo, o Casca Instituto Socioambiental tem como propósito fortalecer comunidades, promovendo bem-estar, consciência ambiental, redução de impactos e diversão, e tem como missão atuar de forma consistente na promoção da justiça social.

O grupo não é exclusivo de mulheres e é composto por doze voluntários fixos, dos quais onze são mulheres. A atuação ocorre de forma horizontal e, de acordo com as informações fornecidas pelas integrantes, na concepção do estatuto de fundação, o documento é composto exclusivamente por mulheres.

Figura 40: Ficha técnica Casca Socioambiental.

Ficha Técnica

Grupo focal: Casca Instituto Socioambiental

Categoria de atuação ecofeminista: cuidado com a Natureza por meio da agricultura urbana

Ano de fundação: 2024

Localização: Porto Alegre, Brasil

Escala de atuação: local

Composição do grupo: mista

Principais frentes de atuação: criação e manutenção de hortas urbanas em comunidades vulneráveis, atividades educativas e de conscientização ambiental, mutirões, oficinas relacionadas à geração de renda associada à sustentabilidade, gestão de resíduos e atividades lúdicas.

Relação com a Natureza / paisagem: relação direta e cotidiana com a Natureza por meio do cuidado da terra, das hortas e jardins, e da construção de vínculos comunitários com o território urbano

Vínculo com os ecofeminismos: expressa o ecofeminismo a partir das práticas de cuidado, da valorização da interdependência, da ecodependência e da corresponsabilidade, com forte protagonismo feminino nas ações.

Fonte: elaborado pela autora.

Dois exemplos da atuação do grupo na implantação de hortas comunitárias são a horta na Ilha do Pavão (figura 41) e a Horta da Boa Vizinhança (figura 42), envolvendo voluntários e a comunidade na execução e continuidade das atividades.

Figura 41: Horta da Ilha do Pavão.



Figura 42: Horta da Boa Vizinhança.



Fonte: Imagem do perfil da Casca Socioambiental no Instagram, 2024.

Para a terceira categoria, identificou-se a organização *La Ciudad que Resiste*, uma rede de coletivas formada por arquitetas, indisciplinárias, artistas, docentes, investigadoras, mestras, mães, estudantes, feministas, cantoras, performers e ativistas LGTTBIQNB+, sediada na cidade de La Plata, na Argentina, com atuação em escala local. As integrantes se reúnem para pensar a cidade a partir de outras perspectivas, tendo como ponto de partida a abordagem de gênero.

Figura 43: Localização La Ciudad que Resiste.



Fonte: elaborado pela autora.

Como exemplo de sua atuação, destaca-se o projeto Veredas, que engloba diferentes ativações em bairros de La Plata, Tolosa, Malvinas, Mondongo, Meridiano V e Hipódromo, contemplando caminhadas, atividades artísticas e performáticas, sinalização, mapeamentos coletivos, projetos comunitários e participativos, além de execução colaborativa (figura 45).

Um segundo projeto é a Acción Femiteca, que se trata de uma intervenção na Biblioteca da FAU-UNLP para visibilizar arquitetas mulheres, criando uma coleção de gênero com livros, teses e projetos. O projeto também combina arte e ações que transformam o espaço da biblioteca (figura 46).

Segundo a entrevistada, o principal objetivo do grupo é refletir sobre o urbanismo feminista, o urbanismo com perspectiva de gênero e, sobretudo, pensar a cidade contemporânea.

Essa reflexão parte das práticas que nos movem — interessa-nos construir teoria a partir das práticas, da ação concreta e do ativismo. Por isso, conformamos um programa de extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de La Plata, que é o meio que nos permite nos aproximar do território.

Figura 44: Ficha técnica La Ciudad que Resiste.

Ficha Técnica	Grupo focal: La Ciudad que Resiste
	Categoria de atuação ecofeminista: feminismos e ecofeminismos no território e na paisagem
	Ano de fundação: 2018
	Localização: La Plata, Argentina
	Escala de atuação: local
	Composição do grupo: mulheres
	Principais frentes de atuação: reflexão e prática em urbanismo feminista e urbanismo com perspectiva de gênero, experimentações urbanas, projetos de extensão universitária e ações territoriais.
Relação com a Natureza / paisagem: atuação no território e na paisagem urbana, articulando o urbano, a Natureza e as práticas cotidianas, com foco na escala da calçada como espaço de mediação entre o público e o privado.	
Vínculo com os ecofeminismos: grupo que se posiciona explicitamente como feminista, integrando os ecofeminismos às práticas territoriais, à produção de conhecimento a partir da ação e à crítica às estruturas heteropatriarcais da cidade.	

Fonte: elaborado pela autora.

O grupo conta com um núcleo mais estável de participação composto por oito mulheres; no entanto, outras pessoas e projetos também integram suas atividades, ampliando um número total indefinido de participantes. As oito integrantes são arquitetas, com diferentes perspectivas, e defendem pensar e construir uma cidade feminista a partir de experimentações-piloto no cotidiano, iniciando pela apropriação da calçada como espaço de interlocução entre o público e o privado, como exemplificado pelo projeto *Veredas* que conduzem. O grupo organiza-se de forma horizontal, atua como cooperativa e realiza a alternância de papéis entre suas integrantes.

Esse grupo representa a terceira categoria por se posicionar explicitamente como feminista e atuar no território e na paisagem, articulando o urbano, a Natureza e os feminismos, integrando o ecofeminismo às suas práticas.

Para tornar mais clara a diversidade de escalas territoriais e modos de atuação dos grupos focais, foi elaborado um esquema síntese que evidencia como cada iniciativa opera no território, desde o cotidiano e o nível comunitário até a incidência regional e política. Embora todos os grupos atuem predominantemente em contextos urbanos, suas práticas se diferenciam quanto à escala, à intensidade e às formas de relação com a paisagem, conforme apresentado na figura 47 e a Tabela 1, apresentada no início do capítulo.

Figura 45: Proyecto Veredas de La Ciudad que Resiste.



Fonte: Imagem do perfil do Instagram La Ciudad que Resiste, 2025.

Figura 46: Mostra Acción Femiteca Hall da FAU UNLP.



Fonte: FAU UNLP, 2024.

Figura 47: Escala de atuação dos grupos.



Fonte: elaborado pela autora.

4.4 Metodologia empírica

Para a pesquisa qualitativa deste trabalho, foram utilizadas duas ferramentas: um formulário online, com o objetivo de coletar informações mais basilares sobre os diferentes grupos e complementar dados previamente levantados por meio de artigos, livros, sites e redes sociais; e a entrevista em profundidade, realizada com uma única respondente por grupo. A entrevista em profundidade caracteriza-se como uma conversação um a um (Bauer & Gaskell, 2015).

A condução da conversa ocorreu a partir de um tópico-guia (roteiro), utilizado para orientar os temas centrais a serem abordados. Inicialmente, foi apresentado o tema central do trabalho, buscando provocar a exposição das percepções das respondentes dos grupos focais indicados. A partir dessas narrativas, foram coletadas ideias propositivas para a construção do conjunto de táticas e estratégias, extraindo contribuições, abordagens e reflexões que incorporam a perspectiva ecofeminista na atuação sobre a paisagem sul.

O processo de entrevista foi gravado com o objetivo de auxiliar a transcrição e a análise das informações. Para isso, foram utilizadas a ferramenta de transcrição Bluedot, o Google Meet para gravação em vídeo e o recurso de gravação de áudio do WhatsApp. O conjunto de dados coletados, juntamente com os elementos teóricos mobilizados ao longo da pesquisa, constitui o corpus analítico, que fundamenta a elaboração das táticas e estratégias propostas.

O objetivo da etapa qualitativa foi realizar, no mínimo, uma entrevista por grupo focal. Antes disso, buscou-se alcançar um número maior de entrevistadas por grupo; contudo, esse objetivo não foi atingido. No que se refere ao formulário online, apenas uma resposta por grupo foi considerada suficiente para atender às perguntas de caráter objetivo e complementar, conforme apresentado na Tabela 2. Entretanto, ao longo do desenvolvimento do trabalho, apesar das tentativas realizadas, não foi possível atingir o número mínimo de entrevistas referentes à AGAPAN.

Tabela 2: Respostas ao formulário e integrantes entrevistadas.

Grupo	Resposta do formulário	Entrevistadas
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN)	1	0
Ser Ação	1	1
Casca Socioambiental	1	1
La Ciudad que Resiste	1	1

Fonte: elaborado pela autora.

Em seguida, são apresentadas as perguntas que orientaram as entrevistas (Tabela 3).

Tabela 3: Perguntas sobre os grupos.

Perguntas sobre o grupo do qual faz parte (Formulário)	Perguntas subjetivas, reflexões (Tópico Guia)
Qual o grupo/associação/coletivo do qual faz parte?	1. Sente que a atuação de vocês é um meio para a aproximação com a Natureza?
Quais os objetivos do grupo/associação/coletivo?	2. Sobre o tempo dedicado a essas atividades, como concilia?
Qual a escala de atuação do grupo/associação/coletivo?	3. O que faz sentir a proximidade com a Natureza a partir das atividades que fazem?
O grupo/associação/coletivo é formado apenas por mulheres?	4. No que fazem no grupo, percebe alguma diferença entre a atuação dos colegas homens e a das mulheres?
Quantas mulheres fazem parte?	5. Se sente próxima à Natureza de alguma forma, no contexto urbano?
Como é a atuação do grupo/associação/coletivo, o que fazem/ defendem?	6. O que para ti significa paisagem?
Existe uma organização com cargos e hierarquias no grupo?	7. No local onde atuam, como vê a paisagem presente?
Quando o grupo/associação/coletivo não é exclusivo de mulheres e existe hierarquia, os cargos são ocupados por mulheres? Quais, quantas? É recente ou é uma prática que acontece há tempos?	8. Percebe os impactos das mudanças climáticas no teu dia-dia? Quais?
	9. O que pensa que pode ser feito a respeito disso?
	10. Já ouviu a palavra ecofeminismos? O que vem à cabeça quando escuta esta palavra?
	11. Sobre o bioma no qual estamos, que característica para ti é que mais te lembra o bioma pampa?
	12. Percebe no contexto urbano (local onde atua) a presença do bioma pampa?
	13. Com base na atuação feminina relacionada à defesa e cuidado da natureza, o que dela pode ser aprendido e pode contribuir para a preservação e fomento da presença da natureza na paisagem?

Fonte: elaborado pela autora.

4.5 Análise e interpretação dos resultados

As informações coletadas por meio do formulário online foram usadas nos parágrafos anteriores para complementar a apresentação dos grupos. Já as perguntas estruturantes do tópico-guia orientaram os temas centrais do trabalho durante as conversas.

As entrevistas revelam distintas formas de pensar e praticar a relação entre mulheres, natureza e cidade, constituindo um campo comum de ação ecofeminista que emerge da prática situada, do cuidado e da coletividade. Inseridas em contextos geográficos distintos — Porto Alegre e La Plata —, as experiências convergem em uma ética que compreende o cuidar como ato político e o território como extensão viva das relações humanas.

A entrevistada da primeira categoria, representante do Ser Ação Ativismo Ambiental, em resposta à **pergunta três**, reflete uma compreensão da natureza como mestra e da paisagem como um organismo vivo, em contínua relação com o humano e presente também no interior deste, conforme abordado na **pergunta seis**. Suas práticas no coletivo Ser Ação Ambiental expressam um modo de vida pautado pela reciprocidade e pelo tempo da terra, em contraste com o tempo acelerado da cidade, especialmente quando questionada sobre a conciliação entre as atividades do coletivo e a vida pessoal, na **pergunta dois**.

Para ela, “a paisagem passa a existir para ti quando tu prestas atenção nela”. No entanto, observa-se que, para a entrevistada, a paisagem equivale ao significado de Natureza, entendida como os elementos naturais. Ela expressa que os ecossistemas que criaram os humanos e a cidade (Spirn, 2013), assim como seus artefatos, não são paisagem, com algumas exceções: aqueles que não prejudicam ou perturbam a Natureza a ponto de provocar sua inexistência.

A cidade é vista como um espaço a ser “reencantado”, não pela negação do urbano, mas pela reintegração dos ciclos naturais e afetivos que o sustentam. Sua leitura ecofeminista emerge da percepção de que as mulheres assumem um papel central na defesa da Natureza, da vida e de melhores condições para todas as formas de vida.

A leitura que pode ser feita a partir da entrevista da primeira categoria indica que, diferentemente do que foi discutido no capítulo anterior acerca do significado de paisagem, a entrevistada compreende paisagem e Natureza como significados próximos. Ainda assim, afirma que “a paisagem passa a existir para a gente quando se presta atenção nela”, compreensão que se aproxima da definição proposta por Nogué (2010), segundo a qual a paisagem existe em relação ao ser humano.

No que se refere à aproximação com os ecofeminismos, a entrevistada evidencia essa dimensão a partir da experiência concreta das mulheres que atuam na linha de frente da defesa ambiental e do cuidado com a vida.

Esta leitura explicita uma concepção relacional da paisagem presente no ativismo ambiental analisado, entendida como produzida nas interações entre pessoas, Natureza e práticas cotidianas, e orienta a formulação das táticas e estratégias ao tomar o cuidado como princípio de atuação na paisagem.

No caso da entrevistada da segunda categoria, representante do Casca Instituto Socioambiental, o contato com a Natureza, abordado na **pergunta cinco**, materializa-se principalmente nas hortas comunitárias e nas ações de educação socioambiental, entendidas como práticas cotidianas de reconstrução de vínculos, pertencimento e subjetividades.

A experiência do cultivo aparece não apenas como produção de alimentos, mas como um meio de aproximação entre pessoas, território e processos naturais, especialmente em contextos urbanos e de vulnerabilidade social. Sua leitura expressa um ecofeminismo vivido, ainda que nem sempre nomeado, no qual o cuidado com a terra se articula diretamente ao cuidado com as pessoas, evidenciando a ecodependência entre Natureza e vida humana. A paisagem, descrita pela entrevistada como “aquilo que, quando tu olha, te faz bem, não só aos olhos; tu gostaria de pertencer àquele lugar. Eu sempre comparo com aqueles quadros que a gente

tem”, conforme a **pergunta seis**, aproxima-se do que Nogué define, paisagem como equivalente ao sentido de lugar, entendida como uma realidade física associada à representação cultural que fazemos dela (Nogué, 2010).

A partir disso, identifica-se que a paisagem é percebida como um espaço relacional, acessível e participativo, que pode ser habitado, transformado e compartilhado, incorporando dimensões estéticas, afetivas e educativas. Compreendida como um processo em constante transformação, a paisagem se constrói a partir da ação coletiva, do aprendizado e da regeneração, conforme expressa a entrevistada: “para mim, a paisagem é isso, a gente fazer parte também, a gente construir, mas não uma coisa que é só para ser admirada”.

Dessa maneira, a paisagem em transformação orienta a formulação de táticas e estratégias baseadas no cuidado, na educação e na atuação comunitária, como formas de transformação simbólica e sensível do urbano.

No caso da terceira categoria, representada pela coletiva²⁸ de arquitetas La Ciudad que Resiste, a experiência ecofeminista adquire uma dimensão explicitamente urbana, política e territorial. A cidade é compreendida como espaço de disputa e de reapropriação do corpo, especialmente dos corpos femininos e dissidentes, a partir de práticas que articulam urbanismo feminista, ação coletiva e ativismo. Caminhar, mapear, percorrer e permanecer nos bairros configuram-se como estratégias centrais de produção de conhecimento situado, por meio das quais a teoria é construída a partir da prática e da relação direta com o território.

Ao afirmar que “somos natureza” referente às **perguntas um e cinco**, a entrevistada desloca a separação entre humano e ambiente para uma ética da interdependência e da ecodependência, na qual o espaço urbano é entendido como um ecossistema vivo e como extensão de um mesmo tecido vital. Essa leitura se materializa no projeto *Triunfo da Natureza*²⁹, que reconhece a presença e a resistência da Natureza nos vazios urbanos, nas ruínas, nos prédios abandonados e nas espécies que insistem em existir, revelando a paisagem urbana como processo relacional, em constante transformação.

A dimensão ecofeminista manifesta-se também na organização horizontal da coletiva, na rotatividade de papéis e na predominância de mulheres e dissidências nas ações, evidenciando o cuidado, a sensibilidade e a construção coletiva como princípios estruturantes da atuação no território e como base para a formulação de táticas e estratégias voltadas à reinvenção sensível e política do urbano.

Nas três falas, a paisagem é compreendida como um campo relacional, produzido no encontro entre seres, tempos e práticas. A Natureza se manifesta tanto na terra cultivada quanto no corpo que caminha, na luta ativista e na memória que resiste, revelando uma paisagem construída pela experiência, pela percepção e pela ação coletiva. A dimensão feminina, ainda que

28. As integrantes se denominam “*colectivas de arquitectas*”, portanto nesta parte foi traduzido de maneira a expressar como elas se apresentam.

29. O Triunfo da Natureza é um projeto em que as integrantes do La Ciudad que Resiste refletem sobre o que significa que a natureza triunfe e sobre os espaços vazios na cidade que possibilitem deixar que a natureza se manifeste e que comecem a aparecer uma biodiversidade de espécies.

diversa em cada contexto, associa-se à escuta, à horizontalidade e ao cuidado, configurando modos de fazer que desafiam hierarquias, especializações rígidas e fronteiras disciplinares.

No que se refere ao bioma Pampa, as entrevistadas expressam compreensões convergentes ao reconhecê-lo como a primeira paisagem do recorte espacial analisado. Ainda que frequentemente relegado às bordas do urbano, o Pampa emerge como território de resistência da Natureza frente à crise ambiental, onde se tornam visíveis processos de transformação e regeneração, mesmo diante dos impactos decorrentes de ações degradantes. Assim, o bioma é percebido simultaneamente como base ecológica e como paisagem invisibilizada pelos modelos urbanos dominantes.

Essas experiências delineiam dimensões de um urbanismo e de uma paisagem ecofeminista que nascem da prática situada e da vivência cotidiana, em consonância com as atuações das arquitetas paisagistas apresentadas no capítulo anterior. Trata-se de um urbanismo do corpo e do cotidiano, no qual o cuidado se afirma como gesto político e como princípio de atuação na paisagem, orientando práticas de resistência, regeneração e convivência entre espécies.

Em síntese, esta seção contribui para a formulação das táticas e estratégias do trabalho ao articular a pesquisa teórica e empírica, explicitando princípios como a relacionalidade³⁰, o cuidado e a ação coletiva como fundamentos para pensar e intervir na paisagem sul a partir de uma perspectiva ecofeminista.

4.6 Táticas e estratégias de contribuição ao campo

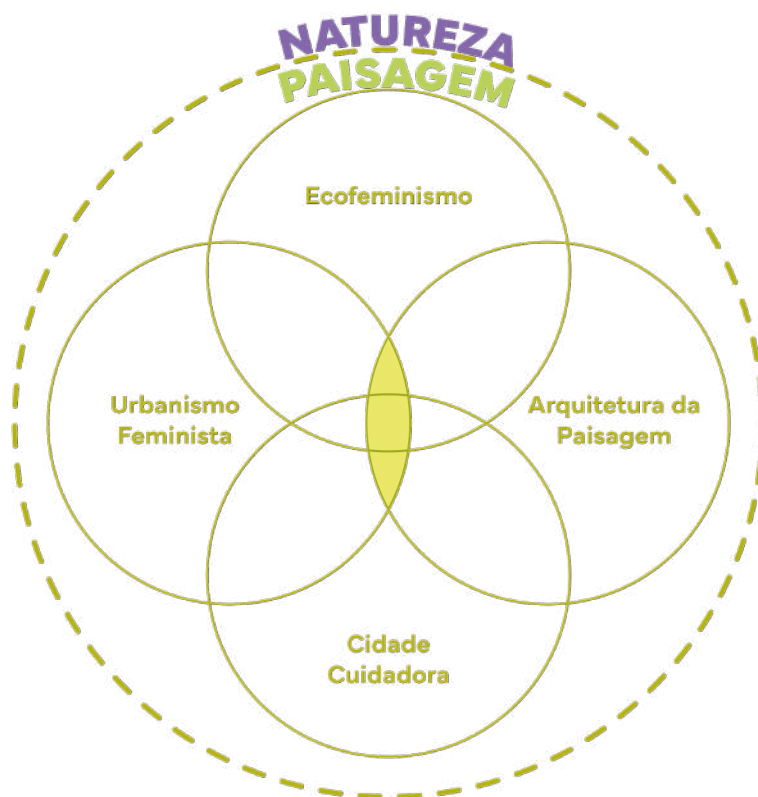
Nesta seção de conclusão da etapa empírica, o intuito foi organizar um conjunto de táticas e estratégias que combinam tudo o que foi discutido ao longo do trabalho para incorporar às atuações no campo ampliado da arquitetura da paisagem. Esse conjunto reúne o referencial teórico às informações coletadas na etapa de pesquisa empírica, que buscou compreender, por meio da atuação feminina em grupos diversos, considerados ecofeministas neste trabalho, as perspectivas em relação às suas atuações na paisagem, como discutido na seção anterior.

Lydon e Garcia (2015) identificam que estratégias e táticas são termos valiosos para a construção de cidades. As estratégias relacionam-se ao processo de planejamento, buscando alcançar objetivos-chave, enquanto a tática está relacionada a uma ação de curto prazo, com o fim de executar uma estratégia maior. Portanto, segundo os autores, estratégias e táticas têm o mesmo valor e devem ser utilizadas em conjunto. Utilizar táticas e estratégias de forma articulada fortalece a perseguição de objetivos comuns, potencializando processos de transformação e regeneração.

A partir do entendimento de que o vínculo com a Natureza é construído socialmente, e de que teoria e prática ecofeminista se combinam com a paisagem, as táticas e estratégias adotam a premissa de Puleo, segundo a qual não se deve exigir que as mulheres sejam as principais

30. Relacionalidade é aqui compreendida como um princípio que entende a paisagem não como objeto estático ou cenário, mas como uma construção processual, produzida nas interações entre pessoas, Natureza, práticas cotidianas, tempos e territórios.

Figura 48: Hélice da paisagem ecofeminista.



Fonte: elaborado pela autora.

cuidadoras do meio ambiente (Puleo, 2011). Dessa maneira, as propostas não pretendem sobrecarregar a diversidade de mulheres que são as principais cuidadoras da Natureza, às quais a sociedade atribuiu os papéis de responsabilidade pelos trabalhos reprodutivos. Pelo contrário, buscam que esses papéis sejam reconhecidos, para que as responsabilidades se equilibrem e, mais ainda, para que, a partir desse reconhecimento, seja pensada a transformação.

Ao incorporar os ecofeminismos no modo de perceber o mundo, torna-se possível evidenciar as relações entre as opressões e a alienação consumista, resultado cumulativo de uma compreensão da Natureza como recurso explorável. Esse entendimento foi se consolidando desde o século XVI e provocou as múltiplas crises presentes na atualidade. Nesse sentido, como pode ser percebido no capítulo três, ao apresentar as referências da arquitetura da paisagem e suas derivações, como McHarg e Spirn, observa-se que esses autores, de alguma forma, buscaram mostrar, por meio de suas obras e ações, motivadas pela percepção dessa alienação em relação à Natureza materializada nas cidades, maneiras de pensar o espaço urbano a partir da harmonia e do resgate da interconexão entre o ser humano e a Natureza.

As propostas ecofeministas sustentam que a degradação ambiental e a desigualdade de gênero têm origem compartilhada e, portanto, ecologismos que não contemplam a perspectiva de gênero ou feminismos que não incorporem a dimensão ambiental resultarão em teorias incompletas. (Mellor, 2000).

Dessa forma, ao compreender, no campo ampliado da arquitetura da paisagem, tudo o que os ecofeminismos discutem e evidenciam, tanto na teoria quanto na prática, compreende-se que as atuações nesse campo podem avançar na leitura da realidade e se inspirar a incorporar o ecofeminismo à forma como se planeja a paisagem em diferentes escalas.

A cidade é o cenário das crises mais próximas, locais, e também das crises globais, nas quais as variáveis sociais e ambientais constituem duas faces da mesma moeda. Por isso, as iniciativas locais são fundamentais para promover mudanças no modelo social vigente; é por meio do local que se pode alcançar um planeta sustentável (Camacho, 2018). Considerando isso, as ações locais, desde a esfera própria, reprodutiva e produtiva, devem reverberar para a esfera política e para escalas maiores, promovendo o encontro entre pequenas ações e grandes transformações.

São organizadas, portanto, as táticas e estratégias de atuação na paisagem com enfoque ecofeminista, que combinam o pensamento que orienta as ações e as ações diretas. Elas são apresentadas em uma perspectiva de curto prazo, que considera ativar, no cotidiano, gestos de convivência, empatia e reciprocidade entre humanos e Natureza. Em médio prazo, busca-se conectar e consolidar ações e, no longo prazo, objetiva-se regenerar e transformar essas práticas em incidência política, constituindo uma paisagem ecofeminista e tudo o que ela abrange, articulando os dois campos temáticos:

Táticas – curto prazo

01. Assim como se referem aos óculos roxos, para visualizar as desigualdades, papéis e estereótipos atribuídos por gênero nos feminismos, esta primeira tática que almeja uma estratégia maior é a de **colocar os óculos da paisagem ecofeminista**³¹, para possibilitar uma percepção ampla tanto das opressões, quanto das interdependências e ecodependências e uma relação de respeito que promova um vínculo igualitário com a Natureza. Esses óculos podem apresentar não só uma cor, mas uma diversidade de cores, assim como a Natureza apresenta.

02. Construir intervenções em pequena escala para testar possibilidades de relações tanto humanas quanto não humanas, a partir dos espaços cotidianos, como o jardim, a sacada, o pátio, o canteiro, entre outros. Essas ações visam explorar as relações espaciais e sociais entre o público e o privado, tendo como inspiração Marjorie Sewell Cautley e a coletiva La Ciudad que Resiste.

03. Agir buscando **identificar a “primeira paisagem”**, conforme expresso pela entrevistada do grupo Ser Ação, por meio do entendimento do bioma existente e de suas transformações ao longo do tempo, de modo a reconhecer suas relações naturais, artificiais e simbólicas. Essa abordagem refere-se, especificamente, ao bioma Pampa, no contexto urbano, podendo, no entanto, ser replicada a outros biomas previamente à ação.

04. Incorporar a mitigação, na busca por responder aos desafios atuais no pensar intervenções na paisagem da pequena para a grande escala em conjunto com o exercício de imagina futuros e perseguir o objetivo maior de regeneração das cidades. Neste momento, todos os profissionais que intervêm direta ou indiretamente na paisagem estamos obrigados a trabalhar a mitigação dos impactos negativos das múltiplas crises.

05. **Reconhecer e incorporar as práticas locais que promovem o cuidado e reaproximação da Natureza** em contraste com as soluções impostas por organismos multilaterais. Existem práticas locais que estão situadas e em acordo com os ecossistemas que habitam. A identificação desses agentes é necessária para ações na paisagem que fazem a interlocução entre as escalas local e global.

06. Integrar e visibilizar a Natureza está presente nas frestas das calçadas e nos terrenos baldios, no ar, no solo e na água (Spirn, 1995). Diante dessa percepção, da presença dos processos naturais, é de onde se parte para a difusão de que a cidade é paisagem e parte da Natureza.

07. **Promover caminhadas ecofeministas**, pela comunidade, pelo bairro, para o reconhecimento da paisagem e interconexões com rios, vazios urbanos, hortas, jardins, espaços degradados e potenciais para possibilitar a presença da Natureza.

31. Como ferramenta conceitual e pedagógica, propõe-se a metáfora dos “óculos da paisagem ecofeminista”.

08. Incluir a perspectiva de gênero e a compreensão do cuidado na formação técnica de arquitetos (as) paisagistas, urbanistas e arquitetos (as), de modo estrutural e transversal aos processos de ensino, projeto e planejamento

Estratégias de médio prazo

09. Combinar as estratégias de prevenção de enchentes e de prevenção e recuperação das águas, que surtirão efeito ao longo do tempo por meio da implantação de muitas ações individuais e de pequena escala distribuídas pela cidade (*Idem*).

10. Oferecer espaços de natureza distribuídas pelos bairros que proporcionem a integração intergeracional.

11. Reconhecer as necessidades humanas reais para a sustentabilidade da vida, com o fim de adquirir uma percepção e visão real como espécie e assim poder situar-nos adequadamente no mundo social e natural (Bosch, Carrasco, & Grau, 2005).

12. Promover a ética do cuidado das pessoas com as outras espécies nos projetos de paisagem, no contexto complexo de desgaste dos ecossistemas nas cidades, no qual a sobrevivência da vegetação depende dessa relação, garantindo a continuidade da paisagem e de seu significado ampliado por meio de uma relação igualitária com a Natureza.

13. Cultivar uma paisagem urbana nativa (Spirn, 1995), baseada na herança do bioma da própria cidade em diferentes dispositivos desde a fachada, a sacada, o jardim, até praças e parques.

14. Distribuir a malha urbana e devolver os espaços livres, assim como a arquitetura, de modo que possibilitem uma variabilidade de espaços capazes de proporcionar diferentes habitats para as espécies não humanas.

15. Considerar as inúmeras camadas ecossistêmicas de uma região, conforme vêm utilizando os autores da arquitetura da paisagem, é ferramenta fundamental para que, com base nessas informações, as áreas sejam ocupadas de maneira inteligente, respeitando os aspectos naturais e buscando o baixo impacto, bem como os diversos modos de vida tradicionais que possuem uma ocupação de respeito com a Natureza.

16. Planejar soluções que diminuam drasticamente a dependência dos combustíveis fósseis ao pensar as cidades, uma vez que o mundo industrial colonizador desenvolveu a produção, o comércio e o consumo de forma dependente deles.

17. **Fazer parcerias** com o objetivo de transformar espaços degradados ou subutilizados, como os vazios urbanos, as antigas indústrias, as ruínas em laboratórios vivos de regeneração ecológica e social.
18. **Trocar saberes e práticas por meio de redes de atuação** no sentido amplo dos ecofeminismos na paisagem, fortalecendo-as entre coletivos urbanos e rurais.
19. **Considerar os tempos de reprodução** e de regeneração invisibilizados pela dinâmica tempo-dinheiro, que se desenvolvem de forma distinta do tempo mercantil.
20. **Exercitar os imaginários e a inovação** no planejamento da paisagem, buscando experimentações criativas.

Estratégias de longo prazo

21. **Construir políticas públicas** com base na ética do cuidado e na regeneração ecológica, propondo diretrizes de manejo comunitário de espaços livres em suas mais diversas formas, como estruturas reaproveitadas, praças, jardins e hortas urbanas.
22. **Planejar a cidade resiliente**, que mantenha sua funcionalidade após eventos climáticos mais extremos e seja planejada com a Natureza.
23. **Transformar estruturas com base na ética do cuidado** e nas premissas do urbanismo feminista, ecofeminista e nas abordagens ecológicas de pensar a paisagem.
24. Promover uma arquitetura da paisagem, um urbanismo ecológico e feminista, e uma paisagem ecofeminista reconhecidos institucionalmente por meio de políticas orientadas ao cuidado do planeta e à regeneração.
25. Alcançar uma biodemocracia na paisagem, reconhecendo o valor intrínseco de todas as formas de vida e seu direito inerente de existir (Shiva, 2024).
26. Fazer a transição para uma agricultura orgânica e regenerativa, que remove carbono da atmosfera e é estratégia de redução da emissão de gases de efeito estufa, ao mesmo tempo em que regenera a biodiversidade, o solo e a água, e produz alimentos saudáveis (*Idem*).
27. **Manter uma relação de reconhecimento** das dependências de forma sustentável, respeitando os ciclos naturais da Natureza.
28. Reconhecer o bioma Pampa como marca e matriz da paisagem, buscando o fortalecimento da identidade ecológica e cultural, neste caso passível de replicação a outros biomas.

29. Promover a ecojustiça: a inter-relação entre todas as formas de vida e o ser humano, priorizando o bem comum.

30. Fomentar uma cultura urbana que reconheça a interdependência e a ecod dependência, e políticas públicas guiadas pelo cuidado e pela empatia, buscando o fortalecimento simbólico e prático da coexistência das espécies nos territórios.

As táticas e estratégias apresentadas resultam de uma combinação dos conteúdos desenvolvidos ao longo deste trabalho. Muitas delas já se encontram presentes, de forma direta ou derivada, nas referências que fundamentaram esta pesquisa, como as contribuições de Anne Whiston Spirn, Izaskun Chinchilla, Vandana Shiva, do urbanismo feminista do Col·lectiu Punt 6, das economistas feministas e da teoria e prática da arquitetura da paisagem e suas derivações. A sistematização proposta não pretende esgotar essas abordagens, mas articulá-las a partir do diálogo com a etapa empírica, traduzindo-as em diretrizes operativas para a atuação na paisagem a partir de uma perspectiva ecofeminista.

Com o objetivo de explicitar a articulação entre o referencial teórico, a etapa empírica e as táticas e estratégias propostas, apresenta-se a Tabela 4, que sintetiza os principais eixos de análise do trabalho. Essa sistematização evidencia como os conceitos discutidos ao longo da pesquisa são atravessados pelas práticas dos grupos focais e traduzidos em diretrizes para a atuação ecofeminista na paisagem.

Tabela 4: Quadro Síntese

Eixo Analítico	Referencial Teórico	Evidências Empíricas	Táticas e Estratégias
Cuidado como princípio político	Ecofeminismos (Puleo, Shiva); Cidade Cuidadora; Urbanismo Feminista; Economia feminista	Cuidado com a terra, pessoas e vínculos comunitários (Casca, Ser Ação)	Ética do cuidado; manejo comunitário; educação socioambiental
Relacionalidade da paisagem	Spirn, Nogué e Nassauer	Paisagem como relação, pertencimento e experiência vivida	Leitura da primeira paisagem; intervenções em pequena escala
Corpo, cotidiano e território	Urbanismo feminista (Col·lectiu Punt 6)	Caminhadas, mapeamentos e presença corporal (La Ciudad que Resiste)	Reapropriação do espaço público; práticas situadas
Natureza urbana e regeneração	McHarg; Spirn; García	Hortas comunitárias, vazios urbanos	Paisagem urbana nativa; regeneração ecológica
Ativismo e incidência política	Ecojustiça; Biodemocracia (Shiva)	Mobilização, denúncia e articulação em rede	Incidência em políticas públicas; redes ecofeministas
Bioma e identidade territorial	Paisagem como identidade; Biomas	Reconhecimento do Pampa como paisagem-base	Valorização do bioma; identidade ecológica territorial
Transformação sistêmica	Ecofeminismos; crítica ao modelo capitalista-colonial	Ativismo e articulação em escalas	Transição agroecológica; redução do uso de fósseis

Fonte: elaborado pela autora.

Considerações Finais

Esta dissertação investigou o encontro entre ecofeminismos e arquitetura da paisagem a partir do recorte do bioma Pampa, buscando contribuir para as respostas à emergência ecológica planetária (Puleo, 2019) e à necessidade de paradigmas transformadores (Boff, 2016). Foram identificadas conexões conceituais e práticas de grupos e autoras que evidenciam, de diferentes maneiras, a ecodependência em relação à Natureza, assim como a interdependência entre os seres humanos.

Os capítulos um e dois construíram o referencial teórico-conceitual da pesquisa. O capítulo um contextualizou os ecofeminismos (Puleo, 2011; Mellor, 2000; Herrero, 2015) e suas articulações com a economia feminista, o urbanismo feminista (Col·lectiu Punt 6, 2019) e a cidade cuidadora (Chinchilla, 2020), tensionando os dualismos hierárquicos advindos da divisão sexual do trabalho que historicamente menosprezam o feminino. O capítulo dois analisou a arquitetura da paisagem, desde seu surgimento (Sordi, 2017) até as contribuições de arquitetas como Spirn, Cautley, Nassauer e García, revelando sinergias entre suas práticas e os ecofeminismos.

Ao adotar os ecofeminismos como eixo teórico-metodológico, o trabalho buscou ampliar a compreensão da paisagem para além de sua dimensão formal ou funcional, entendendo-a como um processo relacional, vivo e situado. A paisagem, nesse sentido, é produzida nas interações entre humanos e não humanos, nos gestos cotidianos de cuidado, nas práticas coletivas e nas disputas políticas que moldam os territórios, o que permitiu tensionar os limites tradicionais da arquitetura da paisagem e aproximá-la de debates sobre ecojustiça, ecodependência, interdependência e regeneração da vida.

A etapa empírica, construída a partir do diálogo com grupos que podem ser considerados ecofeministas e que atuam em diferentes escalas e contextos urbanos, evidenciou que, em um entendimento ampliado, a prática ecofeminista se manifesta de múltiplas formas: no ativismo ambiental, no cuidado comunitário, na agricultura urbana, nas caminhadas, nos mapeamentos e nas práticas de urbanismo feminista. Ainda que diversas em suas estratégias e campos de atuação, essas experiências compartilham princípios comuns, como a ética do cuidado, a horizontalidade, a ação coletiva e a compreensão da Natureza como parte insepa-

rável da vida humana. A escuta dessas práticas permitiu reconhecer saberes frequentemente invisibilizados e reafirmar o cotidiano como espaço político de transformação.

A partir da articulação entre teoria e empiria, foram sistematizadas táticas e estratégias de atuação na paisagem com enfoque ecofeminista, organizadas em diferentes horizontes temporais. Essas proposições não se apresentam como um modelo fechado, mas como um conjunto de diretrizes abertas, passíveis de apropriação, adaptação e transformação conforme os contextos territoriais. Ao traduzir conceitos em ações possíveis, o trabalho busca contribuir para que o ecofeminismo se materialize em práticas de projeto, planejamento e gestão da paisagem.

É importante reconhecer as limitações desta pesquisa, especialmente no que se refere ao número restrito de entrevistas e ao caráter situado das experiências analisadas. No entanto, essas limitações reforçam o compromisso com a singularidade dos territórios e com a valorização de práticas concretas, que não pretendem ser universais, mas inspiradoras. O bioma Pampa, como recorte espacial, destacou a importância de reconhecer os biomas como matrizes da paisagem e da identidade cultural, abrindo possibilidades de replicação da abordagem em outros contextos.

Como desdobramentos futuros, aponta-se a necessidade de aprofundar a aplicação das táticas e estratégias propostas em projetos reais de arquitetura da paisagem, bem como ampliar o diálogo com políticas públicas e processos formativos. Incorporar a perspectiva ecofeminista na formação técnica de arquitetas e arquitetos paisagistas, urbanistas e profissionais afins constitui um passo fundamental para transformar, de maneira estrutural, a forma como cidades e territórios são pensados.

Estudos futuros podem incorporar metodologias participativas com coletivos, dialogar com políticas públicas e ampliar a visibilidade de arquitetas paisagistas, fortalecendo uma paisagem e um urbanismo ecofeminista transformador e situado, voltados à construção de cidades resilientes.

Por fim, este trabalho afirma que projetar a paisagem é também um ato ético e político, no qual escolhas espaciais, materiais e processuais produzem efeitos diretos sobre as formas de vida humanas e não humanas. Ao incorporar os ecofeminismos como horizonte teórico e prático, a arquitetura da paisagem é convocada a rever métodos e prioridades, reconhecendo o cuidado, a relacionalidade, a ecodependência e a interdependência como princípios estruturantes do projeto.

Nesse sentido, uma abordagem ecofeminista da paisagem não se limita à mitigação de impactos ou à aplicação de soluções técnicas, mas propõe processos de projeto situados, participativos e atentos às dinâmicas ecológicas e sociais dos territórios. Projetar passa a significar ativar relações, regenerar vínculos e criar condições para a continuidade da vida, incorporando o cotidiano, os tempos da Natureza e os saberes locais como elementos centrais do desenho da paisagem.

As táticas e estratégias sistematizadas ao longo do trabalho indicam caminhos possíveis para uma prática projetual comprometida com a regeneração ecológica e social, que atua desde pequenas intervenções no espaço cotidiano até a incidência em políticas públicas e proces-

sos de planejamento de longo prazo. Ao reconhecer os biomas como matrizes da paisagem e valorizar práticas coletivas e feministas, a arquitetura da paisagem amplia seu campo de atuação e reafirma seu potencial transformador.

Trata-se, portanto, de um convite a projetar paisagens que não apenas organizem o espaço, mas que sustentem a vida em sua diversidade, promovendo cidades mais justas, sensíveis e resilientes. Uma arquitetura da paisagem ecofeminista se constrói como prática aberta, em permanente experimentação, comprometida com a transformação dos territórios e com a imaginação de futuros possíveis, nos quais a convivência entre espécies, o cuidado e a regeneração sejam princípios orientadores do projeto.

Referências Bibliográficas

ALONSO, A.; BIZZOZERO, F. **Naturaleza, feminismo y agroecología: los necesarios vínculos de lo inminente**. 2018. Disponível em: http://www.centroecologico.org.br/boletim_download.php?id_boletim=257&tipo=pdf. Acesso em: 2024

ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. **Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro**. Novos Estudos, n. 79, p. 151–167, nov. 2007. ARQUITECTURA HISTORIA Y CONSTRUCCIÓN. Marco Vitruvio Polion. 2014. Disponível em: https://histarcon.blogspot.com/2014/03/marco-vitruvio-polion-marco-vitruvio_29.html. Acesso em: 2024.

ATERRAEHREDONDA. Anticapitalismo romântico e natureza -. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/anticapitalismo-romantico-e-natureza/>. Acesso em: 11 dez. 2025

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BENGOA, C.; CORRAL, C. **Economia feminista: desafios, propostas e alianças**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

BOFF, L. **A terra na palma da mão: uma nova visão do planeta e da humanidade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOFF, L. **O cuidado necessário**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOSCH, A.; CARRASCO, C.; GRAU, E. Verde que te quiero violeta. In: TELLO, E. **La historia cuenta: del crecimiento económico al desarrollo humano sostenible**. Barcelona: El Viejo Topo, 2005.

CAMACHO, M. D. **Arquitectura y cambio climático**. Madrid: Fundación Arquia; Los Libros de la Catarata, 2018.

CARRASCO, C. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? **Mientras Tanto**, p. 43–70, 2001.

CHINCHILLA, I. **La ciudad de los cuidados**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2020.

CIOCOLETTO, A.; COL·LECTIU PUNT 6. **Espacios para la vida cotidiana: auditoría de calidad urbana con perspectiva de género**. Barcelona: Comanegra, 2014.

CLIMACOM – CULTURA CIENTÍFICA. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. 2016. Disponible en: <https://climacom.mudancas-climaticas.net.br>. Acceso en: 2024.

COL·LECTIU PUNT 6. **Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida**. La Torre de Claramunt: Virus Editorial, 2019.

COTIDIANO MUJER. Quiénes somos. Disponible en: <https://www.cotidianomujer.org.uy/quienes-somos/>. Acceso en: 2024.

DAFNIAS, C. E. Feminismos, ecología y alternativas. **La Diaria**, 4 jun. 2021. Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/ambiente/articulo/2021/6/feminismos-ecologia-y-alternativas/>. Acceso en: 2024.

DE LA TEOLOGÍA al antiextractivismo: ecofeminismos en Abya Yala. **Ecología política: cuadernos de debate internacional**, n. 55, p. 35–41, 2018.

DELBENE, L. Una mirada ecofeminista a la gestión del agua en Uruguay. In: **Perspectivas ecofeministas**. 2019. p. 47–97.

DE OLIVEIRA, A. A Convenção Europeia da Paisagem. **Ciência e Cultura**, out./dez. 2015.

ECOFEMINITA. Equipo. Buenos Aires, [s.d.]. Disponible en: <https://ecofeminita.com>. Acceso en: 2024.

EN.T.RE – Grupo de Pesquisa. Lógicas extrativistas: os impactos gerados nas mulheres e nos territórios. 2021. Disponível em: <https://entregropopesquisa.wixsite.com>. Acesso em: 2024.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial.** São Paulo: Ubu, 2022.

FRAGA, R. G.; SAYAGO, D. **Soluções baseadas na natureza: uma revisão sobre o conceito.** Parcerias Estratégicas, p. 67–82, jun. 2020.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais.** São Paulo: Elefante, 2020.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, p. 139–146, abr. 2016.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. (org.). **Antropologia do ciborgue.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33–118.

HERRERO, Y. Apuntes introductorios sobre ecofeminismo. **Boletín de recursos de información**, n. 43, p. 1–11, jun. 2015.

HERRERO, Y. Miradas ecofeministas para transitar a un mundo justo y sostenible. **Revista de Economía Crítica**, p. 278–307, 2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KOIS, J. F.; MORÁN, N. **Raíces en el asfalto.** Madrid: Libros en Acción, 2016.

KOIS, J.; MORÁN, N. Ciudad y azada se escriben en femenino. In: TENDERO, G. **La ciudad agraria.** Madrid: Icaria, 2017.

LANDLAB; PAISAJE TRANSVERSAL. **Urbanismo regenerativo: Santander, Hábitat Futuro.** Barcelona: Actar, 2024.

LATOUR, B. **Diante de Gaia**. São Paulo: Ubu; Ateliê de Humanidades, 2020.

LATOUR, B. **Onde aterrar?** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

LERNER, G. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LI, J.; NASSAUER, J. Cues to care: a systematic analytical review. **Landscape and Urban Planning**, v. 202, 2020.

LIMA, A. G. Arquitetas na América Latina do século XX. In: **SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL**, 13., 2019, [cidade]. Anais... [S.l.]: [s.n.], 2019..

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical urbanism**. Washington, DC: Island Press, 2015.

MAPBIOMAS PAMPA. Proyecto MapBiomass Pampa Trinacional: colección 3.0. 2023. Disponível em: <https://pampa.mapbiomas.org/es>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARTÍNEZ, Z. M. **Mujeres, casas y ciudades: más allá del umbral**. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018

McHARG, I. **Proyectar con la naturaleza**. Barcelona: Gustavo Gili, 2000.

MELLOR, M. **Feminismo y ecología**. México, DF: Siglo Veintiuno, 2000.

MERCHANT, C. **La muerte de la naturaleza**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

MIDIA NINJA. Mulheres são as mais afetadas pela crise climática. 29 out. 2021. Disponível em: <https://midianinja.org/news/mulheres-sao-as-mais-afetadas-pela-cri-se-climatica/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

NASSAUER, J. I. Landscape as medium and method for synthesis in urban ecological design. **Landscape and Urban Planning**, v. 106, p. 221–229, 2012.

NOGUÉ, J. El retorno al paisaje. **Estética de la Natura**, p. 123–136, 2010.

OROZCO, A. P. Espaços econômicos de subversão feminista. In: CORRAL, C. D.; BENGUA, C. C. (org.). **Economia feminista: desafios, propostas e alianças**. São Paulo: Jandaíra, 2022. p. 29–58.

PULEO, A. **Claves ecofeministas: para rebeldes que aman la Tierra y a los animales**. Madrid: Plaza y Valdés, 2019.

PULEO, A. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2011.

PULEO, A. **¿Qué es el ecofeminismo?** Crítica, p. 50–53, jan. 2007.

PÉRIVIER, H. **A economia feminista**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

SCHENK, L. Arquitetura da paisagem entre o pitoresco, Olmsted e o moderno. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. DOI: 10.11606/T18.2008.tde-08102008-170940.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Luas, 2021.

SHIVA, V. **Terra viva: minha vida em uma biodiversidade de movimentos**. São Paulo: Boitempo, 2024.

SORDI, J. **Más allá del urbanismo: de paisaje a ecología: genealogía de una teoría**. Santiago: Ocho Libros Editores, 2017.

SPIRN, A. **O jardim de granito**. São Paulo: EDUSP, 1995.

SPIRN, A. **The language of landscape**. New Haven: Yale University Press, 1998.

SPIRN, Anne Whiston. **Ecological urbanism: a framework for the design of resilient cities**. 2013. Disponível em: <https://www.annewhistonspirn.com>. Acesso em: 24 set. 2025

SPIRN, Anne Whiston. **Essays**. 2011. Disponível em: <https://www.annewhistonspirn.com>. Acesso em: 25 set. 2025.

SPIRN, Anne Whiston. **The language of landscape: literacy, identity, poetry, and power**. 2013. p. 17–34.

STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. Planetary boundaries. 2023. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/research/planetary-boundaries.html>. Acesso em: 10 out. 2025.

STUMPF, E. T.; BARBIERI, R.; HEIDEN, G. **Cores e formas no bioma Pampa: plantas ornamentais nativas. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2009.**

TRANSVERSAL, Paisaje. ¿Cómo puede «Santander, Hábitat Futuro» ser una guía para otras ciudades intermedias? 12 set. 2023. Disponível em: <https://paisajetransversal.org/2023/09/santander-habitat-futuro-expertos/>. Acesso em: 11 out. 2025.

UN DÍA | UNA ARQUITECTA. Anne Whiston Spirn 1947. 2015. Disponível em: <https://undiaunaarquitectura.wordpress.com/2015/08/02/anne-whiston-spirn-1947/>. Acesso em: 6 out. 2025.

VALDIVIA, B. La ciudad cuidadora que cuida del medio ambiente. **Crítica Urbana**, p. 42–44, 17 mar. 2017.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

WALDHEIM, C. **Landscape as urbanism: a general theory**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.

WAY, T. Designing garden city landscapes: works by Marjorie L. Sewell Cautley. **Studies in the History of Gardens & Designed Landscapes**, p. 297–316, 2005.

WIKIPÉDIA. Cassandra. 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cassandra>. Acesso em: 2024.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; FOLETO, Eliane Maria (orgs.). **Olhares sobre o Pampa [recurso eletrônico]: um território em disputa**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.